



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E
ORDENAMENTO

**As Quintas da “Outra Banda”:
de um passado rural a um futuro cultural**

VOLUME I

Ana Sofia Farinha da Silva

Orientação:

Professora Doutora Paula Maria Simões

Professora Doutora Susana Mendes Silva

Arquiteto Paisagista Mário Luís Soares Fortes

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E
ORDENAMENTO

**As Quintas da “Outra Banda”:
de um passado rural a um futuro cultural**

VOLUME I

Ana Sofia Farinha da Silva

Orientação:

Professora Doutora Paula Maria Simões

Professora Doutora Susana Mendes Silva

Arquiteto Paisagista Mário Luís Soares Fortes

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2018

À volta das cidades, de Norte a Sul de Portugal, relacionadas com a vida urbana e elo desta com o mundo rural, encontramos as «quintas de recreio» que são microcosmos que repetem, num lugar ameno e com muita água, os elementos fundamentais da grande paisagem: a horta, o pomar, a mata, o jardim de flores e aromas.

Gonçalo Ribeiro Telles, "Conservar a Paisagem", in *Gonçalo Ribeiro Telles, Textos Escolhidos*, Lisboa, Argumentum, 2016, p.148.

AGRADECIMENTOS

Desde que me consigo lembrar, arte, história e geografia sempre foram as disciplinas, que no ensino básico, mais me cativaram enquanto jovem estudante. Porém, quando chegou o momento de escolher uma formação ao nível secundário, pela divisão das áreas científicas e humanísticas, optei por escolher as artes visuais ao invés das línguas e humanidades, deixando para trás duas das minhas principais áreas de interesse.

No entanto, tudo mudou quando escolhi a Arquitetura Paisagista, como vocação, enquanto área de conhecimento interdisciplinar, que voltava a englobar as minhas áreas de interesse.

Este foi um longo percurso de conhecimento, de aprendizagem, de interrogações, de momentos bons, e momentos menos bons, mas sempre acompanhado por um conjunto de pessoas que me apoiaram, incentivaram, inspiraram, entusiasmaram e a quem devo agradecer individualmente.

Primeiro à minha família. Agradeço à minha mãe, por ter apoiado sempre as minhas decisões, principalmente quando chegou a altura de escolher a minha formação profissional, tendo acreditado, apostado e se sacrificado por mim, pois sem o seu apoio nada disto teria sido possível. Aos meus irmãos e ao meu pai, pelo seu apoio, aos meus avós, aos meus tios, ao tio padrinho e à tia madrinha, ao Jacinto, aos meus primos, em especial à Maggie e ao David, à tia Rosa e à Fernanda.

Aos amigos de sempre, em especial à Sara, que acompanhou este percurso desde o início, e a quem agradeço a amizade e apoio. Aos amigos do ISA: a Inês, a Tânia, a Asinha, as afilhadas e afilhado. Aos amigos de Évora, em particular à Bárbara pela companhia e amizade que marcaram estes dois últimos anos e, por fim, à Mafalda pela sua ajuda na realização deste trabalho.

Aos meus orientadores, ao Arquiteto Paisagista Mário Fortes, pelos seus ensinamentos, disponibilidade, conhecimento, paciência, boa disposição e incentivo, ao longo do estágio. À Professora Paula Maria Simões pelos seus ensinamentos e orientações dadas, dentro e fora do contexto académico, e à Professora Susana Mendes Silva, a quem agradeço a ajuda e disponibilidade na realização do estágio curricular na DGPC. Aos três o meu enorme agradecimento.

A todas as restantes pessoas e entidades que tiveram um papel importante nesta experiência particular que foi o estágio, à DGPC, em particular à DPIMI e respetiva chefe de divisão, Doutora Deolinda Folgado, ao técnico de arqueologia Vítor Santos, ao Centro de Arqueologia de Almada, em particular ao Historiador Francisco Silva, ao Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal, ao Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcochete, à Biblioteca Municipal do Barreiro, à Biblioteca Municipal do Montijo, à Biblioteca Municipal de Almada, ao Centro de Documentação do Museu da Cidade de Almada, ao Centro de Documentação e Informação do Núcleo de Arqueologia e História e Museu Naval e à Associação Barreiro – Memória, Património e Futuro. Aos proprietários da Quinta de Buxos, em particular a Pedro Costa Lopes, e da Quinta da Princesa e Infanta, que gentilmente permitiram a visita às quintas. Agradeço também, por toda a disponibilidade e ajuda prestada, aos proprietários e entidades gestoras da Quinta da Conceição, em particular a José Quintela e Francisco Gaivão; da Quinta dos Pianos, o meu agradecimento particular a Miguel Nuno Vargas; à “Seixálamo - Associação De Amigos Da Quinta Do Álamo”, agradeço a Nuno Mendes; e por fim, à Quinta da Estalagem, em especial a Adelino Martins e a Teresa Canas Martins.

RESUMO

A salvaguarda do património paisagístico em Portugal continua a ser preterida face a outras tipologias de património. Pouco se encontra identificado, inventariado e classificado. Com o presente trabalho, procura-se ultrapassar estas lacunas e contribuir para o reconhecimento de valores culturais de um objeto de estudo específico, as quintas, numa área pouco estudada – a “Outra Banda”. A abordagem desenvolvida contemplou um levantamento exaustivo, análises, sínteses e diagnósticos sobre uma amostra relevante. A metodologia, que envolveu aproximações sucessivas, suportou a identificação de valores culturais e a seleção de quintas passíveis de classificação como património cultural, seja pelo seu valor municipal, público ou nacional.

ABSTRACT

Estates of Tagus South Bank:

from a rural past to a cultural future.

The conservation of the landscape heritage in Portugal continues to be neglected concerning to other heritage. Little is identified, inventoried and classified. The present work seeks to overcome these gaps and contribute to the recognition of cultural values of a specific object of study, the estates, in an unstudied area – the Tagus South Bank. The approach included an exhaustive survey, analysis, synthesis and diagnosis over a relevant sample. The methodology, involved successive approximations, granted the identification of cultural values and the selection of estates, which can be classified as cultural heritage, by their municipal, public or national value.

SIGLAS e ACRÓNIMOS

CIM – Conjunto de Interesse Municipal

CMA – Câmara Municipal de Alcochete

CMA – Câmara Municipal de Almada

CMB – Câmara Municipal do Barreiro

CMM – Câmara Municipal da Moita

CMM – Câmara Municipal do Montijo

CMS – Câmara Municipal do Seixal

DBC – Departamento de Bens Culturais

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

DPIMI – Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

ICOMOS-IFLA – International Council of Monuments and Sites – International Federation of Landscape Architects

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IIP – Imóvel de Interesse Público

IM – Interesse Municipal

MIP – Monumento de Interesse Público

NUTS – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

SIM – Sítio de Interesse Municipal

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VC – Valores Concelhios

ZEP – Zona Especial de Proteção

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	VII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT	XI
SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XIII
INTRODUÇÃO	19
JUSTIFICAÇÃO, RELEVÂNCIA DO TEMA E OBJETIVOS.....	25
I – INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO, VALORIZAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO	31
1. A IMPORTÂNCIA DA INVENTARIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO NA SALVAGUARDA	33
2. CARTAS, CONVENÇÕES E LEGISLAÇÃO.....	35
II – “OUTRA BANDA”.....	41
1. ENQUADRAMENTO	43
2. CARACTERIZAÇÃO.....	49
2.1. Geologia	49
2.2. Hidrografia	51
2.3. Relevo e Hipsometria	53
2.4. Solo.....	55
2.5. Vegetação	57
2.6. Clima.....	59
3. HISTÓRIA.....	61
III – QUINTAS DA “OUTRA BANDA”	77
1. QUINTAS	79
2. LEVANTAMENTO GERAL.....	85
3. METODOLOGIA.....	89

3.1.	Fase I – Estudo da Amostra.....	91
3.1.1.	Critérios e Parâmetros de Avaliação.....	91
3.1.2.	Avaliação da Amostra.....	95
3.1.2.1.	Constituintes	95
3.1.2.2.	Sistema Hidráulico	96
3.1.2.3.	Estado de Conservação.....	97
3.1.2.4.	Primeira Referência (Conhecida).....	97
3.1.2.5.	Cronologia das Intervenções	98
3.1.2.6.	Ordens Religiosas (Afetação e Cadastro)	99
3.1.2.7.	Classificação.....	100
3.1.2.8.	Ligações Viárias e Fluviais	100
3.1.2.9.	Contexto.....	100
3.1.2.10.	Exposição Solar	101
3.1.3.	Seleção dos Casos de Estudo	102
3.1.4.	Considerações.....	103
3.2.	Fase II - Casos de Estudo.....	105
3.2.1.	Levantamento e Análise Individual.....	105
3.2.1.1.	Quinta de Buxos	106
3.2.1.2.	Quinta da Conceição	113
3.2.1.3.	Quinta dos Pianos.....	121
3.2.1.4.	Quinta da Princesa e Infanta	131
3.2.1.5.	Quinta da Fidalga.....	139
3.2.1.6.	Quinta do Álamo	150
3.2.1.7.	Quinta da Estalagem	160
3.2.1.8.	Quinta da Praia das Fontes	165
3.2.2.	Abordagem Comparativa dos Valores Culturais	172
3.2.2.1.	Constituintes	173
3.2.2.2.	Revestimentos e Pavimentos	174

3.2.2.3. Sistema Hidráulico	174
3.2.2.4. Outros Valores	175
3.2.2.5. Estado de Conservação.....	175
3.2.2.6. Considerações	176
3.2.3. Representatividade Tipológica	176
3.2.4. Excepcionalidade dos Casos de Estudo	177
3.2.5. Viabilidade dos Casos de Estudo no Presente e Futuro Próximo	184
IV – CLASSIFICAÇÃO	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	199

INTRODUÇÃO

O presente relatório é o fruto do trabalho desenvolvido ao longo de cerca de oito meses de estágio na Direção Geral do Património Cultural (DGPC), que “tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.”¹

O estágio decorreu na Divisão de Património Imóvel, Móvel e Imaterial (DPIMI) do Departamento de Bens Culturais (DBC), que têm como competências, entre outras dentro da salvaguarda, o estudo, a inventariação e classificação dos bens culturais.²

A DPIMI, mediante as competências e atribuições definidas por lei, tem vindo a preencher lacunas a nível da salvaguarda do património paisagístico, muitas vezes decorrentes da vastidão deste património, das omissões legais e da inexistência de regimes específicos.

*O património paisagístico histórico, (...) que (...) engloba os jardins, (...) as quintas de recreio, as cercas conventuais, lugares de peregrinação e tapadas, não têm sido eficazmente reconhecidos e protegidos na conjuntura do património cultural português, se os compararmos com os outros tipos deste património.*³

A área de estudo, sobre a qual se desenvolveu este trabalho, engloba os seis concelhos ribeirinhos da “Margem Esquerda do Tejo” da Península de Setúbal, que durante épocas foram designados como a “Outra Banda”.⁴

*Tal é o nome genérico que se dá aos arredores de Lisboa na marg. esq. do Tejo, que compreendem os concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Aldeia Galega e Alcochete (...).*⁵

A paisagem da “Outra Banda”, e até ao início do século XX, estruturava-se com base em diferentes tipos de unidades de exploração, como as cercas, as quintas e os casais, das quais se destacavam as quintas, quer pela quantidade e quer pela diversidade de tipologias. Algumas destas unidades, para além da componente de

¹ Direção - Geral do Património Cultural, *Missão*, 2018, acessido a 3 de setembro de 2018, em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/>.

² Despacho n.º 11142/2012 de 16 de agosto de 2012, in *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 158, Direção – Geral do Património Cultural, disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/despacho11142_2012unidadesflexiveidadgpc.pdf.

³ Rute Sousa Matos, *Recuperação de Jardins Históricos em Portugal, Algumas Reflexões*, Évora, trabalho de síntese das provas de Aptidão Pedagógica e capacidade científica realizadas na Universidade de Évora, Universidade de Évora, 1999, p.46.

⁴ Estes seis concelhos ribeirinhos são também designados por “Margem Sul do Tejo”, “Margem Esquerda do Estuário do Tejo”, “Margem Esquerda do Tejo”, “Banda D’Além do Tejo” e “Arco Ribeirinho Sul do Estuário do Tejo”.

⁵ Raul Proença (org.), *Guia de Portugal, Generalidade, Lisboa e Arredores*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p.605.

produção, foram também procuradas como espaço de recreio, dando forma às Quintas de Recreio.

Contudo, as alterações associadas à revolução industrial imprimiram nesta paisagem profundas transformações: introdução da via férrea, novas indústrias, a “Ponte Sobre o Tejo”¹ e a expansão urbana, nem sempre planeada, que levaram ao desaparecimento de grande parte daqueles valores paisagístico, que em tempos definiram a identidade da “Outra Banda”.

É neste contexto que se considera oportuno, e até fundamental, eleger como objeto de estudo as quintas da “Margem Sul do Tejo”, enquanto âncoras que caracterizaram e definiram esta paisagem durante séculos.

Acresce-se a esta opção o facto de, até à data, serem escassos, e em alguns casos inexistentes, os trabalhos e levantamentos referentes a este objeto de estudo, neste território.

Para a concretização dos objetivos definidos, recorreu-se a dados credíveis, acedendo ao maior número possível de fontes, privilegiando as primárias e outras das mais diversas origens como obras literárias, instrumentos legislativos, monografias e estudos locais, imprensa local, fotografias áreas e cartografia.

Este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, e abrange a temática das quintas sequencialmente, da escala paisagem para a escala do lugar, com o principal objetivo de reconhecer e apreciar valores culturais, pela criação de um método, bem como salvaguardá-los, contribuindo para o inventario e classificação.

O primeiro capítulo, focado nos instrumentos de proteção, valorização e salvaguarda do património paisagístico, foi dividido em dois subcapítulos: o primeiro estabelece a importância da inventariação e classificação para a salvaguarda dos valores patrimoniais, onde se inserem os paisagísticos; e o segundo refere-se às cartas, recomendações, convecções, legislação, etc., em âmbito nacional e internacional, que visam a salvaguarda desses mesmos valores.

O segundo capítulo corresponde à contextualização, caracterização, cronologia e definição do território em estudo, de modo a termos um suporte viável para a análise e avaliação do objeto de estudo.

¹ Apesar de ser corrente a designação de “Ponte 25 de Abril”, que veio substituir a designação “Ponte Salazar”, o nome oficial da ponte é “Ponte Sobre o Tejo”.

O terceiro capítulo é focado já nas quintas. Este capítulo foi dividido em três subcapítulos de acordo com os objetivos deste trabalho: no primeiro é feita uma aproximação ao conceito; no segundo é realizado o rastreio de todas as quintas subsistentes na “Outra Banda”; e o terceiro, no qual se reúne uma amostra e se elegem casos de estudo a estudar de forma exaustiva.

Este último subcapítulo foi dividido em duas fases:

- Na primeira é selecionada uma amostra de estudo, onde será feita uma identificação e avaliação global dos valores culturais através de uma metodologia, inicialmente, hierarquizada e gradativa, tendo em conta as especificidades deste território e procurando distinguir tipologias locais. Nesta segue-se uma abordagem por aproximação, por acumulação e/ou imposição de condicionantes, que visam a identificação de casos de estudo, para análise mais aprofundada;
- Na segunda fase esses casos de estudo são estudados individualmente e comparativamente, de modo a distinguir os que possuem maior valor cultural, contribuindo para o inventário, e os que se destacam pela excecionalidade ou representatividade, para fins de classificação.

No quarto capítulo é justificada a abertura de procedimentos de classificação para as quintas que se destacam pelos maiores valores paisagísticos, tanto pela representatividade como pela excecionalidade.

A inventariação e a classificação do património paisagístico são instrumentos fundamentais para a salvaguarda dos valores culturais. Desta forma, este trabalho pretende tornar-se um contributo para o reconhecimento, proteção, divulgação e salvaguarda do património paisagístico da “Outra Banda”, bem como da “Arte Paisagista” em Portugal.

No que se refere às tabelas, quadros, fotografias, listas, registos, etc., optou-se por criar um segundo volume, facilitando deste modo a leitura entre o corpo principal do trabalho e o material de apoio.¹

¹ No segundo volume foi também feita uma listagem dos nomes vernaculares e científicos das espécies vegetais mencionadas neste trabalho, uma vez que por questões de leitura optamos por no primeiro volume apenas identificar cada espécie pelo seu nome comum.

JUSTIFICAÇÃO, RELEVÂNCIA DO TEMA E OBJETIVOS

A “Outra Banda”, território que compreende os concelhos ribeirinhos da “Margem Esquerda do Tejo”, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, possuiu desde muito cedo, e pela relação de proximidade, um papel fundamental no desenvolvimento da capital de Portugal.

Em simultâneo, a partilha dos seus limites com o Tejo e seus esteiros e a acessibilidade fluvial expedita, ditaram que este território se tivesse desenvolvido em sintonia com as dinâmicas e necessidades da capital.

Até ao início do século XX, a “Outra Banda” estava repartida em propriedades de dimensão variável, destacando-se as quintas como unidades estruturais de paisagem. Nessas unidades operacionais, de entre as várias atividades e produtos, predominava o cultivo da vinha, a extração do sal e a madeira, para a lenha e construção, produtos tradicionais da “Margem Esquerda do Tejo” e essenciais à subsistência da capital.

Acresce-se que o Tejo servia tanto como meio de ligação direta, entre margens, como também de separação, permitindo o distanciamento da “Outra Banda”, à vida agitada e, por vezes, pestilenta da grande urbe. Este isolamento, intencional e procurado, levou a que algumas quintas da “Margem Esquerda do Tejo” incorporassem para além das componentes produtivas, outras de recreio.

Uma vez que as Quintas de Recreio são as mais representativas da “Arte Paisagista” em Portugal, a sua salvaguarda e reconhecimento é fundamental, pois são estas as que manifestam o ideário de jardim na cultura portuguesa¹, pela conjugação da produção e do recreio no mesmo espaço.

A sua identificação, proteção e divulgação são processos fundamentais para a sua salvaguarda, pois este é um património que pela natureza dos seus elementos, se caracteriza pela enorme fragilidade, pelos constituintes que integra.

*Características intrínsecas à natureza do jardim, como a efemeridade dos elementos naturais e a sua maior vulnerabilidade às mutações que o devir histórico gera e à própria vontade humana, determinaram o seu desaparecimento.*²

Atualmente, do passado rural e de recreio na “Outra Banda”, subsistem poucas quintas intactas que, durante séculos, caracterizaram e estruturaram este território. O seu valor patrimonial nem sempre foi reconhecido, tendo as mesmas sido esquecidas, desvalorizadas e destruídas. Urge salvaguardar este património paisagístico,

¹ Cf. Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem, Especialidade de Arquitetura Paisagista e Arte dos Jardins, Universidade de Évora, 1995, p.23.

² *Ibidem*, p.146.

estudando, inventariando, classificando, recuperando, gerindo e divulgando, envolvendo sempre a população e agentes locais, sem preterir as respetivas autarquias. Esta postura sinérgica levou à proposta de realização deste trabalho.

Atualmente, constata-se que a “Margem Sul do Tejo” está pouco estudada e documentada no que respeita à identificação do património paisagístico, excetuando alguns trabalhos de referência. Estes últimos, embora relevantes, são insuficientes para a identificação de estratégias mais abrangentes e propostas de medidas concretas ao nível de contributos para o inventário e eventual classificação. Neste contexto, justifica-se este trabalho, através do qual se pretende preencher lacunas ao nível do conhecimento do património paisagístico da “Outra Banda”, dando especial destaque ao estudo das quintas que ainda subsistem neste território.

O trabalho aqui apresentado, que foi resultado do estágio realizado na DPIMI do DBC na DGPC, sediada no Palácio da Ajuda, encontra-se condicionado pelos atributos e competências desta entidade pública, do departamento e da divisão em que decorre.

A entidade acolhedora deste estágio (DGPC) “tem como missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.”¹

A DGPC é responsável, entre outras, pelas seguintes atribuições: “Propor a classificação de bens imóveis, de interesse nacional e de interesse público, e a fixação das respetivas zonas especiais de proteção, bem como propor a classificação e realizar a inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património cultural móvel e imaterial, assegurando o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário dos bens culturais objeto de proteção legal;”² “Autorizar, nos termos da lei, os planos, projetos, trabalhos, alterações de uso e intervenções de iniciativa pública ou privada a realizar em imóveis classificados ou em vias de classificação, designadamente monumentos, conjuntos e sítios, e pronunciar - se sobre os mesmos nas zonas de proteção dos imóveis que lhe estejam afetos, ainda que coincidam com zonas de proteção de outros imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como emitir diretivas vinculativas neste domínio”.³

¹ N.º 1 do Artigo 2.º referente a “Missão e atribuições” do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, in *Diário da República*, 1.ª série – N.º 102, disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/177827>.

² Alínea b) do n.º 2 do Artigo 2.º referente a “Missão e atribuições” do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, in *Diário da República*, 1.ª série – N.º 102, disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/177827>.

³ Alínea g) do n.º 2 do Artigo 2.º referente a “Missão e atribuições” do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, in *Diário da República*, 1.ª série – N.º 102, disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/177827>.

Estas atribuições e competências são imputadas pelo n.º 4 do Artigo 2.º da Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho ao DBC que tem as seguintes competências: “a) Propor e promover, na circunscrição territorial da NUTS II de Lisboa e Vale do Tejo, a classificação ou a inventariação de bens culturais imóveis, bem como a definição ou redefinição das zonas especiais de proteção, e coordenar os procedimentos nas restantes circunscrições territoriais do continente, bem como propor a conversão de anteriores procedimentos, nomeadamente a desclassificação; b) Sistematizar, desenvolver, organizar e manter atualizado o Inventário Geral do Património Cultural no âmbito das competências da DGPC, bem como os inventários já existentes, designadamente o inventário respeitante aos imóveis classificados, em articulação com o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) e o sistema de informação relativos às bases de dados georreferenciadas; c) Assegurar os registos patrimoniais de classificação e de inventário consagrados na Constituição e estabelecidos em matéria de proteção de dados pessoais.” Competências que pelo Despacho n.º 11142/2012 de 16 de agosto são atribuídas à DPIMI.

Neste contexto a DPIMI tem vindo a desenvolver trabalho a nível da salvaguarda de determinadas tipologias patrimoniais, nomeadamente do património paisagístico com valor cultural, mediante recurso aos quadros técnicos que integra ou a agentes externos, através de protocolos com universidades proporcionando a realização de estágios de mestrados.

É exemplo o estágio, que culminou no trabalho aqui apresentado, que decorreu da assinatura do protocolo estabelecido entre a Universidade de Évora e a Direção Geral do Património Cultural e tem presente a inserção em contexto de trabalho e a produção do relatório final “As Quintas da “Outra Banda”: de um passado rural a um futuro cultural”.

De uma forma geral, o estágio nos termos propostos pela DGPC inclui-o um levantamento da situação atual, uma análise, avaliação e síntese enquanto suporte de contributos para o inventário e eventuais classificações dos bens paisagísticos pelo reconhecimento do seu respetivo valor cultural. Nos objetivos específicos inclui-se:

- Colmatar lacunas a nível do conhecimento do património paisagístico, mais concretamente das quintas, que ainda subsistem na “Outra Banda”, nos seis concelhos ribeirinhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo¹ e Alcochete;

¹ O concelho do Montijo engloba cinco freguesias: Sarilhos Grandes, Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia, Montijo e Afonsoeiro, Canha, e União das Freguesias de Pegões. Estas duas últimas freguesias encontram-se numa situação de enclave, pelo que não serão incluídas neste trabalho, pois estão geograficamente afastadas dos processos associados ao Tejo.

- Rastrear todas as quintas referenciadas em cronologias anteriores ao século XX, independentemente do seu estado de conservação, mesmo que delas só subsistam alguns vestígios;
- Desenvolver um método tendo em vista a avaliação do universo das quintas e a distinção de casos de estudo pela excecionalidade ou representatividade;
- Identificar e estudar tipologias locais;
- Identificar “Quintas de Recreio”;
- Reconhecer e avaliar valor cultural nos casos de estudo;
- Apresentar contributos para o inventário do património imóvel;
- Justificar a abertura de procedimento de classificação de quintas em função das categorias e graus previstos na legislação;
- Analisar criticamente as abordagens processuais internas da DGPC e apresentar sugestões.

**I – INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO, VALORIZAÇÃO E
SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO**

1. A Importância da Inventariação e da Classificação na Salvaguarda

A inventariação é o primeiro instrumento no processo que leva à salvaguarda do património cultural. Este processo é fulcral na tutela e recuperação do património, pois é o reconhecimento da sua existência, através do registo da mesma, que permite defender a sua preservação.

Qualquer política de salvaguarda deve incluir, antes de tudo, a construção de um inventário, que permita conhecer a história e o valor de cada imóvel, saber o atual estado do mesmo, a sua importância e identificar situações de risco, entre outros. A sua concretização, carece de recolha de informação através de pesquisa em diversas fontes como bibliográficas e cartográficas. É também essencial a realização de visitas aos mesmos, pois só assim é possível caracterizá-los e saber a sua realidade, bem como avaliar as transformações na sua envolvente que possam interferir no seu equilíbrio. É o conhecimento das particularidades de cada bem cultural que permite garantir a sua salvaguarda.

O inventário, que se deve adaptar às diferentes realidades de património, bem como às especificidades do local onde cada um se insere, deve ser um documento aberto que possibilite a atualização contínua.

Em Portugal a inventariação dos bens culturais tem como base a Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

No âmbito nacional, têm vindo a ser desenvolvidos alguns levantamentos e inventários referentes ao património paisagístico, do qual destacamos pelo pioneirismo, a “Arte Paisagista e Artes dos Jardins em Portugal”¹ (1962), de Ilídio Alves de Araújo, e o “Inventário da Arte Paisagista em Portugal”² (1985), de Aurora Carapinha.

A classificação, enquanto forma de salvaguarda distingue-se da anterior, pois confere um estatuto oficial aos imóveis, regendo-se pela legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho e o Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro.

¹ Cf. Ilídio Alves de Araújo, *A Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

² Cf. Aurora Carapinha, *Inventário da Arte Paisagista em Portugal*, Évora, trabalho de síntese das provas de Aptidão Pedagógica e capacidade científica realizadas na Universidade de Évora, 1986.

A classificação deverá ter sempre subjacente uma avaliação dos valores culturais que um bem encerra, destacando a representatividade de um imóvel dentro de uma tipologia ou a respetiva excecionalidade do mesmo.

A classificação procura salvaguardar a identidade e autenticidade dos imóveis, preservando a integridade dos valores patrimoniais em presença, assegurando a sua viabilidade no presente e futuro próximo.

2. Cartas, Convenções e Legislação

O desaparecimento e destruição de inúmeros bens patrimoniais em consequência da Revolução Industrial, da Primeira e Segunda Guerra Mundial, dos processos de regeneração urbana, etc., levou à criação de um conjunto de documentos legais que visam a salvaguarda do património cultural, onde se inclui o paisagístico.

Considerando o âmbito deste trabalho é importante referimos os diplomas que de algum modo contribuíram para a valorização da “Arte Paisagista” e do seu estatuto enquanto património cultural em Portugal.

A proteção da obra que referencia o Homem ao tempo e ao espaço, apresenta-se necessária e tem sido sobretudo reconhecida, e focada internacionalmente, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e das suas associações não governamentais, como é o caso do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o ICOSMOS-IFLA.¹

A “Carta de Antenas” (1931) foi o primeiro documento exclusivamente dedicado ao património, incidindo sobre o restauro de monumentos. Apesar de se focar nos imóveis arquitetónicos, já denota uma preocupação pela evolvente do monumento.

Há também necessidade de estudar as plantas e ornamentações vegetais adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo.²

Um outro ponto a destacar no conteúdo desta carta é a importância dada ao papel da inventariação dos monumentos.

Em 1962, a UNESCO apresenta as “Recomendações para a Proteção da Beleza e do Caracter das Paisagens e Sítios”. Destas recomendações “resultaram orientações para a salvaguarda, proteção e recuperação da beleza e do carácter das paisagens naturais, rurais e urbanas com intervenção do Homem, ou não, mas que contivessem interesse estético, cultural, ou que constituíssem envolvências naturais

¹ Rute Sousa Matos, *Recuperação de Jardins Históricos em Portugal, Algumas Reflexões*, Évora, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1999, p.15.

² Serviço Internacional de Museus, *Carta de Antenas, Conclusões da Conferencia Internacional de Antenas sobre o Restauro dos Monumentos*, Antenas, 1931, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAntenas.pdf>.

características.”¹ Neste documento é mencionada a importância do homem enquanto criador de paisagens.

*A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens e aos sítios naturais, mas estender-se também às paisagens e sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem.*²

A “Carta de Veneza” (1964) sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, surge como uma atualização à “Carta de Atenas” e é um “documento de valor indiscutível, que constitui um modelo de filosofia para a conservação do património cultural, não obstante as alterações e revisões a que tem sido sujeita”³. O primeiro artigo desta carta esclarece que o conceito de monumento histórico engloba, para além da “criação arquitetónica isolada”, o “sítio rural ou urbano”. Deixa implícito que a “conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala”, aludindo à importância da salvaguarda da envolvente.⁴

Em 1972 foi publicada a “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”, onde é referido que cada estado deve “assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural”. No artigo 1º e 2º desta convenção são feitas as definições de património cultural e património natural, e é novamente mencionada a importância dos inventários.

*Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural (...).*⁵

As “Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial” pretendem facilitar a aplicação da “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”, e vêm definir os patrimónios que podem ser propostos a património mundial da UNESCO, “Património Cultural e Natural”, Património Misto Cultural e Natural”, “Paisagens Culturais”, “Património Móvel”, “Valor Universal Excecional”.⁶ As paisagens

¹ Rute Sousa Matos, *Recuperação de Jardins Históricos em Portugal, Algumas Reflexões*, Évora, Tese de Mestrado, Universidade de Évora, 1999, p.16.

² UNESCO, *Recomendações para a Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e Sítios*, Paris, 1962, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>.

³ Rute Sousa Matos, *op.cit.*, p.17.

⁴ II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*, Veneza, 1964, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>.

⁵ UNESCO, *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural*, 1972, disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

⁶ *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, 2008, disponível em: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/2010-orientacoes_tecnicas_para_aplicacao_do_patrimonio_mundial.pdf.

culturais encontram-se divididas em três categorias principais: a) as paisagens artificiais, projetadas e criadas intencionalmente pelo homem, onde se insere o objeto de estudo deste trabalho; b) as paisagens que se modificaram através de uma evolução espontânea e que se subdividem em duas, as paisagens vivas, de uso continuado até ao presente, e as paisagens fósseis; c) e as paisagens que possuem fortes associações com aspetos particulares da cultura.

No apelo de Granada sobre “A Arquitetura Rural no Ordenamento do Território” (1976) fala-se sobre a problemática do desenvolvimento industrial da agricultura e da desertificação da paisagem rural. É dada ênfase à importância da conservação do património paisagístico e arquitetónico.¹

Em 1981 a ICOMOS-IFLA elaborou uma adenda à “Carta de Veneza”, relativa à salvaguarda de “jardins históricos”, que visou suprir a inexistente objetividade sobre a salvaguarda dos jardins relativamente às cartas anteriores, que apenas se referiam à salvaguarda dos jardins como parte de um conjunto edificado. A “Carta de Florença” define que um “jardim histórico” deverá ser considerado como um monumento, e reúne um conjunto de princípios para as intervenções sobre este património com vista à sua salvaguarda e proteção, referindo a fragilidade dos seus constituintes, pela transformação e efemeridade dos elementos principais deste património. É explícito nesta carta que a gestão deste património deve estar a cargo de técnicos especializados.

*O jardim histórico é um dos elementos do património, cuja sobrevivência, devido à sua natureza, exige os maiores cuidados contínuos por pessoas qualificadas. Convém, portanto, que uma pedagogia apropriada assegure a formação destas pessoas, quer se trate de historiadores, arquitetos, arquitetos paisagistas, jardineiros ou botânicos.*²

A “Convenção de Granada” ou “Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa” (1984) define que o “património arquitetónico” integra os monumentos, os conjuntos arquitetónicos e os sítios. No artigo 2º é realçada a importância de manter ativo o inventário e no artigo 17º é referida a pertinência da troca de informação entre as partes.³

¹ Conselho da Europa, *O Apelo de Granada, A Arquitetura Rural no Ordenamento do Território*, Granada, 1976, disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3725/o%20apelo%20de%20granada.pdf?sequence=1>.

² ICOMOS-IFLA, *Carta de Florença Sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos*, 1981, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadeflorenca.pdf>.

³ *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa*, Granada, 1985, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>.

A “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas” ou “Carta de Washington” (1987), “refere-se a conjuntos urbanos históricos, de maior ou menor dimensão, incluindo as cidades, as vilas e os centros ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou construída pelo homem, os quais para além de constituírem documentos históricos são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais”, e vem definir um conjunto de medidas para a sua salvaguarda.¹

Em 1996 são publicados pela ICOMOS os “Princípios para o Registo de Monumentos, Grupos de Edifícios e Sítios”, onde são mencionados os principais motivos para o inventário do património cultural, cujo registo tem um papel fundamental na salvaguarda do mesmo.²

A “Carta de Burra” (1999) veio estabelecer um conjunto de definições e conceitos, referente à conservação e gestão dos sítios com significado cultural, indicando linhas orientadoras.³

Na “Carta para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural” (2000) são elencados os diferentes tipos de patrimónios, nomeadamente os paisagísticos, que necessitam de diferentes instrumentos de gestão e proteção, com vista à sua salvaguarda.

*As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interação prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente.*⁴

A “Convenção Europeia da Paisagem” realizada em Florença a 20 de outubro de 2000 foi aprovada em Portugal pelo Decreto n.º 4/2005. Este foi o primeiro documento com foco na paisagem e “tem por objetivo promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio.”⁵ Segundo Aurora Carapinha, é a alinha a) e c) do art.º 1º que patenteia a maior importância sobre as definições e conceitos atribuídos à paisagem, “uma vez que eles determinam a democratização do conceito de paisagem que historicamente se tem oferecido como

¹ ICOMOS, *Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas*, Washington D.C., 1987, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobresalvaguardadacidadeshistoricas1987.pdf>.

² ICOMOS, *Princípios para o Registo de Monumentos, Grupos de Edifícios e Sítios*, 1996, disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/principios-para-o-registo-de-monumentos-grupos-de-edificios-e-sitios.pdf>.

³ AUSTRALIA ICOMOS, *A Carta de Burra*, 1999, disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>.

⁴ *Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, Cracóvia, 2000, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>.

⁵ Artigo 3.º referente a “Objetivos” do Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro, in *Diário da República n.º 31/2005, Série I-A*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/596314/details/maximized>.

um conceito elitista (tanto ao nível académico como artístico). Ao trazerem a discussão da política da paisagem para a esfera da vivência das comunidades estão a outorgar à paisagem a sua dimensão real. Ser a representação de uma cultura, ser a forma, a imagem do antidestino que se constrói na relação íntima, sanguínea, sofrida entre o Homem e a Terra. Ao fazê-lo a Convenção da Paisagem assume, no corpo e no espírito do diploma, a dimensão patrimonial e identitária da Paisagem.”¹

A “Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade” (2005) define que o “património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo”, aproximando esta definição ao conceito de paisagem, enquanto valor identitário.²

No quadro da legislação portuguesa, no âmbito da identificação dos bens culturais e salvaguarda dos mesmos, destacam-se três documentos: a) a Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, onde são estabelecidas “as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.” Contudo, é de notar que no n.º3 do artigo 2º onde se define o “interesse cultural relevante (...) dos bens que integram o património cultural” a dimensão paisagística está omissa;³ b) o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho que “estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal”, que introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural;⁴ c) e o Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, que estabelece o “procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.”⁵

¹ Aurora Carapinha, “País enquanto Paisagem”, in *Revista da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas*, nº 6, s.l., s.n., novembro de 2010 – maio de 2011, pp.21-25.

² *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, Faro, 2005, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoFaro.pdf>.

³ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, in *Diário da República n.º 209, Série I-A*, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>.

⁴ Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho, in *Diário da República n.º 113/2009, Série I*, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/494543/details/maximized>.

⁵ Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, in *Diário da República n.º 206/2009, Série I*, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483153/details/maximized>.

Em 2015, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2015 de 4 de julho aprovou a “Política Nacional de Arquitetura e Paisagem”, que surge em cumprimento de compromissos estabelecidos internacionalmente por Portugal referentes à valorização da arquitetura, da paisagem e do património cultural.¹

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015 de 7 de julho, in *Diário da República n.º 130/2015, Série I*, disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/69736204/details/maximized?serie=I&drelid=69736202>.

II – “OUTRA BANDA”

1. Enquadramento

Portugal Continental “ocupa a maior parte do litoral ocidental da Península”¹ Ibérica, é limitado a poente e a sul pelo Oceano Atlântico e localiza-se no extremo mais ocidental do Continente Europeu. Goza de uma posição privilegiada tanto à escala local, regional e nacional, principalmente pelas relações marítimas / fluviais. Neste contexto, é relevante mencionar a génese e desenvolvimento dos aglomerados urbano-industriais associados à foz dos rios, reconhecendo especial destaque a Lisboa pela dimensão e complexidade das dinâmicas que marcaram as paisagens envolventes.

A área de estudo engloba os seis concelhos ribeirinhos da “Margem Esquerda do Estuário do Tejo”: Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, listados a partir da foz do Tejo. Os concelhos mencionados, em conjunto com os restantes confinantes a sul – Palmela, Sesimbra e Setúbal – dividem administrativamente a Península de Setúbal e pertencem à Região Metropolitana de Lisboa. A Região Metropolitana de Lisboa tem como um dos seus traços fundamentais a sua divisão em duas áreas separadas pelo Tejo: a “Grande Lisboa”, a norte, e a Península de Setúbal, a sul.²

A “Outra Banda” engloba duas paisagens protegidas - a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, concelho de Almada, que engloba a Mata dos Medos, as Terras da Costa e a Arriba Fóssil e Orla Costeira, e a Reserva Natural do Estuário do Tejo, no concelho de Alcochete. Esta última destaca-se pela sua importância a nível da flora e fauna, em particular pela avifauna aquática, que habitam numa das dez zonas húmidas mais relevantes da Europa para as aves migrantes.³

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental”, reconhece na Península de Setúbal quatro Unidades de Paisagem: o “Arco Ribeirinho Almada – Montijo”, a “Outra – Banda Interior”, a “Charneca da Lagoa de Albufeira” e a “Serra da Arrábida”, inseridas no grupo correspondente à “Área Metropolitana de Lisboa – Sul”. Esta divisão põe em evidência que, apesar da dimensão reduzida deste território, comparativamente à escala de outros Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental, as

¹ Hermann Lautensach, Orlando Ribeiro (comentários e atualização Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, Vol. I, Lisboa, João Sá da Costa, 1991, p.7.

² Cf. Duarte Belo, José Mattoso, Suzanne Daveau, *Portugal, o Sabor da Terra, Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores, 2010, p.526.

³ Cf. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *Reserva Natural do Estuário do Tejo*, 2018, acessado a 11 de junho de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnet>.

paisagens aqui apresentam-se “francamente variadas e contrastadas”¹. Este Grupo de Unidades de Paisagem tem como limites marítimos / fluviais, o Rio Tejo a norte, o Oceânico Atlântico a oeste e sul, e o Rio Sado a sul. Por sua vez, os limites de terra firme correspondem a norte e este ao “Ribatejo”, e a este e sul às “Terras do Sado”.

O trabalho aqui presente assenta nas Unidades de Paisagem “Arco Ribeirinho Almada – Montijo” e “Outra – Banda Interior”. Porém, por questões administrativas e legais, optámos por definir como limites de trabalho, não estas unidades, mas sim os limites concelhios de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.

A Unidade de Paisagem “Arco Ribeirinho Almada – Montijo” é de todas as paisagens, da área de estudo, aquela que detém a relação mais íntima com o rio Tejo e com a capital, mantendo sempre, direta ou indiretamente, uma ligação com ambas. De fato, percorrer esta paisagem é um desafio aos sentidos, entre os jogos volumétricos, do relevo ou da edificação que permitem não só criar enquadramentos paisagísticos para a outra margem, mas também potenciar espetaculares efeitos de surpresa quando, repentinamente, se avista o rio Tejo, ou até mesmo quando se avista a capital, mas não se vê o rio, tendo sempre o sentimento da sua presença, não visual, mas sentimental. Existe sempre nesta paisagem uma relação bastante sensitiva e até emotiva com o Tejo, provocada por diferentes ambiências como o som, a luz e o cheiro, que são sinais constantes da presença do rio, e que só se atingem pela vivência deste espaço.

Esta paisagem enriquece-se pelos magníficos contrastes, entre os “Montes de Almada”² e o “Anfiteatro” Sul do Estuário do Tejo”³. O primeiro apresenta-se com uma arribas abrupta que delimita a sul o “Gargalo do Tejo”, e o segundo é o resultado do confronto entre a Serra da Arrábida e a planura dos terrenos associados aos esteiros formando um “anfiteatro” sobre Lisboa, na qual a relação visual com as colinas da capital e o Tejo é uma constante, sendo só interrompida ou pelo edificado ou pela morfologia.

*(...) uma série inolvidável de maravilhosos panoramas de Lisboa, que, no fundo dos esteiros, aparece esfumada pela distância, vaga, vaporosa, envolvida como que de um halo de sonho e de mistério.*⁴

¹ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.127.

² Que se compreende entre a povoação de Trafaria e Cacilhas, do concelho de Almada. Cf. Alexandre Cancela d’Abreu, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976, p.7.

³ *Ibidem*.

⁴ Raul Proença (org.), *Guia de Portugal, Generalidade, Lisboa e Arredores*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p.606.

Contudo, apesar desta relação tão particular com o Tejo e seus “braços”, e mesmo com a persistência de algumas praias, sapais, “matas e campos, ao longo do Tejo”¹, que recordam a sua antiga foz², esta paisagem caracteriza-se por construções densas e desorganizadas, principalmente nos limites ribeirinhos, nos quais sobressaem os velhos estaleiros e as instalações industriais, por vezes abandonadas, como os Estaleiros Navais de Lisboa e a antiga Companhia União Fabril no Barreiro.

De mencionar também a Base Naval de Lisboa, no sítio do Alfeite, concelho de Almada, sediada em terrenos de antigas quintas ligadas a membros da família real, como a Quinta do Alfeite, do Antelmo e da Bomba, e a Base Aérea Nº 6, no concelho do Montijo, cuja construção levou ao desaparecimento quase total, ou mesmo total, de diversas quintas com elevado valor patrimonial³.

Entre estas zonas, subsistem alguns terrenos agrícolas ou expetantes, em tempos pertencentes a quintas, das quais destacamos a Quinta do Esteiro Furado⁴, concelho da Moita, e a Quinta Braamcamp⁵, no concelho do Barreiro, que testemunham os usos do passado.

De mencionar também nesta paisagem a Mata Nacional da Machada⁶, como uma das poucas manchas de pinhal e sobre persistente, mas de integridade já comprometida.

A paisagem de Alcochete insere-se, em parte, na Reserva Natural do Estuário do Tejo, e mantém uma relação muito peculiar com o Tejo, possuindo importantíssimas marinhas⁷. Caracteriza-se pela influência da paisagem ribatejana, com um relevo plano, integrando propriedades no geral de grande dimensão, tanto de sequeiro como de regadio, assumindo-se maioritariamente rural. Sobressaem algumas manchas florestais relevantes, com predominância para o montado de sobre.

Esta paisagem, de povoamento rural disperso, não foi sujeita a grandes alterações urbanísticas nem mesmo com a inauguração da “Ponte Vasco da Gama”. É o único concelho da área em estudo que ainda conserva a identidade, subsistindo atividades e explorações seculares, como as salinas.

¹ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.136.

² Em tempos a foz do Tejo localizava-se na Lagoa de Albufeira, daí esta estrutura original de ribeiras e esteiros.

³ Como a Quinta do Rodelo, a Quinta da Póvoa e a Quinta da Rota, todas desaparecidas com implantação da Base Aérea Nº 6.

⁴ V. Vol. II, Quadro IV, p.75.

⁵ V. Vol. II, Quadro III, p.73.

⁶ Cf. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *PGF - Mata Nacional da Machada*, 2018, acessido a 11 de junho de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/qf/pgf/publicitacoes/encerradas/df-lx-vtej/pgf-mn-machada>.

⁷ V. Vol. II, Fig. 1, p.91.

Porém, antevemos que com a extensão do Aeroporto de Lisboa para a Base Aérea Nº 6, esta paisagem possa vir a sofrer alterações irreversíveis, como aconteceu nos restantes concelhos em estudo, pela expansão urbanística incoerente e, muitas vezes desorganizada, que desencadearam forte instabilidade no património cultural subsistente.

É de referir também, pela sua diferenciação, a paisagem da “charneca” – Charneca da Caparica. Esta paisagem sempre foi referenciada como um sítio árido e pouco propício a povoar. Tomemos como exemplo a descrição feita por Balthasar Telles na “Crónica da Companhia de Jesus em Portugal” de 1647, relativamente à paisagem circundante da Quinta de Vale de Rosal¹, no sítio da “charneca”.

(...) fica esta quinta no meyo de huma grande, & estendida charnêca; he o lugar toda á roda muy tosco, seco, & esteril, cheyo de sylvados incultos, cõtinuado de matos maninhos, & de areaes escalvados, escondido em valles, cercado de brenhas, cubertos de pinheiraes bravios, de zimbros, de tojos, & de outros frutices sylvestres: he sitio mais accommodado pera caças de monteria, que pera morada de gente culta, & por isso muy frequentado de corças, & veados, infestado de lobos, & de outros semelhantes animaes monteses.²

Da paisagem de Balthasar Telles, subsiste a Mata Nacional dos Medos, antigamente designada de “Pinhal do Rei”³, como uma das poucas manchas de pinhal que sobreviveram à expansão urbana, na “Margem Esquerda do Tejo”.⁴ Desta paisagem que era “até há quarenta anos quase totalmente coberta por pinhais”⁵, restam algumas manchas mais ao menos isoladas, na sua maioria loteadas para a construção de milhares de moradias, muitas das quais ainda em fase de licenciamento. Como

¹ V. Vol. II, Quadro I, p. 63.

² Balthasar Telles, *Choronica da Companhia de Jesus em Portugal*, Vol. II, Lisboa, s.n., 1647, pp.34-35.

³ A Mata Nacional dos Medos foi mandada plantar no século XVIII por D. João V, com o objetivo de estabilizar as dunas ou “medos”, evitando o avanço das areias para o interior.

⁴ A subsistência da Mata Nacional dos Medos terá sido resultante da sua integração na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, que comparativamente à Mata Nacional da Machada, ainda se apresenta com uma estrutura densa e bem definida. Uma outra mancha de pinhal que se destacava neste território era o Pinhal das Formas, entre o concelho da Moita e de Palmela, hoje já completamente desaparecido pelo loteamento. Estas três manchas, mais o sobre, os pinhais, as matas e brejos que cobriram este território até ao início do século XX, tiveram no passado elevada importância e valor, pois eram fonte de lenha e madeira, bem essencial para a prosperidade da capital de Portugal.

(...) e a Charneca da outra parte, incapaz de muitas nem grandes povoações, por ser a maior parte dela estéril para as sementeiras, mas de lenha fecundíssima para o provimento da cidade, obra só da particular Providência Divina: porque se a Charneca fora como a terra desta parte, ou como a do Alentejo, que atrás dela se segue, era impossível este povo de Lisboa sustentar-se na grandeza que tem.

em, Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa, Diálogo de Luís Mendes de Vasconcelos*, Lisboa, oficina de Luys Estupiñan, 1608.

⁵ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.139.

resultado, caracteriza-se atualmente por urbanizações e construções “mais ao menos dispersas e de baixa densidade”¹.

*Os aspetos mais vulgares de destruição da paisagem rural são (...), o loteamento de explorações de sequeiro e de pinhais na margem sul do Tejo.*²

No que diz respeito a valores paisagísticos é de mencionar a faixa litoral Caparica – Fonte da Telha, caracterizada por uma estreita e extensa faixa de areia, aberta ao Oceano Atlântico, e cortada pelos esporões entre a Cova do Vapor e a Costa da Caparica.

A ocupação desta paisagem, antes da construção da “Ponte Sobre o Tejo”, dependia das comunidades piscatórias e da sazonalidade da pesca.³ Com a ponte, este território foi rapidamente ocupado por construções desordenadas de primeira e segunda habitação, na sua maioria de génese ilegal.

A zona interior da Costa da Caparica encontra-se altamente urbanizada, com construções mais dispersas e sem aparente coesão. A norte, entre a Costa da Caparica e a Cova do Vapor, destaca-se ainda uma mancha densa de pinhal, e a sul, na zona designada por “Terras da Costa”, existe uma “valiosa zona agrícola feita a partir de drenagens e incorporações de matéria orgânica nas iniciais areias de dunas, onde ainda se obtém produções hortícolas de qualidade, apresentando um padrão paisagístico muito especial, enriquecido pela presença da Arriba Fóssil”.⁴

As diversas alterações na “Margem Sul do Tejo” levaram ao desaparecimento de modos de vida ancestrais e à perda de uma identidade que caracterizou a “Outra Banda”, até ao início do século XX.

Podemos afirmar que só a paisagem de Alcochete e a paisagem correspondente à faixa litoral da Costa da Caparica é que foram conseguindo resistir aos processos de transformação, que a revolução industrial trouxe a este território e que se acentuaram durante o século XX.

¹ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.139.

² Gonçalo Ribeiro Telles, “A Integração Campo/Cidade”, in *Povos e Culturas n.º2*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Universidade Católica Portuguesa, 1987, p.435.

³ Algo bastante perceptível na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”, de 1813-1816, onde se identificam as “Cabanhas da Costa”. Cf. Marquês de Campo Maior, José Maria das Neves Costa, *Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, 1813-1816.

⁴ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *op.cit.*

2. Caracterização

2.1. Geologia

Do ponto de vista geológico, a área em estudo desenvolve-se sobre a “Unidade Geomorfológica” da “Bacia Sedimentar Cenozoica do Tejo e do Sado”. As rochas que integram esta unidade correspondem a depósitos miocénicos e pliocénicos, parcialmente cobertos por depósitos quaternários.

Os “Montes de Almada”, faixa compreendida entre Trafaria e Cacilhas, corresponde a depósitos do “Miocénico Marinho”¹, era Terciária, e é constituída “por argilas e arenitos tenros alternando com calcários compactos, (...) e terminados por estratos de areias finas e argilosas e margas mais ou menos calcárias.”² Esta formação estende-se também pela frente atlântica e “é um prolongamento da formação análoga a norte do Tejo.”³

Nos depósitos pliocénicos da “Bacia do Tejo”, era Terciária, no interior da Península de Setúbal, dominam “as grandes extensões arenosas constituídas por areias finas e soltas, com pequenos seixos rolados recobrimdo camadas de arenitos grosseiros consolidados, por vezes com intercalações de estratos de argila ou de calcários margosos.”⁴

Os depósitos plistocénicos, era Quaternária, que parcialmente cobrem os depósitos pliocénicos, são constituídos por argilas, calhaus, cascalhos, arenitos, etc.⁵

“Os afloramentos do holocénico aparecem em estreitas faixas frente à costa e nas margens dos rios”⁶, era Quaternária, que na área de estudo corresponde ao “Vale inferior do Tejo”⁷, bem como à frente atlântica e são caracterizadas pelas “areias das

¹ *Carta Geológica de Portugal*, Lisboa, AGROS, 1959-1960, p.25.

² *Ibidem*, p.27.

³ Alexandre Cancela d'Abreu, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976, p.17.

⁴ *Carta Geológica de Portugal, op.cit.*, p.28.

⁵ Cf. *Ibidem*, p.30.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

Dunas, os aluviões, os nateiros, calhaus rolados”¹, e pelas “argilas, calcários, arenitos e conglomerados”².

A Península de Setúbal, onde se insere a área de estudo, dispõe de “um aquífero superior livre, instalado nas camadas do topo do Pliocénico e depósitos detríticos mais recentes, sobrejacente a um aquífero confinado, multicamada, que tem suporte as camadas da base do Pliocénico (...).”³ Pela qualidade das águas, este é o aquífero mais importante da Península de Setúbal, que assegura o abastecimento aos nove concelhos que a compõem.

Nos “Montes de Almada”, nas formações do miocénico, existe também um outro aquífero confinado de multicamada. “No entanto, este aquífero tem sido pouco explorado devido à sua menor produtiva e inferior qualidade das suas águas.”⁴

¹ *Carta Geológica de Portugal*, Lisboa, AGROS, 1959-1960, p.30.

² *Ibidem*, p.42.

³ C. Almeida, J. J. L. Mendonça, M. R. Jesus, A. J. Gomes, *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental*, Lisboa, Instituto da Água, Centro de Geologia da Universidade de Lisboa, 2000, p.619.

⁴ *Ibidem*.

2.2. Hidrografia

A Península de Setúbal, em termos hidrográficos, divide-se em dois por uma linha de fecho estruturante, que separa “a bacia do Tejo da do Sado e ambas elas das hemibacias confinantes, drenando diretamente para o oceano”.¹ A sua evolvente define-se, a norte pelo Tejo e esteiros, a poente e a sul, pelo Oceano Atlântico e também a sul pelo Sado.

O Tejo, que marca o limite norte da Península de Setúbal, é a principal linha de água, na “Outra Banda”, no território português e na Península Ibérica e tem a sua nascente nos “Montes Universais”², Espanha, e a sua foz no Oceano Atlântico.

O “Estuário do Tejo”, zona de transição entre o rio Tejo e o Atlântico, caracteriza-se pelo “Gargalo do Tejo”, pelo “Mar da Palha” e pelos esteiros. São nos esteiros, que desaguam no “Mar da Palha”, que encontramos as linhas de água de maior relevância da área de estudo, como a “Vala da Sobreda”, a “Vala de Santa Marta”, o “Rio Judeu”, o “Rio Coina”, o “Rio da Moita”, a “Vala Real de Malpique”, a “Ribeira das Enguias”, a “Vala da Asseiceira” e a “Ribeira Vale Michões”.³ As restantes linhas de água, de menor relevância, desaguam ou no “Mar da Palha”, ou no “Gargalo do Tejo” ou no Atlântico.

De destacar na área de estudo o Rio Coina, pela sua importância histórica. Este rio, com cerca de 25 Km, tem a sua nascente no “Parque Natural da Arrábida” e foi em tempos passados navegável até Azeitão.

¹ Alexandre Cancela d'Abreu, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976, p.7.

² Hermann Lautensach, Orlando Ribeiro (comentários e atualização Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988, p.519.

³ Cf. EPIC WebGIS PORTUGAL, *Água, Linhas de Água*, 2018, acedido a 19 de agosto de 2018, em: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/data>.

2.3. Relevo e Hipsometria

No geral, é o substrato geológico e a rede hidrográfica, que condicionam as formas de relevo na “Outra Banda”.

A oposição entre o “Anfiteatro Sul do Estuário do Tejo” e os “Montes de Almada”, ditam que a altitude deste território varie entre o nível do Tejo e os 125 metros. No primeiro, as paisagens definem-se, no geral, pelas planícies que foram penetradas pelos “braços” do Tejo, os esteiros, cuja altitude pode variar entre os 0 e os 50 metros. O “Anfiteatro Sul do Estuário do Tejo” está resguardado dos ventos de norte e noroeste pelas formas de relevo ocorrentes a poente.¹ Nos “Montes de Almada”, a arriba ribeirinha define o limite sul do “Gargalo do Tejo”, sendo aqui que encontramos as altitudes mais altas da área em estudo, com o ponto mais alto a 124,4 metros no Alto do Raposo.² Estas escarpas, viradas ao Tejo, são interrompidas por linhas de água torrenciais, em vales encaixados, cujas encostas são abruptas até ao Tejo. O restante concelho de Almada define-se, no geral, por uma planície interior delimitada pelos “Montes de Almada” a norte e pela arriba marítima, a poente, cuja altitude varia entre os 60 e os 80 metros.³

Este contraste entre as formas de relevo existentes no concelho de Almada, caracterizado pela cornija de Almada-Monte da Caparica⁴, bem como pela arriba fóssil da Costa da Caparica, e os restantes concelhos da “Outra Banda”, definidos pelas margens, “baixas e recortadas”⁵, do Tejo e seus esteiros, trouxe a este território uma grande variedade de ambiências ligadas às dinâmicas ribeirinhas, criando “situações interessantes em termos paisagísticos.”⁶

¹ Cf. Alexandre Cancela d'Abreu, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976, p.40.

² Cf. Câmara Municipal de Almada, *Ambiente Natural e Biodiversidade, Relevo*, 2018, acessido a 19 de agosto de 2018, em: http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/AMBIENTE/AMB_NAT_BIO/?amb=0&ambiente_ambiente_bio=12757615&cboui=12757615.

³ *Ibidem*.

⁴ Cf. Alexandre Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.127.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*, p.133.

2.4. Solo

Para a caracterização geral dos solos da “Outra Banda” foi consultada a “Carta de Solos de Portugal”¹, de 1969.

Nos “Montes de Almada” são os “Solos Calcários Pardos de Margas” que ocupam os terrenos do “Miocénico Marinho”. No restante concelho de Almada destacam-se os “Solos Litólicos Não Húmicos, de outros arenitos”, que são solos pouco evoluídos e pobres quimicamente e organicamente. De destacar também, pelo seu elevado valor ecológico, os “Coluviossolos” nas “Terras da Costa”.²

No concelho do Seixal, os solos que ocupam maior área são também os “Solos Litólicos Não Húmicos, de outros arenitos”, com algumas intercalações, a norte, de “Regossolos Psamíticos não húmidos”, que são também solos pouco evoluídos, mas com algum teor em matéria orgânica, e a sul, com intercalações ou de “Podzóis Não Hidromórficos, sem surraipa, de areias ou arenitos”, ou de “Podzóis Não Hidromórficos, com surraipa, de areias ou arenitos”. Os solos “Podzóis” são solos recentes de acidez moderada, com baixo teor em matéria orgânica e disponibilidade hídrica.

Já no concelho do Barreiro, a presença de “Solos Litólicos Não Húmicos, de outros arenitos” só tem expressão na margem direita do Coina. No restante concelho ocorrem intercalações de “Podzóis Não Hidromórficos, sem surraipa, de areias ou arenitos”, com “Podzóis Não Hidromórficos, com surraipa, de areias ou arenitos”, bem como alguns solos de “Podzóis Hidromórficos, com surraipa, de areias ou arenitos”.

No concelho da Moita sobressaem as intercalações entre os “Solos Litólicos Não Húmicos, de outros arenitos” com os “Regossolos Psamíticos não húmidos” e “Regossolos Psamíticos húmidos cultivados”, bem como as intercalações entre os “Podzóis Não Hidromórficos, sem surraipa, de areias ou arenitos” intercalados com “Podzóis Não Hidromórficos, com surraipa, de areias ou arenitos” e com “Podzóis Hidromórficos, sem surraipa, de areias ou arenitos”.

Por último, no concelho do Montijo e Alcochete são os “Solos Litólicos Não Húmicos, de outros arenitos” e os “Regossolos Psamíticos não húmidos” que ocupam maior área.

¹ Cf. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, *Carta dos Solos de Portugal*, folha 34-D, Escala 1:50 000, Lisboa, 1969.

² Cf. EPIC WebGIS PORTUGAL, *Solo e Subsolo*, 2018, acessado a 19 de agosto de 2018, em: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>.

No geral, nas planícies arenosas o domínio é dos solos “Podzóis” e “Regossolos”. Na envolvente do estuário, encontramos os “Solos Litólicos Não Húmicos”, intercalados com os solos “Podzóis” e “Regossolos”. “Nos montes de Almada (...) são mais significativos os solos calcários, os mediterrâneos”.¹ Os solos de elevado valor ecológico associam-se geralmente às principais linhas de água.²

¹ Alexandre Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.128.

² Cf. EPIC WebGIS PORTUGAL, *Solo e Subsolo*, 2018, acedido a 19 de agosto de 2018, em: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>.

2.5. Vegetação

Segundo Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, a principal formação vegetal da “Outra Banda” é o “Carvalho da Zona Húmida Quente”¹, com predominância natural do sobreiro.² As espécies arbóreas e arbustivas que geralmente acompanham esta espécie dominante de carvalho são o pinheiro-manso, o carvalho-cerquinho, o carrasco, o catapereiro, o medronheiro, o zimbro, a carvalhiça, o pilriteiro, a aroeira, o sanguinho-das-sebes, a murta, a urze-das-vassouras, a urze-branca, a urze-vermelha e o lentisco-bastardo.³

Atualmente, as espécies arbóreas dominantes na área de estudo são o pinheiro-manso, o pinheiro-bravo e o sobreiro.⁴

De modo a conhecermos as principais espécies arbóreas e arbustivas da “Outra Banda”, optámos por analisar, de uma forma geral, as áreas florestais que se destacam neste território: a Mata Nacional dos Medos, concelho de Almada, e a Mata Nacional da Machada, concelho do Barreiro.

Na Mata Nacional dos Medos é o pinheiro-manso que domina o estrato arbóreo. Aqui destacam-se também outras espécies arbóreas e arbustivas, nomeadamente o pinheiro-bravo, o pinheiro-de-Alepo, a sabina-das-praias, o carrasco, a aroeira, o medronheiro, o espinheiro-preto, a murta, o rosmaninho e a esteva.⁵

Na Mata Nacional da Machada, o coberto arbóreo é caracterizado por povoamentos de pinheiro-bravo e de sobreiro. Para além destas espécies, destacam-se também nesta mata, ao nível arbóreo e arbustivo, o pinheiro-manso, o eucalipto, a acácia, a aroeira, o rosmaninho, a carvalhiça, a esteva, a murta, o medronheiro e o trovisco.⁶

¹ Francisco Caldeira Cabral, Gonçalo Ribeiro Telles, *A Árvore em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1999, p.43.

² Cf. *Ibidem*, p.41.

³ *Ibidem*, p.39.

⁴ A mesma constatação faz Hermann Lautensach e Orlando Ribeiro, em 1988, “nas vastas planícies arenosas situadas ao sul do Tejo dominam os pinheiros bravo e manso e o sobreiro, que preferem os solos siliciosos e são pouco exigentes.” Hermann Lautensach, Orlando Ribeiro (comentários e atualização Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, Vol. I, Lisboa, João Sá da Costa, 1988, p.551.

⁵ Cf. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica*, 2018, acessado a 7 de agosto de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-prot/ppafcc/flora>.

⁶ Cf. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *PGF - Mata Nacional da Machada*, 2018, acessado a 7 de agosto de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/qf/pgf/resource/doc/ficheiros-2012/mnmachada/pgf-mnmachada>.

Para além destas duas importantes áreas florestais é de destacar também a grande mancha de pinhal, na freguesia da Amora¹, onde dominam os pinheiros-bravos, e o montado de sobro, no concelho de Alcochete.

Ao compararmos as espécies arbóreas e arbustivas, referidas por Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, para a área de estudo, com as que encontramos atualmente na “Outra Banda”, confirmamos que ocorrem algumas concordâncias. Apesar do sobreiro partilhar a predominância deste território com o pinheiro-manso e com o pinheiro-bravo, encontramos nos cobertos arbóreos e arbustivos espécies que geralmente acompanham o sobreiro, como o pinheiro-manso, o carrasco, o medronheiro, a carvalhiça, a aroeira e a murta.

¹ Na “Carta Agrícola e Florestal de Portugal”, de 1963, esta mancha abrangia toda a zona sul dos concelhos de Almada e Seixal, sendo a maior área florestal da zona, pois perlongava-se para os concelhos a sul, Sesimbra e Setúbal. Cf. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, *Carta Agrícola e Florestal*, folha 442, Escala 1:25 000, Lisboa, 1963.

2.6. Clima

Para o estudo do clima na “Outra Banda” recorreu-se aos dados disponíveis no “Portal do Clima”¹, que possui os valores processados para o período compreendido entre 1971 e 2000.

Entre este período, a temperatura média na “Outra Banda” foi de 15.6°C e a precipitação média acumulada foi de 708.4 mm, para a zona sul dos concelhos de Almada e Seixal, e 663.9 mm, para a restante área em estudo. Já a humidade relativa nesse período foi de 73%. Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger², a área de estudo, corresponde a um clima temperado húmido com verão seco e quente.³

Apesar da Península de Setúbal partilhar alguns limites com o Atlântico, as elevações costeiras da Península de Setúbal, a Serra da Arrábida, os “Montes de Almada” e a “Arriba Fóssil da Costa de Caparica”, “impedem que (...) tenha uma feição climática totalmente marinha”⁴, ou seja, estamos perante “um clima marítimo de transição”⁵, “onde o clima mediterrâneo começa a ceder lugar a uma graduação climática oceânica”⁶.

Também a proximidade a “grandes massas de água”, como o Atlântico, o Tejo e os esteiros, trazem a este território algumas particularidades, das quais destacamos a ocorrência de importantes brisas, principalmente as provenientes do Tejo no período estival e a redução das amplitudes térmicas.⁷

¹ Instituto Português do Mar e da Atmosfera, *Portal do Clima*, 2018, acedido a 18 de agosto de 2018, em: <http://portaldoclima.pt/pt/>.

² Cf. Instituto Português do Mar e da Atmosfera, *Normais Climatológicas*, 2018, acedido a 18 de agosto de 2018, em: <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>.

³ Cf. Instituto Português do Mar e da Atmosfera, *Portal do Clima*, 2018, acedido a 18 de agosto de 2018, em: <http://portaldoclima.pt/pt/>.

⁴ Alexandre Cancela d'Abreu, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976, p.40.

⁵ Hermann Lautensach, Orlando Ribeiro (comentários e atualização Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988, p.457.

⁶ Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.15.

⁷ Cf. Alexandre Cancela d'Abreu, *op.cit.* p.37.

3. História

A “Outra Banda” é um território que se destaca por uma história e evolução singular, profundamente relacionada com o Tejo e com a capital. Essa particularidade é uma permanência no desenvolvimento das povoações da “Margem Esquerda do Tejo”, que até ao início do século passado, se caracterizavam principalmente pela sua ruralidade. Esta intimidade entre margens acabou por definir aquilo que foi e aquilo que é hoje a “Margem Sul do Tejo”. Reconhecida vulgarmente pelo papel que possuiu, como “ponto de passagem para pessoas e produtos provenientes de paragens mais meridionais, do Alentejo, a «outra banda» viveu desde os primórdios da nacionalidade muito ligada a Lisboa”¹, o que nos leva a inferir que esta margem, tendo o Tejo como elo, contribuiu de forma marcante para o desenvolvimento da capital.

O reconhecimento da importância social e económica que a “Margem Esquerda do Tejo” desempenhou ao longo de séculos, fundamentou a necessidade que sentimos de elaborar uma pequena abordagem histórica e cultural deste território, destacando os momentos cronológicos mais significativos desde a pré-história até à contemporaneidade, com o propósito de estabelecermos uma cronologia que ofereça suporte à história e memória do objeto de estudo – as quintas.

*Pensa-se que a primeira ocupação humana na península de Setúbal se fez sobre os solos calcários da cintura de Azeitão e da banda dos montes de Almada, solos estes de variada aptidão e elevada fertilidade.*²

Dos vestígios encontrados destas ocupações pré-históricas destacamos o espólio no SIP da “Estação Arqueológica da Quinta do Almaraz”, no concelho de Almada. “Povoado com boas condições naturais de defesa e excelente visibilidade sobre o rio Tejo. Está implantado numa falésia que foi cortada nos anos 50 para instalação de uma fábrica de óleo de peixe, responsável pela destruição de parte da estação. Detetaram-se três zonas distintas de ocupação: a primeira zona na plataforma mais alta, corresponde ao povoado Calcolítico e Idade do Bronze, a segunda e mais extensa corresponde à ocupação da 1ª idade do Ferro, a terceira zona mais a oeste,

¹ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p.20.

² Alexandre Cancela d’Abreu, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976, p.79.

corresponde à ocupação da 2ª Idade do Ferro. O povoado da 1ª Idade do Ferro estava rodeado por duas linhas de muralhas, possuindo um fosso abaixo da 1ª linha.”¹

Sobre as paisagens da “Margem Esquerda do Tejo”, o primeiro documento oficial² conhecido remete para o período das conquistas cristãs, com a “Carta de Alforria aos Mouros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer (1170)”. Este documento procurava definir os deveres dos mouros em troca da sua segurança, determinando “as obrigações destes quanto às vinhas, aos figos e ao azeite da Coroa.”³ Já nesta altura as vinhas da “Outra Banda” recebiam importante deferência por parte do rei, “e todas as minhas vinhas adubai”.

*A sul deste rio fica a região de Almada, rica em vinhas, figos e romãs. É tão fértil em cereais que de uma mesma sementeira se fazem duas colheitas; é afamada em caça, abundante em mel.*⁴

Mas desta época a principal marca deixada foi a toponímia, “em particular as que resistiram à Reconquista e perduraram desde então – de Almada («al-Madan» ou «a mina») e Alcochete («al-Kuxat» ou «os fornos»)”.⁵

Desde finais do século XII, com a consolidação cristã da região, a maior parte das paisagens ribeirinhas da “Outra Banda” foram doadas à Ordem de Santiago (1186), com Almada e Pamela⁶ a incorporar todos os atuais concelhos ribeirinhos. Mais tarde, Almada e seu termo (concelhos de Almada e Seixal), foram incorporados na Coroa por D. Dinis (1297).⁷

Já no século XIV, os principais centros administrativos eram Almada, Alhos Vedros (Barreiro e Moita) e Aldeia Galega⁸ / Alcochete, inseridos nos termos de Almada e Palmela. Os seus arredores caracterizavam-se por pequenos povoados, casais, cercas, herdades, quintas e granjas, principalmente nas proximidades dos sistemas

¹ Direção-Geral do Património Cultural, *Portal do Arqueólogo*, 2018, acessido a 4 de junho de 2018, em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

² Este é o primeiro documento legal conhecido “com exceção de Coima (se esta corresponder a Equabona)”. Cf. Maria Alfrida Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.24.

³ *Ibidem*.

⁴ Descrição feita pelo Cruzado Osberno, na Conquista de Lisboa aos Mouros. Aires Augusto Nascimento, *A conquista de Lisboa aos mouros, Relato de um cruzado*, Lisboa, Vega, 2001, p.77.

⁵ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p.26.

⁶ Devido ao vasto território que estava na dependência de Palmela: Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, acabaram por receber “alguma autonomia administrativa no contexto de um chamado «concelho do Riba-Tejo» (ou «de Riba-do-Tejo»)”. Cf. *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Até 1930 “Aldeia Galega” era a designação dada à povoação do Montijo.

fluviais, “que viviam da pesca, da salicultura, naturalmente da agricultura, (...) e também do aproveitamento da lenha dos matos e brejos abundantes em torno das margens do rio, que muitas vezes transportavam através do Tejo para venderem em Lisboa.”¹

Nesta época, o sal e o vinho já se destacavam como tradicionais produtos da “Margem Esquerda do Tejo”. Os terrenos baldios junto às margens foram aproveitados, na sua maioria, para a salicultura. Isto surgiu não só pela necessidade de conservação dos alimentos, mas também pela elevada procura dos mercados do norte da Europa.² Orlando Ribeiro, escreve que desde o século XIII já existiam vários centros salineiros no estuário e esteiros do Tejo, mas as maiores e mais importantes explorações ocorriam “nos esteiros da margem sul”.³ Já a produção do vinho servia não só para consumo local, como também para ser vendido em Lisboa.⁴

A presença de amplas e densas matas na “Outra Banda” “permitia ainda o aproveitamento das madeiras, tanto para material de construção como para combustível”⁵ e era também um sítio propício a caçadas.

Na segunda metade do século XIV, os moinhos da maré⁶ começaram a proliferar neste território, principalmente associados aos esteiros. Esta atividade tornou-se de elevada importância para a economia local, pois permitia a transformação “dos cereais, produzidos a nível local ou provenientes de outras paragens com destino à capital, em farinha”.⁷

Também por esta época, em 1385, com o rescaldo da batalha de Aljubarrota, Almada e seu termo é doada a D. Nuno Álvares Pereira pelo rei, em reconhecimento dos seus incríveis feitos. D. Nuno Álvares Pereira manda construir em 1403 um moinho de maré em Corroios⁸, do qual ainda subsistem alguns testemunhos alterados pelos séculos.

De facto, as populações da “Margem Esquerda do Tejo” puderam optar, desde muito cedo, por produções de grande rendimento com base na madeira, na vinha e no sal,

¹ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p.27.

² Cf. *Ibidem*, p.29.

³ Cf. Orlando Ribeiro, *Introduções Geográfica à História de Portugal, Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977, p.142.

⁴ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *op.cit.*

⁵ *Ibidem*, p.30.

⁶ V. Vol. II, Fig. 2, p.91.

⁷ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *op.cit.*, pp.29-30.

⁸ *Ibidem*, p.61.

sendo esta a sua antiga fortuna.¹ Estas atividades, resultaram não só devido às características locais (geologia, relevo, clima, vegetação, solo, etc.), mas também pela posição e necessidades geográficas, proximidade à capital tendo o rio como meio disseminador, permitindo que este território tivesse servido como suporte ao desenvolvimento da capital e, posteriormente, do reino além-fronteiras, com a época das descobertas em eminência.

A “Outra Banda” possuiu um papel bastante importante durante a época das descobertas. Para além de continuar a ser local de transformação e difusão de muitos dos produtos essenciais para a subsistência da capital, “a «outra banda» tornou-se no período dos descobrimentos, um complemento essencial para a cabeça do Reino e do Império em formação”.²

No século XVI foi instalado na Telha, concelho do Barreiro, um estaleiro naval, que servia de complemento à Ribeira das Naus em Lisboa. A implantação deste estaleiro surgiu em “virtude da natureza abrigada da zona nos meses de maior invernia (...) parte das operações que não era possível fazer em Lisboa, em determinadas épocas do ano, eram transferidas para a Telha”. Para além disso, este território era rico em madeira, “matéria prima indispensável para a construção naval”. Também no lugar da Azinheira, concelho do Seixal, se instalou, pouco depois, um outro estaleiro do mesmo tipo.³

A exploração e multiplicação das marinhas continuava a ser, por esta altura, um dos maiores rendimentos da “Outra Banda”, que em conjunto com o estuário do Sado, produziam o sal necessário para a capital e para exportação.

Por esta época multiplicavam-se também os “moinhos de maré nos esteiros do Tejo, com uma grande concentração no arco compreendido entre Corroios e Barreiro, mas espraiando-se igualmente para montante, até à Aldeia Galega e Alcochete.”⁴ A farinha proveniente destas estruturas de transformação era depois distribuída para

¹ Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.31.

² Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D'Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p.31.

³ Cf. *Ibidem*, p.41. A importância destes dois estaleiros ainda era evidente na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”, de 1813-1816. Cf. Marquês de Campo Maior, José Maria das Neves Costa, *Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, 1813-1816. Para além destes dois estaleiros de elevada relevância, outros estaleiros de menor dimensão terão ocupado, ao longo das épocas, as zonas ribeirinhas da “Margem Esquerda do Tejo”, alguns dos quais associados a quintas, como o estaleiro da Quinta da Fidalga, no concelho do Seixal, que ainda subsistia até há poucos anos.

⁴ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *op.cit.*, p.37.

complexos, como o Complexo Real de Vale de Zebro, no concelho do Barreiro, onde se produzia o biscoito que serviu para abastecimento das armadas.

Se até esta data as vinhas da “Outra Banda” sempre tiveram o seu devido reconhecimento, é com as descobertas que esse reconhecimento é levado além-fronteiras. Neste período, todas as unidades agrícolas da “Outra Banda” estariam cobertas de vinhas, que para além do tradicional comércio para a capital, embarcavam nas armadas em direção às descobertas. Diversos foram os escritores que fizeram referência às afamadas vinhas da “Margem Esquerda do Tejo” e sua importância além-fronteiras.

*(...) & os mui celebrados de Alcouchette, & Caparica mui conhecidos dos senhores & homés mimosos de Flândres & Alemanha que os mandam buscar & os visinhos & que competem com estes do Barreiro, do Lauradio, do Sexal, de Alhos Vedros.*¹

*E, além Tejo, a vila do Seixal, onde há os melhores vinhos do Reino (...) o Seixal chamado também Arrentela, onde se dão muito bons vinhos de carregação para a Índia.*²

*O vinho tinha fama de ser bem apaladado e com um sabor especial e foi o primeiro levado a borda das naus com o rumo da Índia e do Brasil. Camões, encontrando-se em Goa, a ele se refere numa das suas poesias.*³

Todo o escoamento da produção e comércio era feito, fluvialmente entre as margens. As embarcações e respetivas estruturas de apoio tinham os seus principais pontos de ligação em “Alcochete, Lavradio, Coina, Seixal, Almada”.⁴ Para além destes pontos, existiam inúmeros outros pequenos portos, associados a outras povoações e unidades de exploração, como as quintas.

¹ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, ed. Jorge Rodriguez, 1610, p.51.

² Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Vol. I, Ponta Delgada, Tip. do «Diário dos Açores», 1924, p.244.

³ Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. I, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1972, p.VIII. Referindo-se às vinhas da Caparica, Camões escreve o seguinte:

A terceira foi posta a Heitor da Silveira e dizia:

Ceia não a prepareis

Contudo, por que não minta,

Para beber achareis,

Não Caparica, mas tinta,

E mil cousas que papeis.

E vós torceis o focinho

Com esta anfibologia?

Pois sabeis que a Poesia

Vos dá aqui tinta por vinho,

E papéis por iguaria.

em, Maria Vitalina Leal de Matos, *Lírica de Camões, Antologia*, Alfragide, Caminho, 2012, p.96.

⁴ António Borges Coelho, *Quadros para uma Viagem a Portugal no Séc. XVI*, Lisboa, Caminho, 1986, p.33.

Efetivamente, a “Margem Esquerda do Tejo” tornou-se, nesta época, um importante centro de abastecimento da grande urbe e das equipagens na expansão do Reino de Portugal. Todo o território estaria coberto de vinhas, que alimentavam os lagares, algumas searas, que produziam para os muitos moinhos de maré, pinhais, para a construção naval e lenha para os lares e pré-indústrias, marinhas, contribuindo para o sustento das povoações locais, de Lisboa e da expansão do reino.

*(...) a afamada vila de Almada, da qual até Aldeia Galega, que atrás fica, há seis léguas, em que haverá perto de sessenta moendas que moem de maré, e há bons vinhos e muita lenha de pinho, de rama e tronco, que em barcas levam para Lisboa (...).*¹

Para além destes tradicionais produtos, também na “Outra Banda” se produziam outros bens, como frutos, com destaque para as laranjas do Montijo e do Seixal, e hortícolas, havia uma grande policultura.

*(...) ficando logo além do Rio a muy apraziuel costa, que corre de Cacilhas té a Trafaria, que tem huma legoa de comprido, toda ocupada de pomares, vinhas, quintas, e terras de paõ (...).*²

De mencionar também a existência de estruturas de aproveitamento da água das nascentes, na frente ribeirinha dos “Montes de Almada”, como no sítio da Fonte da Pipa, para a aguada das embarcações.³

Em 1527, durante o reinado de D. João III, foi feita a primeira contagem populacional de âmbito geral, que tinha com base predominantemente os fogos⁴, e que permitiu, para além de contabilizar a população, estudar de que forma o território se organizava. Relativamente à “Outra Banda” a população estava distribuída ou pelos aglomerados urbanos, ou pelas “Quintãs ou Casais”, com Almada e seu termo a ser o maior detentor populacional da “Margem Esquerda do Tejo”, com um total de 1812 habitantes, dos quais 1116 viviam em “Quintãs ou Casais”, enquanto que Aldeia Galega / Alcochete, compreendiam 1413 habitantes, mas somente 104 viviam em “Quintãs ou Casais”.⁵

¹ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Vol. I, Ponta Delgada, Tip. do «Diário dos Açores», 1924, p.244.

² Frey Nicolao D'Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1804, p.220.

³ Cf. Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada n.º 5 – 6*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, p.38; Cf. Luís Cardoso, *Diccionario Geográfico*, Tomo I, Vol. I, Regia Officina Silviana, e da Academia Real, Lisboa, 1747, p.328; Cf. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 142.

⁴ Fogos, moradores e vizinhos, têm por esta época o significado de agregados domésticos.

⁵ Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.40.

Esta realidade resultou de duas formas distintas relativamente à dimensão e distribuição das unidades: a poente da “Outra Banda” as unidades de exploração são no geral pequenas e mais densas (minifúndio); já a nascente da “Outra Banda”, as unidades são maiores, e em menor quantidade (latifúndio), concentrando-se geralmente nas proximidades das linhas de água.

Diversas justificações se encontram para este facto, da qual mencionamos a seguinte: Almada e seu termo, pela sua posição geográfica, privilegiada perante Lisboa, levou à sua intensa ocupação desde períodos remotos, o que fez com que o território fosse dividido em parcelas de menor dimensão, enquanto que a leste, em virtude das doações feitas durante a reconquista, ditaram a menor ocupação do território, pela sua vastidão.¹

Independentemente da sua dimensão e feição, foram as quintas as principais organizadoras das paisagens da “Outra Banda”, e que marcaram todo este território durante épocas. Estas quintas para além da produção de vinho, do sal e da madeira, serviam também para recreio dos membros de grupos sociais dominantes, que habitavam Lisboa.

(...) sobressaiu a vida campestre como quadro idílico, de grande beleza, tranquilidade e liberdade, em oposição ao frenesim, às ambições, à intriga, ao comércio, ao espírito mercantil, inerentes à vida na urbe.²

O Tejo é o principal motivador desta tendência, garantindo o distanciamento do chinfrim da grande urbe. A “Outra Banda” foi assim lugar de eleição para o lazer tanto pelo isolamento garantido, apenas interrompido pelos acessos fluviais expeditos, como pela amenidade climática, qualidade paisagística, potencialidades recreativas e até mesmo condições excepcionais para práticas venatórias.

De Almada a Alcochete, não obstante, a nobreza e os próprios monarcas tinham-se habituado, de há muito, a procurar distrações em caçadas, nas charnecas, e residência, mais ou menos episódica, nestes sítios bucólicos.³

Para além disto, a “Margem Sul do Tejo” tornou-se destino seguro e refúgio, distanciando-se das epidemias que muitas vezes ensombravam Lisboa.⁴ Sempre que necessário, a navegação podia ser suprimida por decreto Real. O episódio do incêndio

¹ Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.26.

² Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.193.

³ Maria Alfreda Cruz, *op.cit.*, p.67.

⁴ *Ibidem*.

na residência de Manuel de Sousa Coutinho, mais conhecido como Frei Luís de Sousa, vem confirmar a relevância da “Outra Banda” como local de refúgio, “ele, num ímpeto de pundonor agravado, entregou às chamas, só para que a não fossem habitar os governadores [filipinos] do reino, que fugiam de Lisboa com receio da peste.”¹

Algumas quintas foram também sede de morgadios e casa de algumas congregações religiosas. Outras chegaram a receber relevantes membros da corte, da família real e até soberanos. Nelas, soluções arquitetónicas, grupos escultóricos e exemplares botânicos raros, entre outros, demonstravam mais do que o requinte, o quanto abastados eram os seus proprietários.²

O período compreendido entre a época áurea da expansão e os princípios do liberalismo foi marcado por situações díspares, como a ocupação espanhola, a descoberta do ouro no Brasil em 1697³, o terramoto de 1755 e as reestruturações de Marquês de Pombal.

Relativamente às atividades económicas na “Margem Esquerda do Tejo”, esta foi uma época de estabilização e continuidade, pelo menos até ao final da primeira metade do século XVIII, com os estaleiros navais da Telha e Azinheira a continuarem em atividade, embora com menor ocupação pelo declínio de algumas das rotas marítimas.⁴

A 1 de Novembro de 1755 dá-se o grande terramoto. Na “Margem Esquerda do Tejo” as maiores consequências do abalo ocorreram ao nível dos elementos construídos. As calamidades associadas ao terramoto levaram a que em 1758, a mando do futuro Marquês de Pombal, fosse promovido o inquérito que daria resultado às Memórias Paroquiais, e que “constitui um extenso repositório geográfico, demográfico, religioso, político e socioeconómico do País setecentista”.⁵

¹ Sousa Viterbo, *A Jardinagem em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909, p.6. O mesmo refere Pinho Leal, em 1873, ao dizer que no ano de “1599, havendo peste em Lisboa, os governadores de Portugal, por Filipe II, mandaram intimar Manuel de Sousa Coutinho (depois o celebre clássico Fr. Luiz de Sousa, quando viúvo foi frade dominico em Benfica) para desocupar as suas próprias casas, para nelas virem residir, durante a peste, os tais governadores. O nobre e leal português Coutinho, preferiu ver as suas casas reduzidas a cinzas, antes do que velas desoradas pela habitação desses portugueses traidores, que tinham vendido a sua pátria aos castelhanos; e as mandou incendiar.” Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 141.

² Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.67.

³ Cf. Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p.66.

⁴ *Ibidem*, pp.45-46.

⁵ Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada* n.º 5 – 6, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, pp.24-25.

(...) e em todo o território que fica de permeio, se descortina em distância de três até cinco léguas, muita parte das aldeias de Azeitão, lugares do Seixal, Amora, Telha, Palhais e Verderena, e as vilas do Barreiro, Lavradio, e Aldeia Galega, com muitas quintas e casais dispersos, que se descobrem nas campinas do referido território.¹

O terramoto e as ideologias de Sebastião José de Carvalho e Melo, que valorizavam, a alta burguesia comercial e afastavam a nobreza tradicionalista, levaram a “que muitas famílias importantes deslocassem a sua residência para as Quintas de Recreio que possuíam nos arredores de Lisboa, ou passavam nelas grandes temporadas”.²

Em 1759, é decretada a expulsão dos jesuítas, as propriedades que lhes pertenciam foram incorporadas na Fazenda Nacional para posteriormente serem vendidas, incluindo as que se localizavam na “Margem Esquerda do Tejo”, como a Quinta de Vale de Rosal.

A maior alteração social, económica e paisagística neste território começou a ocorrer a partir da segunda metade do século XVIII, com o princípio do declínio das famosas vinhas da “Margem Esquerda do Tejo”. O seu desaparecimento terá sido resultado de um conjunto de acontecimentos que se desencadearam a partir da segunda metade do século XVIII.

Com os “alvarás de 26 de outubro e de 18 de novembro de 1765, (...) Marquês de Pombal, ordenava que se arrancassem as vinhas dos campos dos rios Tejo, Mondego e Vouga e nas terras de paul e das lezírias”, beneficiando deste modo os vinhos nas terras do Douro.³ Esta decisão fez com que o vinho, associado às propriedades ribeirinhas, perdesse prestígio e fosse descartado no mercado interno e externo, o que levou a um decréscimo de produção, uma vez que a concorrência com os vinhos do Douro também era um fator de inviabilidade.

Contudo, esta medida foi temporária e não terá afetado as vinhas a poente da “Outra Banda”, como prova a planta da Quinta de São Pedro, freguesia do Pragal, concelho de Almada, de 1803, onde a vinha ocupava quase a totalidade dos terrenos da propriedade. Esta planta permite também perceber os restantes constituintes da

¹ Descrição das povoações alcançadas a partir da antiga “Freguesia de Nossa Senhora do Monte de Caparica”, atuais freguesias de Caparica, Trafaria, Charneca de Caparica e Sobreda, no concelho de Almada. *Ibidem*, p.41.

² Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica UTL, ISA, 1992, p.22.

³ Cf. Artur Vaz, *Os Vinhos da Outra Banda*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1992, p.15.

quinta, como o pomar, as hortas e o pátio, e identificar aquilo que podia ser a quinta tipo da “Margem Esquerda do Tejo”.¹

Nesta época é de mencionar a implantação dos moinhos de vento² na “Margem Esquerda do Tejo”, nos finais do século XVIII, pois com a “impossibilidade de aumentar a capacidade moageira dos moinhos de maré”³ foi necessário implementar um outro processo para a transformação do cereal. Apesar da novidade deste processo a nível local, o mesmo não era inovador e surgiu aqui tardiamente e como complemento aos moinhos de maré.

No início do século XIX, no contexto das invasões francesas e com a retirada da corte para o Brasil, muitos dos que ficaram refugiaram-se nos arredores de Lisboa, fugindo aos tumultos então esperados.

A queda do preço do vinho, pela falta de procura, principalmente com a independência do Brasil, trouxe graves problemas socioeconómicos, o que levou à decadência da agricultura, uma vez que a vinha era o ex-líbris agrícola da “Outra Banda”.⁴

Em 1834, com o decreto de extinção das Ordens Religiosas, as respetivas propriedades são incorporadas na Fazenda Nacional para posterior venda. Muitas destas propriedades vieram a serem adquiridas por capitalistas.⁵

A juntar a esta época de transições abruptas, a segunda metade do século XIX ficou marcada pela moléstia do oídio (1851) e depois da filoxera (1865). Estas pragas terão sido determinantes no declínio das vinhas da “Margem Esquerda do Tejo”, levando a que a população tivesse de optar por outras fontes de rendimento. A “Outra Banda”, que até meados do século XVIII tinha os vinhos como uma das suas maiores riquezas, enfrenta por esta altura uma nova realidade.⁶

¹ Esta planta foi o único registo cartográfico encontrado de uma unidade de exploração na “Outra Banda”, de datas anteriores ao século XX, a planta está disponível para consulta em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3921433>.

² V. Vol. II, Fig. 3, p.92.

³ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p.49.

⁴ Cf. Francisco Silva, *Ruralidades em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX, Imagem, Paisagem e Memória*. Vol. I, Lisboa, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2008, p.78.

⁵ Cf. Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica UTL, ISA, 1992, p.23. A aquisição destas unidades de exploração por uma nova classe económica, que até à época eram quase exclusivamente propriedade das altas classes sociais, marca uma importante alteração em termos de proprietários e regimes de propriedade.

⁶ Ainda hoje a importância da vinha é evidenciada nos brasões de algumas povoações da área de estudo, pela presença de cachos ou de pipas. As freguesias de Caparica, Charneca da Caparica, Paio Pires, Barreiro, Lavradio, Santo António da Charneca, Moita, Samouco e Alcochete são exemplos disso.

Antes do oidium, produzia annualmente, termo médio, 6:500 pipas de bom vinho.¹

Antes de 1854, produzia este concelho 3:000 pipas de vinho, mas o oidium e outras molestias, reduziram a colheita a 510 pipas.²

Mesmo assim, e ultrapassadas as moléstias, algumas propriedades voltaram a investir na sua produção, havendo períodos expansivos. Porém, nunca chegou a atingir os excedentes do passado.³

Antes de aparecer o oidium, a primeira moléstia que atacou as vinhas, só a freguesia de Caparica produzia o dobro do vinho que hoje produz todo o concelho, cuja produção se pode atualmente calcular, termo medio, em 2 a 3. 000 pipas.⁴

A 1 de Fevereiro de 1861 foi inaugurado o “Caminho de Ferro do Sul”⁵, que veio ligar os territórios a sul do Tejo e a capital.⁶ A escolha do Barreiro como nó de ligação terrestre – fluvial deveu-se às condições locais do terreno e à proximidade a Lisboa com o Tejo como meio difusor.

O caminho-de-ferro e a proximidade à capital fizeram com que se comesçassem a instalar na “Margem Sul do Tejo” uma série de novas indústrias sediadas maioritariamente em quintas, como a Sociedade Nacional de Cortiças, na Quinta Braamcamp em 1885.

Esta nova realidade, em conjunto com outras situações, levou a que os valores dos excedentes agrícolas comesçassem a diminuir. Com o comércio, mas principalmente a indústria a substituírem gradualmente a agricultura.

O século XIX foi uma época de mudanças bruscas – o declínio da vinha, a implantação do caminho-de-ferro, a extinção das Ordens Religiosas e o fim dos morgadios⁷, levou também a profundas alterações fundiárias, de regimes de

¹ Escreve Pinho Leal, em 1874, sobre a produção das vinhas na Caparica. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. II, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 197.

² Escreve Pinho Leal, em 1880, sobre a produção das vinhas no Seixal. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. IX, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1880, p. 77.

³ Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.85.

⁴ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p.93.

⁵ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 340.

⁶ Até esta época o transporte de pessoas e mercadorias, provenientes dos territórios além do Tejo, sempre se marcou pela aridez e negrume do percurso, no que se refere à paisagem da “charneca”. Esta não era uma zona muito propícia de passagem, pois para além dos animais que habitavam estas paragens, a obscuridade desta paisagem permitia a pilhagem às pessoas e mercadorias que por aqui passavam a caminho da capital.

⁷ Os morgados eram entendidos como os bens vinculados de uma família, onde o filho mais velho era o herdeiro exclusivo, sem poder vender, dividir ou alienar os mesmos. Em 1863, com a extinção dos morgados e capelas, os proprietários das quintas, de modo a não ficarem na miséria, viram-se obrigados a parcelarem as suas propriedades para serem vendidas. Cf. Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de*

propriedade, com parte destas propriedades a serem adquiridas por uma nova classe económica, a burguesia, para fins distintos, uns mais ligados à indústria, outros mais ligados ao recreio, relegando por vezes para um plano menos importante a componente produtiva.

Apesar dessa realidade, a vinha continuava a ter um papel importante em algumas unidades da “Outra Banda”, como prova a “premiação” do vinho tinto da Quinta do Castelo¹, concelho do Seixal.² Mas também havia outras produções, que surgiram para dar resposta às necessidades da capital.

*Os principais ramos de commercio em Alcochete são: vinho, sal, fructas, cereaes, gados caprino, suino e algum cavallar.*³

*Almada é abundante de vinhos de pasto e fructas.*⁴

*Encontram-se ali muitas e boas quintas, e grande commercio com Lisboa, pelo Tejo.*⁵

A transição século XIX – XX, mas principalmente o século XX foi aquele que conduziu às maiores alterações nas paisagens da “Margem Esquerda do Tejo”, ficando marcada por um processo de expansão, primeiro industrial e depois urbano, que veio alterar por completo a identidade deste território.

Mesmo assim, até meados de século XX, unidades de exploração agrícola ainda iam marcando este território, como prova a planta da Quinta da Conceição⁶, freguesia da Trafaria, concelho de Almada, de 1929, cujo sequeiro e vinha eram as produções que ocupavam maior área e a sua ocupação estava de acordo com as necessidades da capital.⁷ Porém, a falta de mão-de-obra especificamente rural, em troca dos salários e horários estáveis associados à indústria, foram levando ao progressivo desvanecimento dos valores rurais.

Durante o Estado Novo, grande parte da população deste território é atraída pela indústria. Estas novas indústrias atraíram também, para a “Outra Banda”, um conjunto de pessoas oriundas de outras partes do país em busca de uma vida melhor, o que

Almada n.º 5 – 6, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, p.74; Cf. Raul Pereira de Sousa, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, p.191.

¹ V. Vol. II, Quadro II, p.69.

² Cf. Manuel Lima, *Corroios Minha Terra co(m a)rroios*, s.l., Plátano, 2001, p.48-49.

³ Esteves Pereira, Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. I, Lisboa, João Romano Torres, 1904, p.171.

⁴ *Ibidem*, p.224.

⁵ Sobre a povoação da Arrentela, concelho do Seixal. *Ibidem*, p.746.

⁶ V. Vol. II, Quadro I, p.60.

⁷ Planta cedida pelos atuais proprietários da quinta, aos quais agradecemos toda a disponibilidade e ajuda prestada durante este estágio.

levou a uma rápida e incoerente, apropriação do território para a construção de novos fogos.

*(...) os núcleos ribeirinhos da margem sul iam adquirindo durante a primeira fase da expansão urbana uma feição particular. Em vez de alinharem pelas funções terciárias (comércio e serviços), como a maioria das aglomerações lisboetas, tornaram-se lugares tipicamente indústrias. Foi o que aconteceu no Barreiro, na Moita e na Baixa da Banheira, onde se construíram as fábricas das grandes empresas apoiadas pelo Estado Novo. A promessa de um salário regular atraiu uma numerosa mão-de-obra de origem rural.*¹

Esta rápida apropriação do território levou a um processo de expansão urbano – industrial nem sempre organizado e incongruente de origem.

Na “Carta Agrícola e Florestal de Portugal”, de 1962, que abrange os concelhos de Alcochete e Montijo, as manchas agrícolas, com destaque para as vinhas, ainda estavam bastante presentes, principalmente no concelho de Alcochete. Já na “Carta Agrícola e Florestal de Portugal”, de 1963, que abrange os concelhos de Almada e Seixal, nota-se que ainda subsistem algumas parcelas vinícolas e de pomar, menores comparativamente aos concelhos anteriores. O sul dos concelhos de Almada e Seixal ainda eram marcados pelas extensas manchas de pinhal.²

Porém, esta realidade não durou muito tempo, os processos de expansão agravaram-se com a construção da “Ponte Sobre o Tejo” em 1966, conduzindo à caótica expansão de Lisboa para sul, pela construção massiva e nem sempre organizada.

A expansão da ferrovia, a industrialização, a “Ponte Sobre o Tejo”, o urbanismo e a proximidade à capital, desencadearam diversos processos de alteração das paisagens locais, que levaram ao desaparecimento da identidade da “Margem Esquerda do Tejo”.

O valor da propriedade agrícola deixou de depender unicamente da exploração dos solos, passando a constituir um ativo destinado à especulação imobiliária, principalmente a partir dos anos 70 com a construção da “Ponte Sobre o Tejo”.

¹ Duarte Belo, José Mattoso, Suzanne Daveau, *Portugal, o Sabor da Terra, Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores, 2010.

² Cf. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, Carta Agrícola e Florestal, folha 432, Escala 1:25 000, Lisboa, 1962; Cf. Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, Carta Agrícola e Florestal, folha 442, Escala 1:25 000, Lisboa, 1963

A ocupação dos terrenos das quintas para a edificação de fábricas, para o loteamento e para a construção civil, ditaram o seu declínio. A “Outra Banda”, que até ao início do século XX era caracterizada pela sua ruralidade, com as quintas a serem o elemento paisagístico mais representativo dessa realidade, viu o seu património identitário ser sacrificado.

Efetivamente, foi durante o século XX que a “Margem Esquerda do Tejo” sofreu as maiores alterações paisagísticas e económicas, “passando de uma área rural (...), para albergar complexas indústrias de grande significado a nível nacional (...) e, mais tarde, para um crescimento explosivo de zonas habitacionais.” A relação desta margem com o rio e esteiros, os bons terrenos agrícolas (RAN) e a presença de recursos naturais de elevado valor (REN), não foram suficientes para impedir um processo de degradação generalizado deste território ao longo do século passado.¹ Somente com os Planos de Ordenamento do Território é que se começou a verificar algum cuidado com a organização deste território, mas que mesmo assim ficaram muito aquém relativamente à salvaguarda dos valores culturais intrínsecos e da memória histórica coletiva.

Em síntese, foram vários os períodos cronológicos que marcaram este território e que foram acrescentando valências de produção, transformação e construção até aos nossos dias, dos quais destacamos dois ligados às dinâmicas do Tejo, como via fluvial, e um ligado à construção da “Ponte Sobre o Tejo”. A primeira resultante da ruralidade da “Outra Banda”, com a produção de vinho, sal, madeira, cereais, e a segunda resultante de uma margem ribeirinha pré-industrial e industrial, com a construção naval, o caminho-de-ferro e as novas indústrias que a Revolução Industrial trouxe. A última alteração, mais significativa, surgiu pela necessidade de uma ligação direta entre Lisboa e a “Outra Banda”, que levou à construção da “Ponte Sobre o Tejo”. Esta nova ligação acabou por ser o culminar na expansão suburbana concêntrica a Lisboa, com planos de “ordenamento” do território sem bases coerentes, desvalorizando por completo os valores culturais deste território.²

Estas alterações ocorrentes durante o século passado foram inicialmente mais evidentes nos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita, e depois mais tarde, atingiram também os concelhos do Montijo e Alcochete, pela construção da “Ponte

¹ Cf. Alexandre Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.135.

² Como exemplo a implementação do Fundo de Fomento da Habitação no Monte de Caparica, concelho de Almada, na segunda metade do século XX, que levou à destruição de muitas quintas que ainda subsistiam por esta altura.

Vasco da Gama” em 1998, mesmo assim Alcochete tem-se caracterizado pela sua resiliência, no sentido que ainda mantém um carácter rural muito ativo.

Da vila do Seixal à vila de Alcochete, todo o solo é uma quinta seguida; é o jardim da margem esquerda do Tejo, recortado por variados seios, cujas beiras são banhadas pelas águas do rio (...).

Carlos Ribeiro, *Descrição do Terreno Quaternário das Bacias dos rios Tejo e Sado*, Mem. Com. Geol Portugal, 6, 1866, p.162.

III – QUINTAS DA “OUTRA BANDA”

1. Quintas

Admite-se que a estruturação / organização da paisagem do ocidente peninsular em unidades rurais regradas de base agrícola remonte ao período romano. Porém, estas unidades terão sido sujeitas a alterações durante as últimas centúrias do império, durante o reino dos visigodos e reorganizadas durante a ocupação islâmica e a reconquista cristã.

Deste processo milenar resultaram paisagens e estruturas fundiárias distintas, intimamente associadas aos contextos ambientais, económicos, sociais e culturais vigentes. Destaca-se a sul a hierarquização em torno de pequenas unidades familiares ou casais, unidades de dimensão intermédia, como granjas e até quintas, quando não montes e herdades, em regime de posse plena, de contrato de enfiteuse ou renda de senhorios laicos ou religiosos.

Estas unidades nem sempre se limitavam a funções de produção, sendo também estruturadas e concebidas como espaços de recreio, lazer e refúgio de eleição na periferia das grandes urbes. Constata-se que desde a Antiguidade Clássica, unidades rurais de base produtiva têm vindo a ser descritas, contemplando também as funções de recreio.¹

Remete-se assim para os vocábulos latinos *fundi / fundus e villae / villa*, referentes a unidades produtivas e recreativas afins às quintas do presente, designação cuja forma portuguesa mais antiga remonta à palavra quintã ou quintãa, tendo ocorrido a sua vulgarização a partir do século XVI.²

Durante o longo processo da Reconquista assistiu-se à alteração gradual ou radical dos regimes fundiários, transferindo-se grande parte das áreas produtivas para a posse “de nobres, da coroa e da Igreja”³. Neste processo preservaram-se antigas unidades e delimitaram-se novas, contemplando tanto parcelamentos como emparcelamentos.

A quinta, como meio de produção de vinho, fruta, azeite, legumes, entre muitos outros, acaba por revelar-se como uma fonte de rendimento económico relevante,

¹ Cf. Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica UTL, ISA, 1992, p.6.

² Cf. Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.191; Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *op.cit.*, p.4.

³ Aurora Carapinha, *op.cit.*, p.191.

principalmente durante a época das descobertas. As produções destinavam-se ao mercado interno, avançando sobre o externo, nomeadamente da Europa Central. Mas com a expansão do Reino além-fronteiras, surgiu uma nova realidade que levou à intensificação da produção, dando resposta a uma nova realidade.¹ O vinho seria uma das principais culturas praticadas em território português.²

Algumas das quintas, principalmente na periferia de aglomerados urbanos ou em locais de acessibilidade estratégica, vieram a incorporar também funções de recreio, “ainda que de uma forma letárgica, nos primeiros tempos, vindo só a despertar para essa outra componente, quando o ambiente cultural e económico do século XVI, o proporcionou.”³

A difusão da componente de recreio, nas quintas, terá tido maior relevância nos tempos de paz e estabilidade social e económica, períodos em que os grupos sociais mais poderosos se refugiavam dos alvoroços associados à vida dos principais aglomerados urbanos e da corte. Serviam também de refúgio de eleição em caso de proscricção ou instabilidade política e até de isolamento em epidemias e pandemias, nomeadamente de pragas e pestes.

O período das descobertas trouxe uma nova realidade para o panorama das quintas. O ambiente cultural, económico e social gerado pela expansão do reino além-fronteiras, levou a que “o regresso à pátria de nobres e aventureiros que enriqueceram nos territórios conquistados, principalmente na Índia”,⁴ investissem “grande parte das suas economias na compra de terra, por considerarem que só este tipo de investimento oferecia segurança e conferia prestígio”.⁵

A procura do espaço rural como espaço para vilegiatura é reforçada também pelas “pestes (principalmente a de 1569) e os terramotos (1531 e 1551) que se fizeram sentir durante o século XVI.”⁶ As Quintas de Recreio são, assim, entendidas como “espaços que conjugam o lazer, o ócio e o recreio, com o investimento, com o rendimento económico, determinando uma construção espacial muito particular e distinta”⁷, distinguindo-se das “Quintas Rusticas”¹, pelo “fator prazer”². Esta

¹ Cf. Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.196.

² *Ibidem*, p.191.

³ *Ibidem*, p.192.

⁴ Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica UTL, ISA, 1992, pp.17-18.

⁵ Aurora Carapinha, *op.cit.*, p.196.

⁶ Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *op.cit.*, p.18.

⁷ Aurora Carapinha, *op.cit.*, p.197.

transformação atingiu o seu auge a partir da segunda metade do século XVI e “colheu a contextualização teórica do humanismo, adaptando-se às características nacionais”.³

Contudo, não permaneceram estanques tendo sido influenciadas pelos vários movimentos filosóficos e artísticos que sucederam na Europa, nomeadamente nos séculos XVIII e XIX e até desenvolvidas sobre outras bases fundiárias. Segundo Luís Paulo Ribeiro, também é possível que as propriedades denominadas por casal tivessem passado a ser designadas por quintas, principalmente nos finais do século XVIII e durante o século XIX, pela aquisição destas unidades agrícolas por um grupo social emergente, a burguesia.⁴ Esta vertente de recreio associada a formas vivenciais do clero e da alta nobreza veio a diluir-se a partir do século XVIII por outras camadas, ainda que menosprezadas socialmente mimetizavam comportamento das tradicionais elites.

Independentemente da época, estrutura, componentes e feições estilísticas, “mata, horto de recreio e horta/pomar são, em qualquer tempo e espaço, os constituintes básicos de todas” as Quintas de Recreio, “que se organizam formando um todo, num espaço fechado.”⁵

A articulação destes diferentes subespaços, a mata, o pomar e “o jardim propriamente dito ou horto de recreio”⁶, muitas vezes concebido “como salas de verdura”⁷, fazem com que a Quinta de Recreio se apresente estruturada e compartimentada por zonas de produção e lazer. Nestes locais de estadia e espaços de deleite privilegiam-se as panorâmicas sobre a envolvente rural, a intimidade, resguardada por vezes por janelas gradeadas e, principalmente a amenidade, atenuando o rigor do sol e das elevadas temperaturas, correntes em território nacional.

Numa Quinta de Recreio identificam-se as “arquiteturas de prazer”, como os caramanchões e as casas de fresco, entre outros elementos, como os miradouros ensombrados, as latadas, as conversadeiras e alegretes, revestidos muitas vezes a azulejos, quando não rebocados e pintados, por vezes justapostos a peças de água

¹ Entende-se “Quintas Rusticas” como as unidades exclusivamente ligadas à produção. Cf. Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.197.

² *Ibidem*, p.203.

³ *Ibidem*, p.277.

⁴ Cf. Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica UTL, ISA, 1992, p.5.

⁵ Aurora Carapinha, *op.cit.*, pp.205-206.

⁶ Aurora Carapinha, “Entrevista – Aurora Carapinha”, in *Arquitetura e Vida* n° 89, s.l., s.n., 2008.

⁷ Aurora Carapinha, *op.cit.*, p.114.

como poços, tanques, fontes, bicas e cascatas, quando não outros artifícios hidráulicos originais, eficazes moderadores climáticos.

Confirma-se a água como uma constante nestas quintas “pelas suas características físicas, de luminosidade, de frescura, de movimento e de sonoridade”¹ e não só pelas suas funções exclusivas a nível de regadio como suporte de produção.

Acresce-se a relevância dada a este elemento na área de estudo, uma vez que o sul do país caracteriza-se pela escassez de água e por uma precipitação mal repartida ao longo o ano, logo “torna-se imperioso reservar e armazenar toda a água disponível, de forma a garantir a sua utilização em períodos de carência.”²

Apesar da aparente ruralidade patenteada nas Quintas de Recreio, o carácter económico, social e ideológico levaram a que esta fosse reconhecida como “um símbolo da urbanidade”³, seja pela relação “de proximidade do mercado consumidor”⁴, como fonte de provimento, ou pelo deleite estético, cultural e recreativo impresso pelas altas elites, que procuraram nestes espaços um refúgio à vida dos grandes aglomerados urbanos, nomeadamente da capital.⁵

Como já referimos anteriormente, as quintas localizadas nos arredores de Lisboa tinham a sua produção orientada para o preenchimento das necessidades locais e da capital. A “Outra Banda” era responsável por grande parte do abastecimento de vinho, sal, madeira e farinha, moída nos muitos moinhos de maré que se disseminaram neste território, sem esquecer a água doce destinada a Lisboa e à aguada das embarcações, entre outras produções.

Até ao início do século passado, a “Margem Esquerda do Tejo” caracterizava-se pela sua ruralidade, estruturando-se as paisagens em torno de inúmeras explorações agrícolas, das quais se destacavam, pela dimensão e complexidade, as quintas. Estas quintas vieram a assumir-se como refúgio da “vida agitada, barulhenta, pestilenta e epidémica”⁶ da grande urbe, espaços de recreio e lazer de elites que desta forma não se afastavam muita da corte e da capital.

¹ Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.90.

² *Ibidem*, p.316.

³ *Ibidem*, p.198.

⁴ Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica UTL, ISA, 1992.

⁵ Cf. Hermann Lautensach, Orlando Ribeiro (comentários e atualização Suzanne Daveau), *Geografia de Portugal*, Vol. III, Lisboa, João Sá da Costa, 1989, p.867.

⁶ Aurora Carapinha, *op.cit.*, p.197.

*Na Outra Banda ponteavam-se as quintas, provavelmente muitas delas de moradores de Lisboa.*¹

Nem sempre é identificável a vertente recreativa nas quintas que subsistem na “Outra Banda” pelo desconhecimento de testemunhos literários, pelo desfasamento de gerações e perda de memória coletiva e principalmente pela ausência dos “constituintes básicos” referidos e dos elementos recreativos listados.²

Recorde-se a fragilidade destas unidades mutáveis: sujeitas a contextos ambientais, sociais e económicos críticos; condicionadas pelo envelhecimento e desgaste natural dos componentes; construídas por vezes com materiais locais pouco resistentes e duráveis; dependentes de ações de manutenção e conservação continuada; muitas vezes integrando estruturas efémeras; dependentes da mutação das componentes vivas; objeto de saque dos elementos arquitetónicos; sujeitas mais do que a pressões urbanísticas, ao desdém humano pelo seu património.

Muitas das quintas da “Outra Banda” foram gradualmente desaparecendo ao longo do séc. XX, cedendo, numa primeira fase, lugar a instalações fabris mais rentáveis e depois absorvidas pela expansão urbana, acentuada após a construção da ponte ou das pontes sobre o Tejo. Várias transitaram de proprietários, perderam funções e degradaram-se, sendo adquiridas por entidades públicas, como autarquias e privados de origens e recursos diversos que nem sempre as preservaram.

Pouco subsiste de um passado não muito remoto, confirmando-se a toponímia das ruas e bairros como a última memória destas unidades produtivas e recreativas. Os exemplares que conseguiram perdurar até à contemporaneidade são casos excecionais, raros, testemunhos da resiliência da “Outra Banda”. Ainda se destacam alguns exemplos de quintas, por vezes adaptadas às necessidades de novos proprietários e cumprindo funções distintas.

A Quinta da Conceição, freguesia da Trafaria, concelho de Almada, privada, ainda mantém o carácter agrícola, reforçado pela sua inscrição na RAN. Existem igualmente unidades que se mantêm na posse de particulares, essencialmente como local de habitação, seja a Quinta da Lançada³, no concelho do Montijo, ou a Quinta da

¹ António Borges Coelho, *Quadros para uma Viagem a Portugal no Séc. XVI*, Lisboa, Caminho, 1986, p.201.

² No território em estudo, a distinção entre Quinta de Recreio e “Quinta Rustica” nem sempre é possível, seja pelo avançado estado de degradação das quintas, ou pela inexistência de elementos bibliográficos descritivos. Dito isto, e tendo em consideração o âmbito deste trabalho, são as Quintas de Recreio que se destacam em termos quantitativos na “Arte Paisagista” em Portugal, e como tal terão um papel relevante neste trabalho.

³ V. Vol. II, Quadro V, p.77.

Graciosa¹, no concelho de Almada. Outros particulares procuraram tirar partido promovendo atividades e eventos, caso da Quinta da Estalagem², no concelho do Barreiro, orientada para programas pedagógicos e a Quinta do Coelho³, freguesia do Samouco, concelho de Alcochete.

Outras quintas, afetas a autarquias, funcionam como polos culturais e recreativos em torno de amplos jardins de fruição pública, caso da Quinta dos Pianos⁴, antigo Solar dos Zagallos, pertença da CMA, e da Quinta da Fidalga⁵, afeta à CMS.

Algumas servem de sede ou acolhem diversas associações, instituições, ou museus, como por exemplo a Quinta de São Miguel⁶, adquirida pelo “Centro de Arte e Comunicação Visual” ao IGAPHE, a Quinta de São Lourenço⁷, que alberga a Comunidade Terapêutica da Associação Vale de Açor, ambas no concelho de Almada, e a Quinta da Trindade⁸ que alberga o “Ecomuseu Municipal do Seixal - Núcleo da Quinta da Trindade”. Outras são propriedade da igreja, como a Quinta do Álamo⁹, no concelho do Seixal, que pertence à Diocese de Setúbal.

No geral, a atual utilização destas quintas, apesar de diversa, vai garantindo, bem ou mal, a subsistência deste património paisagístico. Efetivamente, e tendo em consideração todas as alterações que este território sofreu ao longo do tempo, a resiliência destes espaços às alterações fá-los destacaram-se como exceções à regra.

¹ V. Vol. II, Quadro I, pp.61-62.

² V. Vol. II, Quadro III, p.74.

³ V. Vol. II, Quadro VI, p.79.

⁴ V. Vol. II, Quadro I, p.62.

⁵ V. Vol. II, Quadro II, p.70.

⁶ V. Vol. II, Quadro I, p.64.

⁷ V. Vol. II, Quadro I, p.65.

⁸ V. Vol. II, Quadro II, p.71.

⁹ V. Vol. II, Quadro II, p.71.

2. Levantamento Geral

O levantamento das quintas da “Outra Banda” teve subjacente o recurso a muitas fontes, nomeadamente monografias e outras publicações, como roteiros, manuscritos, cartografia, fotografia, descrições, confirmando-se a subsistência de algumas quintas neste território.

As dificuldades inerentes à vastidão da área e do universo condicionaram a avaliação precisa de muitas destas unidades, pelo que optámos também por contabilizar neste levantamento, as quintas nas quais apenas subsistem alguns vestígios, tendo como exemplo, o portão¹ da Quinta dos Crastos, no concelho de Almada, o muro da Quinta das Palmeiras, no concelho do Barreiro, ou o moinho de maré e outras reminiscências da Quinta da Palmeira, no concelho do Seixal.

Este rastreio traduz-se, entre outros resultados, na Carta 1², que permite perceber a atual realidade deste património, bem como a sua distribuição no território.³

No total foram identificadas 175 quintas, 87 no concelho de Almada, 41 no concelho do Seixal, 17 no concelho do Barreiro, 16 no concelho de Alcochete, 10 no concelho do Montijo e 4 no concelho da Moita.⁴

Na Carta 1, verifica-se que existem dois modelos distintos de distribuição das quintas na área de estudo, sendo que o destaque vai para a zona norte do concelho de Almada, os “Montes de Almada”, onde a densidade e quantidade de quintas é muito maior, comparativamente à restante área de estudo. As restantes unidades distribuem-se geralmente ao longo das principais linhas de água, criando uma faixa que acompanha as margens do Tejo e esteiro.

Ao compararmos esta carta com a cartografia antiga por nós consultada, ficou perceptível que, apesar de termos identificado 175 quintas na “Outra Banda”, esse número não corresponde nem a metade das que efetivamente existiriam nestas paisagens.

¹ O portão era um importante elemento de caracterização das quintas e de afirmação social dos proprietários.

² Cf. Vol. II, Carta 1, p.129.

³ É importante referirmos que, apesar deste levantamento exaustivo das quintas da “Outra Banda”, temos plena consciência não termos esgotado o assunto. Pela cartografia e fontes consultadas, de cronologias anteriores ao século XX, verificámos que este território era marcado por inúmeras quintas, que organizavam o território de Almada a Alcochete, sendo provável haver mais unidades para além das que foram contabilizadas.

⁴ Cf. Vol. II, Carta 1, 2, 3, 4, pp.129-132.

Nesta comparação, fica também claro, tal como já constatado anteriormente, que a distribuição e densidade das quintas na “Outra Banda”, sempre foi maior no concelho de Almada¹, principalmente na zona norte do concelho, uma vez que nos restantes concelhos da área de estudo, as quintas concentravam-se sobretudo nas proximidades das linhas de água, beneficiando das condições locais.

Esta diferenciação de distribuição nas paisagens da “Outra Banda”, foi resultado das características locais do território (geologia, relevo, etc.).

O concelho de Almada, onde se incluía o concelho do Seixal, sempre foi ao longo das épocas, o mais densamente povoado da “Outra Banda”. Este facto, era bastante perceptível já no século XVI, como se pode ver no primeiro “numeramento” da população portuguesa, realizado entre 1527 e 1532, onde o “termo de Almada” já se diferenciava pela sua disparidade populacional, comparativamente aos restantes povoados da “Margem Esquerda do Tejo”.²

Esta realidade, que durante séculos caracterizou este território, prende-se também com o facto do concelho de Almada, comparativamente aos restantes, estar geograficamente mais próximo da capital.

A linha litoral em que a Outra Banda se aproxima mais de Lisboa é a que fica compreendida entre o forte da Vigia, a O., e o pontal de Cacilhas, e E. (...).³

Esta proximidade fez com que Almada e seu termo tivessem sido desde muito cedo, mais povoados, daí a densidade e quantidade de unidades ser muito maior aqui. Esta densidade e quantidade fez com que as propriedades tivessem também dimensões menores, comparativamente aos concelhos a nascente, algo também resultante das formas de relevo dos “Monte de Almada”.

Apesar de atualmente o número e concentração de quintas em Almada ser superior à restante área de estudo, o território a sul do Tejo “foi profundamente alterado durante o século passado”⁴, o que levou ao desaparecimento de muitas quintas, sendo as que subsistem atualmente “vestígios” das que um dia efetivamente existiram.

¹ Até à reforma administrativa dos liberais, em 1836, o “termo de Almada” abrangia, quase na totalidade, os atuais concelhos de Almada e Seixal, pelo que a interpretação da Carta 1, comparativamente à cartografia antiga, tem isso em consideração. Cf. Raul Pereira de Sousa, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, pp.26-28.

² Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p.40.

³ Raul Proença (org.), *Guia de Portugal, Generalidade, Lisboa e Arredores*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p.605.

⁴ Alexandre Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.129.

A instalação e prolongação da linha férrea sul, foi o princípio deste processo, pois levou à criação de grandes complexos industriais ao longo da “Margem Sul do Tejo” e dos seus esteiros, algo que ocorreu até meados do século passado, pelas iniciativas do Estado Novo. Muitas destas novas indústrias foram edificadas em terrenos de quintas, como é o caso da Siderurgia Nacional, no concelho do Seixal, que se integrou nos terrenos da Quinta da Palmeira.

Também a necessidade de criar uma ligação viária entre as duas margens, levou à construção da “Ponte Sobre o Tejo” em 1966. Esta ligação, direta e mais rápida, levou a uma “explosão da construção de habitações”¹ principalmente no concelho de Almada, que até “1954 (...) tinha a classificação oficial de “Concelho rural de 3.^a classe”². O resultado desta rápida apropriação do território levou a um desenvolvimento urbanístico nem sempre organizado e legal. As quintas, que ainda iam persistindo por esta altura, foram destruídas em substituição de novas construções de habitação. Esta realidade foi mais evidente no concelho de Almada, tendo depois se difundido pelos concelhos do Seixal e do Barreiro, que já estavam bastante descaracterizados pela presença da indústria.

Com a inauguração da “Ponte Vasco da Gama”, em 1998, acentuou-se a urbanização nos concelhos da Moita, Montijo e Alcochete³, que até há pouco tempo eram marcados por um “carácter rural bem vincado”⁴. Este fenómeno está a ser salientado no presente pela suposta implantação do aeroporto complementar de Lisboa, no Montijo.

A expansão das áreas industriais e principalmente as urbanas, algumas planeadas e outras de génese incoerente e desorganizada, têm marcado negativamente a evolução destas paisagens, principalmente nas últimas décadas, comprometendo os valores patrimoniais identitários da “Margem Sul do Tejo”, como as quintas.

¹ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa, DGOTDU, 2004, p.129.

² Almada só “nesse ano passou a “Concelho urbano de 2.^a classe” e só em 1984, foi classificado como “urbano de 1.^a classe”. Cf. Raul Pereira de Sousa, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, p.28.

³ Alcochete mesmo com estas alterações todas, tem persistido e mantido um carácter rural, sendo o único concelho da “Outra Banda” que ainda mantém uma génese rural ativa.

⁴ Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia, Rosário Oliveira, *op.cit.*

3. Metodologia

O desconhecimento institucional da realidade patrimonial da “Outra Banda”, as lacunas do inventário e o reduzido número de imóveis, nomeadamente quintas classificadas pelos valores culturais que encerram, justificou a realização deste trabalho que veio a revelar-se bastante complexo.

A vastidão do universo das quintas reunidas anteriormente, a complexidade das várias unidades e a falta de informação condicionou o método corrente na DGPC, de base descritiva e comparativa imediata sobre casos bem estudados.¹

Neste contexto, que inviabilizaria a realização de um relatório de estágio conclusivo dentro dos prazos considerados, foi premente recorrer a abordagens de outras áreas do conhecimento, nomeadamente baseadas em abordagens a diferentes escalas, com a seleção de amostras de estudo representativas e a eleição de casos de estudo significantes.

Assim sendo, a análise desenvolvida neste trabalho aposta num método distinto do corrente na DGPC, e tem subjacente o desenvolvimento de uma metodologia dividida em duas fases, onde é estudado uma amostra do universo e identificado casos potencialmente representativos ou excecionais.

Fase I

Nesta fase, selecionou-se uma amostra de estudo e desenvolveu-se uma abordagem hierarquizada e gradativa, através da qual se tentou estudar e avaliar uma amostra do universo, bem como identificar tipologias locais, de modo a reconhecer as características que distinguem o universo de estudo. Integrou-se também um processo por aproximação, por acumulação e/ou imposição de condicionantes, com o propósito de identificar os casos mais representativos ou excecionais, tendo em atenção os valores patrimoniais, reconhecendo quais os mais relevantes, bem como suportar a seleção de casos de estudo para uma análise mais aprofundada.

Foram hierarquizados procedimentos, definidos critérios e selecionados parâmetros tendo, em consideração os constituintes principais das Quintas de Recreio, os sistemas, os elementos específicos, os acessos, os contextos, etc. Os critérios e

¹ Na DGPC o estudo das paisagens culturais tem vindo a ser suportado por fontes de informação creditadas e suficientes, pelo estudo de amostras bem identificadas e caracterizadas e pelo recurso a fichas específicas orientadas para o registo e análise comparativa.

parâmetros foram definidos de acordo com a informação restrita que tivemos disponível nesta fase do trabalho.

Este processo teve como base o conceito da Quinta de Recreio, e baseou-se nas práticas correntes, desenvolvidas e propostas por arquitetos paisagistas da DGPC, na avaliação dos valores culturais, mas adaptado à área de estudo, pela especificidade das unidades que integram este território.

*Cada jardim é sempre irrepitível, porque nasce deste ponto de encontro entre cultura e a realidade geográfica, biofísica, ecológica, do lugar onde se inscreve; portanto, é irrepitível.*¹

Fase II

Após a seleção dos casos de estudo segue-se a avaliação dos valores culturais suportado por: estudos exaustivos de cada uma das quintas; distinção das múltiplas componentes; uma abordagem comparativa tendo em vista a identificação dos valores culturais, primeiro quantitativa e depois qualitativa; reconhecimento da identidade, autenticidade e integridade das quintas; aferição da respetiva representatividade ou excecionalidade.

¹ Aurora Carapinha, "Entrevista – Aurora Carapinha", in *Arquitetura e Vida* nº 89, s.l., s.n., 2008.

3.1. Fase I – Estudo da Amostra

A amostra de estudo reúne 55 quintas¹, das 175 identificadas anteriormente no Levantamento Geral e apenas contempla as unidades que remontam a cronologias anteriores ao século XX.

Esta amostra só incluiu as unidades que ainda conservam a estrutura de quinta, nas quais subsistem alguns dos seus constituintes básicos, como a casa principal, o assento de lavoura e anexos, a capela, o jardim, o pomar, a horta e a mata.²

3.1.1. Crítérios e Parâmetros de Avaliação

A avaliação da amostra de estudo, através da construção e análise de tabelas de base estatística descritiva, teve presente a hierarquização de procedimentos, a seleção de critérios e a identificação de parâmetros, descritos de seguida.

Constituintes

Nesta fase inicial foram selecionados os constituintes mais comuns das quintas na área de estudo: a “Casa Principal”, a “Capela”, o “Assento de Lavoura e Anexos”, o “Pombal”, o “Jardim”, o “Pomar”, a “Horta” e a “Mata”.

Esta avaliação tem como propósito identificar as quintas com o maior número de componentes, as quintas aparentemente mais íntegras, as mais autênticas e os tipos mais frequentes.

Sistema Hidráulico

O sistema hidráulico compreende captações / armazenamento, condução / distribuição, orientados para consumos diversos.³ Pela informação disponível nesta fase do trabalho apenas foi possível distinguir, para o universo em estudo, as captações e os fins a que estas se destinavam.

¹ Cf. Vol. II, Quadro I, II, III, IV, V, VI, pp. 57-80 e Vol. II, Carta 5, p. 133.

² É importante mencionarmos que a seleção destas 55 quintas foi realizada de acordo com as fontes disponíveis nesta fase do trabalho.

³ Cf. Mário Luís Soares Fortes, *A Gestão da Água na Paisagem Romana do Ocidente Peninsular*, Santiago de Compostela, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p.45-98.

Nas captações inclui-se nascentes e furos, sejam verticais como poços ou horizontais como minas. No “Abastecimento / Função” distinguem-se os “Domésticos”, os de “Rega”, os de “Força Motriz”¹ e os de “Estética / Moderador Climático”.

Estado de Conservação

De modo a estudarmos o atual estado de conservação das quintas, foram definidas três categorias diferentes de conservação: “Ruína”, “Degradado / Descaracterizado” e “Bom Estado de Conservação”.²

O primeiro refere-se, tal como o nome indica, às quintas, que pelo seu abandono, se encontram em ruínas, das quais poucos testemunhos subsistem.

O segundo, por questões de comparação expedita, abrange as quintas degradadas e descaracterizadas. O primeiro refere-se às quintas que não se podem considerar em ruína, mas apresentam patologias óbvias, e o segundo, corresponde às quintas que pelas inúmeras intervenções que foram alvo, ao longo dos tempos, perderam o seu carácter.

Por fim, a categoria de “Bom Estado de Conservação” corresponde às quintas que se encontram preservadas e com manutenção ativa, tanto ao nível dos elementos inertes, como elementos vivos.

Primeira Referência (Conhecida)

É relevante ter consciência da antiguidade das quintas na área em estudo. Para este efeito, tentou-se identificar e registar qual a primeira referência ao imóvel, com base na informação bibliográfica e cartográfica recolhida durante este trabalho.

Pela escassez de informação optámos por registar de forma genérica em três períodos: XIX, XVIII e ≤ XVII.³

Cronologia das Intervenções

Um imóvel não permanece imutável ao longo dos tempos, pelo que urge documentar os períodos marcantes na história das quintas, seja a construção, as alterações, o abandono e até mesmo a demolição. Nesta fase, e sem atender a correntes estilísticas

¹ Que contempla aos de feição pré-industrial, neste caso os moinhos de maré.

² É importante referimos que esta avaliação foi realizada pela bibliografia e cartografia, pelas fotografias aéreas e pelas fotografias, podendo originar alguma discrepância com o efetivo estado da amostra.

³ É importante mencionarmos que temos plena consciência que a época atribuída a cada quinta, pode não corresponder à sua origem de construção, isto deve-se sobretudo há falta de fontes para a área em estudo.

dominantes, optámos por registar apenas os períodos de significâncias mais relevantes para cada quinta.

A análise teve presente a inscrição de eventos documentados ou confirmados fotograficamente em quatro períodos: XX, XIX, XVIII e ≤ XVII.

Ordens Religiosas (Afetação e Cadastro)

As Ordens Religiosas foram detentoras de vastas áreas na “Margem Sul do Tejo”. O regime de exploração tanto podia ser direto como indireto através de contratos de arrendatários ou de enfiteutas, estruturando a paisagem em torno de diversas unidades. Acresce-se que após a extinção das ordens foram muitos os novos proprietários que reordenaram e criaram quintas. Assim é relevante identificar quais foram as quintas que pertenceram a antigas ordens religiosas.

Classificação

A legislação Portuguesa contempla as seguintes categorias e os seguintes graus: os “bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio”, e “podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal”.¹

Dentro da amostra pretende-se distinguir os imóveis classificados, dependentes da tutela do património dos restantes, os não abrangidos por classificação alguma e os dependentes de classificação municipal.

A contabilização das quintas classificadas dentro da amostra poderá suportar algumas ilações quanto ao reconhecimento dos valores culturais presentes na “Outra Banda”, ao nível de salvaguarda do património local, da proteção das quintas com valor patrimonial, entre outros.

Ligações Viárias e Fluviais

Até 1966, o rio era a ligação mais rápida entre a “Outra Banda” e a capital. Consequentemente, o transporte de pessoas e bens, nomeadamente o escoamento de produtos era feito desta forma.²

Os povoados que partilhavam alguns dos seus limites com o Tejo e com os esteiros, eram todos providos de cais ou portos de dimensão variada, em função da relevância

¹ Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, in *Diário da República n.º 209 – 1ª Série – A*, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>.

² Cf. Orlando Ribeiro, *Introduções Geográfica à História de Portugal, Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977, pp.106-107.

do aglomerado e da proximidade à capital, e recebiam embarcações a remos, barcos de alguma dimensão, a vela e a vapor, e mais recentemente por embarcações impulsionadas por motores. Muitas destas estruturas desapareceram, por serem construídas com materiais precários, como madeiras, outras, ainda estão reconhecíveis, por possuírem materiais mais duradouros.

Muitas quintas da “Margem Esquerda do Tejo”, que se implantaram nas margens das linhas de água, também dispunham destas estruturas denunciando a relevância no transporte de pessoas e bens. Na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal” de 1813-1816, esta realidade está bem visível.¹ Pela toponímia nota-se que algumas quintas, situadas nas margens dos rios, eram providas por portos, como o “Porto de Buxos”, na Quinta de Buxos², concelho de Almada, e o “Porto de Palença”, na Quinta de São Lourenço, concelho de Almada. Efetivamente, o destaque vai para esta frente ribeirinha, Trafaria – Cacilhas, pois a proximidade geográfica à capital, ditou que o número de portos, associados a quintas, bem como aos povoados, fosse muito mais denso aqui.

Também as principais vias de ligação da capital para o sul do país passavam pela “Margem Sul do Tejo”. Cacilhas e Aldeia Galega são exemplos disso, pois faziam a ligação “fluvioterrestre”³. Os barcos, depois de saírem de Lisboa, ancoravam nestes portos e as pessoas e bens materiais, seguiam depois via terrestre em direção ao sul do país. Cacilhas fazia a ligação até o Cabo Espichel e Aldeia Galega era “a porta de entrada do Alentejo”⁴.

O estudo das acessibilidades nas quintas afigura-se como relevante, possibilitando a distinção das mais próximas e rápidas por via fluvial e das consideradas mais isoladas no passado, pela lentidão dos meios terrestres.

Contexto

Quanto ao contexto em que se inserem as quintas, foram definidas três categorias: “Rural”, “Periurbano” e “Urbano”. O primeiro corresponde às quintas que se inserem em contextos marcadamente agrícolas e florestais. O segundo corresponde a zonas

¹ Cf. Marquês de Campo Maior, José Maria das Neves Costa, *Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, 1813-1816.

² V. Vol. II, Quadro I, p.59.

³ Duarte Belo, José Mattoso, Suzanne Daveau, *Portugal, o Sabor da Terra, Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores, 2010, p.522.

⁴ Orlando Ribeiro, *Introduções Geográfica à História de Portugal, Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977, pp.106-107.

de transição geralmente marcadas pela entropia. O último, refere-se às quintas integradas em contextos urbanos.

Exposição Solar

Foram consideradas as exposições: “Norte”, “Sul”, “Este” e “Oeste”, bem como o “Sem Exposição Dominante”, sendo que esta última abrange as quintas com exposições múltiplas não dominantes ou planas.

A quantificação da exposição é relevante para a compreensão da radiação incidente, da produção e da amenidade local ou conforto ambiental.

3.1.2. Avaliação da Amostra

O estudo da amostra baseou-se numa abordagem hierarquizada e gradativa, com base nos critérios e parâmetros definidos anteriormente. O processamento da informação levou à construção das Tabelas I, II e III.¹

3.1.2.1. Constituintes

Pela interpretação da Tabela I² verificou-se que no “Presente”, das 55 quintas da amostra de estudo da “Outra Banda”, 53 ainda dispõem de “Casa Principal”, representando 96% da amostra, seguindo-se por: 47 quintas que ainda possuem “Assento de Lavoura e Anexos”, 85% da amostra; 33 quintas que ainda têm “Capela”, 60% da amostra; 16 quintas que ainda são constituídas por “Pomar” e “Mata”, 29% da amostra; 14 quintas que ainda possuem “Jardim”, bem como “Horta”, 25% da amostra; e apenas 4 quintas têm “Pombal”, ou seja, 7% da amostra.³

Duas quintas, a Quinta da Conceição e a Quinta da Fidalga, possuem atualmente 7 dos 8 constituintes definidos, seguindo-se por outras 3 unidades, a Quinta dos

¹ Cf. Vol II, Tabela I, II, III e IV, pp.83-85.

² Cf. Vol. II, Tabela I, p.83.

³ É importante referirmos que apenas foram considerados para a categoria “Presente” os constituintes que se inserem dentro dos limites do objeto de estudo.

Espadeiros¹, a Quinta do Álamo e a Quinta da Princesa e Infanta², que ainda detêm 6 dos 8 constituintes.

Optámos também por fazer uma comparação entre os constituintes que hoje integram as unidades em estudo, “Presente”, e os constituintes que foram identificados³ e referenciados nas fontes bibliográficas e cartográficas, “Passado”, de modo a estudarmos as alterações que ocorreram ao longo dos tempos, bem como encontrar tipos de quintas da “Margem Esquerda do Tejo”.

Pela análise da mesma tabela, constata-se que as maiores discrepâncias entre o presente e o passado ocorreram nos constituintes que têm a sua composição caracterizada pelos elementos mais frágeis, sujeitos à ação do tempo e ao passar das épocas, bem como à intervenção do homem.

- “Passado”: “Jardim” 78%; “Pomar” 62%; “Horta” 60%; “Mata” 53%.

- “Presente”: “Jardim” 25%; “Pomar” 29%; “Horta” 25%; “Mata” 29%.

3.1.2.2. Sistema Hidráulico

Pela análise da Tabela I⁴, as “Captações” nas quintas da “Margem Esquerda do Tejo” eram feitas por poços, identificados em 64% da amostra de estudo. Já no que se refere às minas e nascentes, apenas foram identificadas em quatro quintas – três detinham minas (5%) e uma possuía nascente (2%).

A água captada por poços de menor alcance nos relevos de altitude inferiores, próximos do nível do Tejo e seus “braços” era salobra, em virtude de ser afetada pelas águas estuarinas. Porém, se os poços atingissem as águas do pliocénico, as melhores águas da Península de Setúbal, a salubridade era, e ainda é, quase inexistente, daí a multiplicação deste método de captação neste território.

Relativamente ao “Abastecimento / Função”, em 65% da amostra de estudo o sistema hidráulico foi identificado com sendo utilizado para fins domésticos, 53% para a rega e 11% para “Força Motriz”. Para além disto, a água era também utilizada pela sua

¹ V. Vol. II, Quadro I, p.64.

² V. Vol. II, Quadro II, p.70.

³ Avaliação feita pelos vestígios que subsistem nas quintas em estudo.

⁴ Cf. Vol. II, Tabela I, p.83.

função estética e de moderador climático, tendo sido identificado em 25% da amostra de estudo.

A água para funções de rega, “Força Motriz” e “Estético / Moderador Climático” era proveniente das águas subterrâneas, mesmo as salobras e calcárias, sendo elevadas por noras e moinhos de vento do “tipo americano”¹.

As águas do Tejo e seus esteiros foram também utilizadas para a indústria da transformação dos cereais. Em algumas das quintas da “Outra Banda” ainda se identificam parte destas estruturas de transformação – os moinhos de maré.

3.1.2.3. Estado de Conservação

Pela interpretação da Tabela II², onde estão dispostas as categorias de qualidade relativamente ao estado de conservação das quintas, verificou-se que 22% das quintas se encontram em ruínas, 33% estão “Degradadas / Descaracterizadas” e 44% estão em bom estado de conservação.

De modo a sintetizarmos, optámos por unir as categorias “Ruína” e “Degradado / Descaracterizado”, ao qual designamos de “Mau Estado de Conservação”, uma vez que o mau estado de conservação pode colocar em risco a viabilidade de futuras classificações.

Assim sendo, 44% das quintas da amostra encontram-se em bom estado de conservação e 55% estão em mau estado de conservação, resultando num balanço negativo quanto ao atual estado de conservação.

3.1.2.4. Primeira Referência (Conhecida)

Pela leitura da Tabela III³, verifica-se que 32 quintas foram construídas antes do século XVII, representando 58% da amostra, seguindo-se pelas quintas construídas no século XVIII, com 29%, e pelo século XIX, com apenas 5%.

¹ V. Vol. II, Fig. 4, p.92.

² Cf. Vol. II, Tabela II, p.84.

³ Cf. Vol. II, Tabela II, p.84.

O investimento em novas propriedades na “Outra Banda” coincide com os períodos em que havia mais poder de compra por parte de alguns grupos económicos.

O poder socioeconómico, característico de determinadas épocas, como os Descobrimentos, levou ao investimento em propriedades agrícolas, pois a aposta na produção agrícola era uma fonte rendimento viável, pela elevada procura do mercado interno e externo, de determinados produtos.

3.1.2.5. Cronologia das Intervenções

Pela Tabela II¹, apura-se que o período onde ocorreram mais intervenções foi o século XX, representando 64% da amostra, seguindo-se pelo século XVIII, com 55% e pelo século XIX, com 51% e, por último, o período anterior ao século XVII, que corresponde a 33% da amostra.

No caso da “Outra Banda”, as principais cronologias de intervenção acompanharam geralmente os períodos de estabilidade social e desenvolvimento económico. O investimento nas quintas, da “Margem Esquerda do Tejo”, permitia o retorno pela produção e escoamento de excedentes de bens essenciais, garantia a criação de um espaço de recreio, de deleite e de refúgio, e permitia também a demonstração do estatuto e do poder económico dos proprietários.

As diversas intervenções que estas unidades sofreram durante o século XX resultaram das alterações sociais, culturais e económicas relevantes que remontam a finais do século XIX.

Outras fases construtivas marcantes podem estar associadas: à exploração das diversas colónias portuguesas; às novidades culturais e sociais da corte, nomeadamente do rei D. João V; à fuga para a periferia de Lisboa no pós-terramoto; à expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759; ao crescimento do poder económico da burguesia, com as políticas pombalinas; e a extinção das ordens religiosas em 1834.

¹ Cf. Vol. II, Tabela II, p.84.

3.1.2.6. Ordens Religiosas (Afetação e Cadastro)

Diferentes Ordens Religiosas possuíram bens de raiz na “Margem Esquerda do Tejo”, como os jesuítas na Quinta de Vale de Rosal, concelho de Almada, os dominicanos na Quinta dos Frades¹ e na Quinta do Seminário², concelho de Almada, os jerónimos na Quinta da Azenha³, concelho de Almada, os trinitários na Quinta da Trindade, concelho do Seixal, e os franciscanos na Quinta do Convento⁴, concelho do Barreiro.

Na total da amostra de estudo, reconhecemos que 8 quintas tiveram como proprietárias congregações religiosas, o que corresponde a 15% da amostra.⁵

Estas ordens foram “responsáveis pela exploração de algumas quintas”⁶ da “Margem Esquerda do Tejo”, nomeadamente da Quinta do Carmo⁷, concelho de Almada, cuja produção era maioritariamente para o consumo do Convento do Carmo.⁸

As ordens geriam estas quintas tanto em regime direto como indireto, por via de contratos de enfiteuse ou arrendamento. Estas unidades foram também lugares de eleição para o repouso, retiro e reflexão.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, incluindo a expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759, “todos os bens reverteram em benefício do erário público e muitos foram vendidos a privados.”⁹ As antigas quintas de produção e recolhimento de religiosos foram adquiridas por novos proprietários que as reconverteram sob o ponto de vista agrícola, e que as usaram como espaço de recreio e até de residência.

¹ V. Vol. II, Quadro I, p. 65.

² V. Vol. II, Quadro I, p. 66.

³ V. Vol. II, Quadro I, p.59.

⁴ V. Vol. II, Quadro III, p.73.

⁵ Cf. Vol. II, Tabela II, p.84.

⁶ Eulália de Medeiros Paulo, Paulo Guinote, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p.30.

⁷ V. Vol. II, Quadro I, pp.59-60.

⁸ Cf. Carlos Barradas Leal, Rui Mendes, “A Quinta do Carmo em Murfacém – Estudo Histórico, Patrimonial, Económico e Social”, in *Anais de Almada*, nº 17, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2014, pp.85-94.

⁹ Rui Mendes, “Património Religioso de Almada e Seixal”, in *Anais de Almada*, nº 11 – 12, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2010, p.70.

3.1.2.7. Classificação

Através da análise da Tabela II¹, constata-se que 71% das quintas não detém qualquer classificação, 20% possuem classificação municipal (IM (16%), CIM e SIM (2%)), 7% são IIP, 2% são MIP e 4% são abrangidas por uma ZEP.

Verifica-se que das 16 quintas classificadas, 29% da amostra, 10 (18%) encontram-se em mau estado de conservação.² Esta constatação leva-nos a questionar: a fiscalização por parte da administração central ou local; os apoios à salvaguarda destes imóveis; e o atual papel da classificação, enquanto meio que devia salvaguardar os valores patrimoniais.

3.1.2.8. Ligações Viárias e Fluviais

No total, das 55 quintas da amostra, 17 (31%) partilharam limites com o Tejo ou com os esteiros, possuindo provavelmente cais de embarque ou pequenos portos, mas só 8 (15%) preservam atualmente esta relação direta.³

Esta análise permite também concluir que, independentemente da existência de ligação fluvial, todas as quintas dispunham sempre de ligação terrestre.

A vantagem desta proximidade às linhas de água é confirmada, uma vez que das 17 (31%) quintas detentoras de ligação fluvial, 13 (24%) integram-se em cronologias anteriores ao século XVII.⁴

3.1.2.9. Contexto

Após análise da Tabela III⁵, verificou-se que 24% da amostra está em meio rural, 44% está em zona periurbana e 33% insere-se em contexto urbano. Este zonamento é

¹ Cf. Vol. II, Tabela II, p.84.

² Cf. Vol. II, Tabela III, p.85.

³ Cf. Vol. II, Tabela III, p.85.

⁴ Cf. Vol. II, Tabela III, p.85.

⁵ Cf. Vol. II, Tabela III, p.85.

relevante para avaliar riscos de destruição face às pressões urbanísticas ou de abandono pela inviabilidade produtiva em meio rural.

Contrariamente ao que seria de esperar, constata-se que 77% da amostra localiza-se em contexto urbano e periurbano. Encontramos três justificações distintas para esta realidade. A primeira prende-se com o facto das quintas, em contexto rural, geralmente apresentarem maior dimensão, comparativamente às quintas nas proximidades dos aglomerados urbanos, daí a menor quantidade. A segunda pode-se justificar pelo desenvolvimento das povoações e novas urbanizações sobre as formas ancestrais de organização do território, como as quintas, sendo corrente a atribuição da toponímia “Quinta” a ruas e bairros da “Margem Sul do Tejo”. E a terceira com a superior qualidade das áreas, em tempos ocupados por quintas.

3.1.2.10. Exposição Solar

No total das 55 quintas da amostra de estudo, 67% não tem exposição dominante, seguida pela exposição oeste com 15%, pela exposição norte e sul com 7% e, por último, a exposição este com 4%.¹

A avaliação da exposição pode ser relevante para compreender a organização de uma quinta, face a incidência de radiação solar, níveis de produção e conforto climático.

Conclui-se que nas quintas tentou-se tirar partido das exposições a norte e a nascente para zonas habitacionais, de recreio e lazer, mais amenas em período estival, e das exposições a sul e oeste enquanto áreas produtivas.

Escolhem-se sobretudo situações soalheiras, abrigadas dos ventos e ricas em água e de bons solos. As qualidades do sítio, agora enunciadas, são características intrínsecas ao conceito de lugar ameno e aprazível.²

¹ Cf. Vol. II, Tabela III, p.85.

² Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.48.

3.1.3. Seleção dos Casos de Estudo

Neste processo complexo optou-se por uma abordagem gradativa e aproximativa, por acumulação ou imposição de condicionantes tendo como objetivo a identificação das quintas potencialmente relevantes em termos culturais.¹

Para a seleção dos casos de estudo considerou-se, face ao comum na “Outra Banda”, que cada quinta tinha de ter obrigatoriamente a “Casa Principal e/ou Jardim”, o que corresponde a 53 (96%) quintas da amostra de estudo.²

Optámos também, em função de uma análise prévia da amostra, por acrescentar a condição de as quintas terem no mínimo cinco constituintes, dos oito³ escolhidos para o estudo, o que diminuiu a amostra para 13 (24%).⁴

Para a aproximação a uma realidade cultural, selecionou-se as “Quintas com pelo menos 5 constituintes, incluindo Casa Principal e/ou Jardim”. Porém, não houve qualquer alteração na amostra, mantendo-se as 13 quintas prévias.⁵

Optou-se por restringir a seleção dos casos de estudo às quintas mais íntegras. Assim consideram-se apenas as “Quintas com pelo menos 5 constituintes, incluindo Casa Principal e/ou Jardim” em “Bom Estado de Conservação”⁶, limitando-se a 9 (16%) quintas.⁷

Um dos objetivos deste trabalho consiste na avaliação da viabilidade das quintas de modo a fundamentar a abertura de procedimentos de classificação pelo eventual interesse público ou nacional. Neste contexto, optámos por agrupar as quintas que não estão classificadas e as quintas que têm classificação municipal. Esta opção prende-se com o facto da possibilidade da avaliação em curso, poder levar à conclusão de que os valores reconhecidos num imóvel classificado pelo interesse municipal sejam superiores aos que presidiram a este ato administrativo. No total das

¹ Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86.

² Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86.

³ Cf. Vol. II, Tabela I, p.83.

⁴ Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86.

⁵ Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86.

⁶ Cf. Vol. II, Tabela II, p.84.

⁷ Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86.

55 quintas da amostra, 50 podem vir a ser classificadas, representando 91% da amostra de estudo.¹

A exclusão das quintas classificadas pelo interesse público e nacional das 9 prévias, levou à exclusão da Quinta de São Lourenço, concelho de Almada, reduzindo os casos de estudo a 8 quintas, que se destacaram da restante amostra: a Quinta de Buxos, a Quinta da Conceição e a Quinta dos Planos, concelho de Almada, a Quinta da Princesa e Infanta, a Quinta da Fidalga e a Quinta do Álamo, concelho do Seixal, a Quinta da Estalagem, concelho do Barreiro e a Quinta da Praia das Fontes², concelho de Alcochete.³

3.1.4. Considerações

De uma forma geral as quintas remontam a cronologias anteriores ao século XVII e foram sujeitas a intervenções sucessivas, marcantes durante o século XX. Integram “Casa Principal”, capela, assento de lavoura e anexos, bem como jardim, pomar, horta e mata, sendo estes últimos os constituintes básicos das Quintas de Recreio.⁴

A metodologia baseada em procedimentos hierarquizados e gradativos permite ter uma ideia das diferentes tipologias de quintas da “Outra Banda”.

Conseguiu-se distinguir três tipologias de quintas na “Outra Banda”, que tiraram partido das componentes da paisagem. As primeiras, de menor dimensão e maior densidade, localizadas nos “Montes de Almada”, estrategicamente encaixadas nas arribas e em vales estreitos, abrigadas dos ventos dominantes, aproveitando pelos desníveis, as águas de nascentes, minas e até de poços, estabelecendo-se em terraços, nas quais se tirava partido do sistema de vistas. As segundas, associadas aos esteiros, quase ao nível das linhas de água, de dimensão variada, encerradas e de menores panorâmicas sobre a envolvente, integrando artifícios hidráulicos mais sofisticados e equipamentos invulgares. E as últimas, mais afastadas das linhas de água, geralmente mais direccionadas para a produção.

¹ Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86.

² V. Vol. II, Quadro VI, p.79.

³ Cf. Vol. II, Tabela IV, p.86. e Vol. II, Carta 6, p.134.

⁴ Ao contrário do que acontece no centro e norte de Portugal Continental, as quintas da área de estudo não se marcam pela integração do pombal.

Atualmente, as quintas integram-se no geral em zonas periurbanas, apresentando-se em mau estado de conservação, sendo poucas as sujeitas a servidões administrativas do património.

3.2. Fase II - Casos de Estudo

Esta fase inclui inicialmente um estudo exaustivo de cada caso de estudo, seguido por uma análise comparativa entre os mesmos, com os objetivos específicos de identificar as que possuem maior valor cultural, bem como avaliar a respetiva representatividade ou excecionalidade dentro de um contexto local e regional.¹

3.2.1. Levantamento e Análise Individual

Este estudo foi realizado através de bibliografia e cartografia de referência, de fotografias aéreas, de fotografias das quintas, de visitas ao local, das memórias dos habitantes, etc. A análise para cada caso de estudo foi estruturada em cinco pontos fundamentais, “Enquadramento e Caracterização”, “História”, “Descrição”, “Função Atual” e “Considerações”.

As descrições feitas para cada quinta são factuais e baseiam-se principalmente nas visitas de campo, daí a quantidade de informação recolhida ser de acordo com cada quinta, pois em alguns casos, pela disponibilidade dos proprietários, só foi possível visitar uma única vez a propriedade.

Em algumas quintas, nos constituintes que as compõem, optámos por atribuir os nomes já predefinidos, ou pelos proprietários ou pelas entidades gestoras, identificando-os “entre aspas”, uma vez que assim simplifica a leitura pelos diversos interessados.

¹ Para acompanhar a leitura dos casos de estudo remetemos para o Vol. II, Cartas 7, 8, pp.135-136. Nas fotografias aéreas consideradas incluem-se apenas os elementos de destaque que podem não ser observáveis pela interpretação das imagens acedidas. Refere-se que as limitações de registo, bem como a escala da cartografia disponível nas autarquias e proprietários não é pormenorizada, pelo que se optou por recorrer à interpretação e registo sobre fotografia aérea, após as visitas de campo, o que não invalida que estudos sequentes se baseiem em levantamentos de pormenor, essenciais para a caracterização mais profunda das unidades em estudo.

3.2.1.1. Quinta de Buxos

3.2.1.1.1. Enquadramento e Caracterização

É nos “Montes de Almada” que se localiza a Quinta de Buxos, mais concretamente, nas proximidades de uma antiga povoação chamada de Murfacém, que pertence à freguesia da Trafaria, concelho de Almada.

A quinta, encaixada nas encostas sobranceiras do Tejo, num vale íngreme aberto a norte, dispõe de uma localização privilegiada, em termos climáticos e paisagísticos, integrando-se na paisagem envolvente.

(...) arte com que sabíamos integrar a nossa obra na paisagem natural.¹

Somente a edificação de um terminal ligado à indústria de importação e armazenamento de “GPL, Combustíveis e Lubrificantes” nas imediações veio alterar a excelência desta integração paisagística.

A implantação da propriedade e, principalmente dos edifícios de habitação a meia encosta, tirou partido do relevo local, sem prejudicar as panorâmicas. As cumeadas circundantes abrigam a quinta dos ventos dominantes e, em simultâneo, privilegiam o aproveitamento das brisas do Tejo, que transportam ar fresco e húmido, dando grande amenidade local, sobretudo no período estival. A inclinação do vale aberto a norte reduz a radiação incidente na superfície, aproximando-a a altitudes equivalentes de zonas frias.

A quinta, que assenta na zonagem ecológica, REN, insere-se em contexto rural, pois apesar da presença do terminal nos limites norte da quinta, bem como da pequena povoação de Murfacém a sul, toda a sua envolvente marca-se por terrenos de génese agrícola.

¹ Francisco Caldeira Cabral, *Fundamentos de Arquitetura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 2003, p.121.

3.2.1.1.2. História

No século XVII a família Guedes Pereira terá fundado, nas proximidades de Murfacém, um vínculo numa quinta, bem como adquirido um conjunto de outras propriedades nas proximidades, tornando-se nesta época possuidores de uma das maiores propriedades da região da Caparica.¹ Esse vínculo poderá ter sido feito ou na Quinta de Buxos ou na Quinta da Conceição², pois ambas propriedades foram pertença da família Guedes Pereira no século XVIII.

No século XVIII, a posse da Quinta de Buxos é atribuída a António Guedes Pereira, Secretário de Estado de D. João V, filho de Manuel Guedes Pereira e irmão de Monsenhor João Guedes Pereira, proprietário da Quinta da Conceição.³ A atribuição destas propriedades aos dois irmãos poderá indicar que com a morte de Manuel Guedes Pereira, cada um dos filhos terá ficado com cada quinta.

A família Guedes Pereira mantém-se proprietária da Quinta de Buxos até meados do século XIX, pois em 1839, a pertença desta propriedade é atribuída à família Pombo, sendo designada nesta altura por Quinta do Pombo.⁴

Contudo, na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”, de 1813-1816, já se nomeava esta quinta, bem como o porto⁵, com a toponímia “Buxos”, e o mesmo se verifica na época em que esta quinta pertencia à família Pombo, pois no “Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa”, de 1879, a quinta e o pequeno porto mantinham a designação de “Quinta de Buxos” e “Porto de Buxos”, o que nos leva a crer que será este o nome que sempre identificou cartograficamente esta

¹ Durante a época da expansão do reino, a aquisição de propriedades agrícolas era entendida como um investimento económico rentável. A aposta na compra de terrenos para produção era uma certa fonte de rendimento, pois para além da normal procura do mercado local, da capital, e da Europa Central, pelos tradicionais produtos deste território, surgia agora um novo mercado, consequente das descobertas, o que levou a uma grande intensificação da produção, para dar resposta as estas novas necessidades.

² A Quinta da Conceição localiza-se a sudeste da povoação de Murfacém, freguesia da Trafaria, concelho de Almada. Cf. Vol. II, Carta 6, p.134.

³ Cf. Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada n.º 5 – 6*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, p.43; Cf. Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. I, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1972, p.33; Cf. Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. II, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1974, p.59.

⁴ Cf. Raul Pereira de Sousa, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, p.87; Alexandre Flores, *op.cit.*; Conde dos Arcos, *op.cit.*, Vol. I, p.40.

⁵ A existência de portos ou cais, associados às encostas a sul do “Gargalo do Tejo”, terão surgido desde muito cedo nesta paisagem, pois a proximidade ao mercado da capital facilitava o escoamento dos produtos aqui produzidos, tal como já foi constatado anteriormente.

propriedade.¹ A toponímia de “Buxo”, com “x”, bem como o “de Buxos”, poderá indicar que a origem do nome da propriedade se refere à planta da família *Buxaceae*, contudo não nos é possível aferir com certeza esta conclusão.

Também na interpretação do “Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa” é possível identificarmos que a componente produtiva ocorria na vertente nascente da quinta. Nesta zona é também perceptível a existência de um terreiro murado. Esta interpretação vai de acordo as construções subsistentes no local.

Em 1896, Duarte Joaquim Vieira Júnior escreve que a propriedade ainda continua na posse da família Pombo, mais concretamente de António de Melo Archer Pombo.² Em 1919, a propriedade foi adquirida por Dr. António de Castro Freire.³

Nos anos 60 foi instalado, na zona norte da quinta, um terminal de armazenamento de “combustíveis e blending de lubrificantes”⁴. A escolha deste local deveu-se não só à proximidade à capital, como também ao acesso livre de embarcações (políticas e incentivos associados ao Estado Novo). Temos conhecimento que alguns dos terrenos que pertenciam à quinta terão sido vendidos para a instalação deste terminal.

A instalação deste terminal teve uma intervenção por parte do Arquiteto Paisagista Francisco Caldeira Cabral.⁵ O projeto de enquadramento paisagístico tinha como diretrizes a estabilização dos terrenos e a integração da estrutura na paisagem envolvente, construindo-se condicionalismos físicos e biológicos que permitissem o desenvolvimento e a manutenção dessa paisagem. Porém, a proximidade desta estrutura à Quinta de Buxos não foi tida em consideração no projeto.

Os atuais proprietários adquiriram a quinta há cerca de 40 anos e desde então tem servido de sua residência permanente.

¹ Cf. Marquês de Campo Maior, José Maria das Neves Costa, *Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, 1813-1816; Cf. Direção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, *Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa*, Escala 1: 20 000, 1879.

² Cf. Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p.194. Cf. Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. II, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1974, p.59.

³ *Ibidem*.

⁴ OZ ENERGIA, *Terminal da Trafaria*, 2018, acedido a 5 de julho de 2018, em: <https://www.ozenergia.pt/terminal-da-trafaria/>.

⁵ Este projeto foi consultado no Forte Sacavém (DGPC), que detém o espólio de alguns Arquitetos Paisagistas.

3.2.1.1.3. Descrição

A quinta encontra-se isolada pelos declives acentuados limítrofes. Ocupada uma área de cerca de 2 ha e apresenta-se fracionada em duas partes, por uma linha de água sobre a qual foi construída uma estrada. Esta estrada, que em tempos terá feito a ligação à antiga praia de Buxos e a um pequeno porto, designado por “Portinho de Buxos”¹, hoje ambos desaparecidos, faz atualmente a ligação ao terminal.

O núcleo de habitação da quinta situa-se a poente da estrada, sendo nesta zona da propriedade que identificámos também as principais componentes de recreio, onde se inclui a mata, que envolve todo este núcleo. Justifica-se a sua implantação na vertente poente do vale, pela exposição este e norte, o que permite receber o Sol de manhã, e à tarde abrigar-se da forte insolação, reforçando o conforto climático, acrescido pelas plantações de árvores dos jardins e da mata, potenciando o uso da mesma em períodos estivais. A quinta, nesta encosta, desenvolveu-se em terraços, vencendo o acentuado declive. Esta opção permitiu um maior aproveitamento da água precipitada pela infiltração, que de origem escorreria para o Tejo. No lado nascente da quinta, localizam-se as antigas parcelas produtivas, de modo a tirar partido das condições locais.

A quinta é somente murada nos limites que estão em contacto com a estrada, pois os restantes limites são feitos pela modelação do terreno. Na quinta destacam-se, do lado poente, a casa nobre, a capela, os jardins, a mata e o miradouro; do lado nascente, os anexos e parcelas agrícolas, o poço e o moinho de vento, sendo que este último que já não pertence à propriedade.

Núcleo Poente

Acede-se ao principal núcleo da quinta por um portão, identificado por um azulejo com o nome da quinta, marcado por dois plátanos. Este portão dá acesso a um pequeno jardim de buxo, bem como à casa nobre, onde se integra a capela, encimada pelo campanário. O jardim de buxo já será uma intervenção do século XX, tendo sucedido ao pequeno terreiro de entrada da propriedade, que daria acesso à capela e piso terreiro, onde estariam algumas das dependências, e ao primeiro piso, por uma escadaria, que correspondia à antiga área habitacional nobre.

¹ Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada* n.º 5 – 6, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, p.40.

Do lado esquerdo do principal portão de entrada existe um outro portão, de menor dimensão, que dá acesso a um terraço sobrelevado, a partir do qual se desenvolve uma área ajardinada, onde se destaca um dragoeiro¹, já de porte considerável. Esta zona sobranceira terá possibilitado em tempos, contemplar toda propriedade a nascente, onde se desenvolvia a componente produtiva da quinta.

Na fachada posterior da casa nobre existe uma outra área de jardim, que dá acesso a um miradouro virado para o Tejo. Nesta zona destacam-se as sebes de compartimentação de buxo, que segundo os atuais proprietários, já cá estariam quando compraram a propriedade, bem como alguns elementos de topiária, fruto da “liberdade criativa” do atual jardineiro da quinta. Existe aqui também uma zona de relvado, dotada de uma área de jogos, que antecede a uma pequena horta.

O principal eixo da quinta faz a ligação entre a casa nobre e um miradouro e tem cerca de 200 metros de comprimento.² Este caminho terá em tempos sido coberto por uma longa latada, pois ainda são visíveis os elementos estruturais da mesma. A meio do caminho existe um pequeno miradouro, do qual se vê o Tejo, bem como a capital, através de uma pequena janela moldada pela vegetação, onde foi colocado um banco típico de jardim público. Ao chegarmos ao miradouro temos grande amplitude visual da envolvente norte da quinta, que nos permite contemplar a Serra de Sintra, a Torre de Belém e a “Ponte Sobre o Tejo”.³

*Aproveitamos sempre que possível a encosta, intensamente arborizada, construindo pequenos miradouros nos melhores pontos de vista, que são como janelas abertas sobre a paisagem.*⁴

Apesar da situação privilegiada aqui, o encanto deste espaço perdeu-se com o avançar dos tempos. Ficamos com a sensação, pelos elementos construídos que ainda encontramos no local, nomeadamente o banco, de boa cantaria, que poderá ter sido coberto por uma latada e que podia ter feito parte do conjunto primordial desta zona de estadia, que este terá sido um sítio mais formoso do que é atualmente. Também as marcas nas alvenarias da parede, a que se associa este banco, denunciem, talvez, a existência de um espaldar ou lambril de azulejos. Pelos materiais presentes no miradouro, esta zona aparenta ser de meados do século XX.

¹ V. Vol. II, Fig.5, p.93.

² V. Vol. II, Fig.6, p.94

³ V. Vol. II, Fig.7, p.94

⁴ Francisco Caldeira Cabral, *Fundamentos de Arquitetura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 2003, p.124.

Todo este eixo de ligação, bem como grande parte do núcleo principal da quinta, são resguardados por um denso coberto vegetal, que dá um grande conforto climático. Esta mata é fundamental para a parte habitacional, mas sobretudo para a componente de recreio. A dominância arbórea é de pinheiro-bravo e de pinheiro-manso.

Núcleo Nascente

A encosta a nascente da quinta, que recebe mais energia ao longo do dia, foi aproveitada no passado para as produções que se asseguravam pelo sistema hidráulico, que garantiam os regadios, pois é neste núcleo da quinta, atualmente em ruína, que se encontram alguns dos edifícios associados à atividade agrícola, como o lagar.

Aqui desenvolvia-se grande parte da componente produtiva, pois a radiação que aqui incide é mais intensa ao fim do dia e garante maiores temperaturas sobre as superfícies e atmosfera próxima, por estar exposta a poente. A existência de hortas neste núcleo ainda é algo recordado pelos atuais proprietários.

Associado ao muro contíguo à estrada, do lado nascente, ainda estão visíveis as estruturas de suporte das latadas, onde possivelmente terá havido produções aéreas, de modo a rentabilizar todo o espaço. No alto da antiga área de produção, ainda encontramos o antigo “Moinho de Vento da Quinta dos Buxos”, também em ruína.

Sistema Hidráulico

É também no núcleo nascente que encontramos o poço que tinha nora. A água que era extraída do poço seria encaminhada para o núcleo poente da quinta a partir de uma caleira aérea, que passava sobre a estrada. O arranque desta passagem ainda está visível na fachada do núcleo nascente.¹

O sistema hidráulico no núcleo poente da quinta já não está perceptível, identificando-se somente algumas caleiras de encaminhamento e distribuição das águas, como o corrimão com caleira interior, numa escada localizada nas traseiras da casa nobre.

Eixos e Caminhos

Relativamente à rede de caminhos, apenas se destaca o eixo, de terra batida, que faz a ligação entre o núcleo principal da quinta e o miradouro, na encosta poente.

¹ V. Vol. II, Fig.8, p.95.

Vegetação

Relativamente aos elementos vivos identificados na quinta, para além dos que já referimos anteriormente, encontramos aqui também outras espécies como a borracheira, no jardim de buxo, o cipreste-comum, na envolvente do miradouro, a iúca e a buganvília.

3.2.1.1.4. Função Atual

Atualmente a quinta destina-se a habitação permanente e o seu exterior é utilizado principalmente para o recreio dos proprietários. Da pequena horta, que se instalou na área de recreio, ainda é retirada alguma produção, que é na maioria para consumo próprio.

A manutenção dos jardins é feita, desde a sua aquisição pelos atuais proprietários, pelo mesmo jardineiro, que, e citando os atuais proprietários, tem “alguma liberdade criativa”.

Relativamente ao estado de conservação, o núcleo poente da quinta encontra-se em bom estado de conservação, algo que se deve à sua utilização como espaço de habitação. Já o núcleo nascente caracteriza-se pelo seu abandono, o que tem levado à degradação dos elementos inertes.

3.2.1.1.5. Considerações

Sabe-se que o enquadramento paisagístico do terminal foi da responsabilidade do Arquiteto Paisagista Francisco Caldeira Cabral. Contudo, no mesmo não se infere quanto a intervenções realizadas dentro do espaço da quinta.

Resta a sensação, tanto pelos elementos vegetais, como inertes, que esta quinta tenha sido objeto de intervenções relevantes na segunda metade do século XX.

3.2.1.2. Quinta da Conceição

3.2.1.2.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta da Conceição, localizada a sudeste de Murfacém, no sítio de Covas, compreende dois vales férteis, sendo abrangida, quase na totalidade, pela RAN. Esta propriedade, com cerca de 5,5ha, é parcialmente murada e é uma das maiores propriedades agrícolas do concelho de Almada, se não mesma a maior.

A quinta é atravessada por duas linhas de regime torrencial, cuja nascente se localiza a nascente, à cota \cong 94 metros, localizada a nascente. A primeira linha atravessa as antigas áreas de regadio e a segunda linha define em parte o limite sul da quinta. A propriedade é também parcialmente abrangida pela REN.

Apesar de ainda estarmos perante um contexto rural bastante ativo, com pequenos aglomerados de origem rural (Murfacém, Pera de Cima, Pera do Meio, e Costas de Cão) a envolverem a quinta, a aproximação a nascente, a um grande aglomerado urbano – o Monte da Caparica – faz com que esta propriedade já se insira em contexto periurbano, numa zona de transição.

3.2.1.2.2. História

As origens desta quinta remontam pelo menos ao século XVI, sendo propriedade de Lourenço de Sousa e Silva, que mandou edificar, “junto a umas casas que aí possuía”, uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição.¹

Em 1550, Lourenço de Sousa e Silva acolheu na sua quinta uma pequena comunidade de frades capuchos, para que aí instalassem uma casa conventual associada à Capela de Nossa Senhora da Conceição, que se localizava nos terrenos baixos da sua propriedade.² Este espaço conventual estaria resguardado da restante quinta por uma cerca.

¹ Cf. Victor Aparício, Abrantes Raposo, *Os Távoras de Caparica*, Caparica, Junta de Freguesia de Caparica, 1992, p.87.

² Cf. João Luís Inglês Fontes, Nuno Caeiro, *O Convento dos Capuchos, Vida, Memória, Identidade*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2013, p. 23; Victor Aparício, Abrantes Raposo, *op.cit.*, p.88.

Contudo, a estadia destes frades na unidade de exploração de Lourenço de Sousa e Silva acabou por ser curta, com a mudança dos frades, em 1558, para o lugar do “Outeiro no Funchal”, mais tarde designado sítio dos Capuchos. Esta mudança terá sido motivada pela dimensão reduzida do espaço, que já não seria suficiente para o número de frades que aqui habitavam, bem como “pelos incómodos causados aos frades pelo convívio com as gentes, entre os lavradores da quinta e a população local, que ocorriam com frequência a um poço existente nas proximidade do convento.”¹ Graças à generosidade de Lourenço Pires de Távora, foi financiada a construção da nova casa conventual, o Convento dos Capuchos.²

Segundo uma carta de venda de 1585, após morte de Lourenço de Sousa e Silva, passados 27 anos da saída dos frades da quinta, “ainda eram bem visíveis os vestígios do primeiro cenóbio, com as suas casas e varandas, rodeado por um pomar e horta com a sua cerca.”³

A quinta, tal como a Quinta de Buxos, terá sido adquirida, no século XVII, pela família Guedes Pereira. No século XVIII a pertença da quinta é atribuída a Monsenhor João Guedes Pereira, irmão do proprietário da Quinta de Buxos.⁴ No principal edifício de habitação da quinta, ainda se conserva o brasão dos Guedes.⁵

Enquanto foi propriedade desta família era designada por “Quinta do Guedes” e a sua área seria mais extensa do que a atual. Na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”⁶, de 1813-1876, está identificado um forte a sul de Murfacém, que era designado de “Forte do Guedes”⁷, o que poderá indicar que fazia parte dos terrenos da propriedade.

Em meados do século XIX a quinta foi adquirida por Teodoro Ferreira Pinto Basto⁸. A sua venda poderá ter tido diversos motivos, como a extinção dos morgadios ou a perda da rentabilidade da unidade devido às moléstias que atacaram as vinhas no

¹ Cf. João Luís Inglês Fontes, Nuno Caeiro, *O Convento dos Capuchos, Vida, Memória, Identidade*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2013, p.28.

² Cf. Victor Aparício, Abrantes Raposo, *Os Távora de Caparica*, Caparica, Junta de Freguesia de Caparica, 1992, p.88.

³ João Luís Inglês Fontes, Nuno Caeiro, *op.cit.*, p.23.

⁴ Cf. Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. I, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1972, p.33.

⁵ A presença do brasão nesta propriedade poderá indicar que terá sido nesta quinta que foi feito o vínculo da família Guedes Pereira, ou então, o brasão poderá ter sido trazido de outra propriedade, como da Quinta de Buxos, quando esta foi vendida à família Pombo.

⁶ Cf. Marquês de Campo Maior, José Maria das Neves Costa, *Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, 1813-1816.

⁷ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p.195.

⁸ Conde dos Arcos, *op.cit.*, Vol. I.

terceiro quartel do século XIX, uma vez que a vinha era o ex-líbris económico da Caparica.

A pertença da quinta passou depois para a sua filha Laura Ferreira Pinto Basto, que se casou com Manuel Figueira Freire da Câmara, que foi presidente da Câmara Municipal de Almada.¹ A propriedade da quinta passa depois para uma das filhas deste casal, Laura Ferreira Pinto Figueira Freire da Câmara, que se casou com Francisco Xavier D'Orey Quintela, e desde então está na posse de descendentes.

Durante séculos a agricultura perdurou nesta vasta área, principalmente nas zonas de maior aptidão produtivas e disponibilidade de água. A componente agrícola terá sido sempre bastante ativa na quinta, pelo menos até meados do século XX. Os anexos agrícolas, e as dependências e residências dos trabalhadores da quinta, são testemunhos dessa atividade.

Na interpretação da planta da quinta, de 1929, essa realidade ainda está bastante perceptível.² É a cultura de sequeiro³, seguida pela vinha, que ocupavam mais área na quinta. Identifica-se também, ao longo da linha de água, as antigas parcelas de regadio. O jardim de buxo também está assinalado e replica a solução atual. Nesta planta o que fica bastante claro é a separação entre a área de produção e o antigo ermitério conventual. Também se nota que as zonas de mata ainda não existiriam nesta altura, ou então não foram identificadas.

A propriedade é atualmente designada por Quinta da Conceição. A origem desta toponímia poderá ter tido dois motivos: ou remete à Nossa Senhora da Conceição como orago da capela, ou relaciona-se com o facto de o avô de Teodoro Ferreira Pinto ter sido comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Todavia, a toponímia “do Guedes” ainda hoje persiste, pois muitos dos habitantes locais ainda usam este apelido quando se referem à quinta.

¹ Cf. Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. II, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1974, p.29.

² Planta cedida pelos atuais proprietários da quinta, aos quais agradecemos toda a ajuda e disponibilidade prestada.

³ Na fotografia aérea de 2004 ainda está perceptível que as parcelas de sequeiro estavam a ser trabalhadas. Cf. Direção-Geral do Território, *Mapas On-line*, 2018, acessado a 6 de junho 2018, em: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/mapas_on_line/.

3.2.1.2.3. Descrição

A quinta, com uma área de cerca de 5,5 ha, é apenas murada no limite norte da propriedade, os restantes limites são definidos, ou pela modelação do terreno ou por sebes de compartimentação. Dos componentes da quinta, destacam-se a casa nobre, a capela, o pombal, o jardim de buxo, o olival, os antigos anexos agrícolas e as matas.

A quinta é estruturada pelas retículas funcionais dos caminhos e do sistema hidráulico, que na maior parte dos casos evidenciam as antigas parcelas de regadio. As estruturas associadas ao sistema hidráulico ainda estão bem presentes na quinta, destacando-se dois poços, que tinham engenho, e uma mina de água.¹

Portão, Terreiro e Casa Nobre

A entrada principal para a propriedade faz-se pelo portão a norte, e assim terá sido sempre, pois o caminho que aqui passa fazia, em tempos, a ligação mais direta entre Cacilhas e a Trafaria. Esta antiga estrada desviava de uma principal, que fazia a ligação entre Cacilhas e o Cabo Espichel.

A esta estrada associa-se ao muro da quinta, que dá sequência à fachada norte da casa nobre. O portão da quinta, de proporções generosas, é rematado por pilastras encimadas por pirâmides. A imagem de Nossa Senhora da Conceição está presente num pequeno painel de azulejos que o ladeia.

Deste portão acede-se ao terreiro da quinta, onde se desenvolve a casa nobre e outros edifícios. Nas traseiras da casa nobre encontra-se um velho olival e o pombal² da quinta.

A casa nobre, disposta em “L” e de arquitetura bastante simples, tem dois pisos: o térreo e o nobre, sendo este último acedido por uma escadaria. A casa nobre destaca-se pelo ritmo das janelas e dos varandins elaborados de ferro forjado. O piso térreo incluía a adega, entre outros compartimentos de cariz funcional, que vieram a ser reconvertidos no século passado para habitação. Esta casa reflete vários momentos construtivos.

Um dos limites do terreiro é rematado por construções do século passado para a habitação, numa tentativa de replicar a casa nobre. Os restantes edifícios que se

¹ Pelas formações geológicas a água apresenta algum teor de carbonato de cálcio.

² V. Vol. II, Fig.9, p.95.

disseminaram nas proximidades deste terreiro, e que serviam de apoio à atividade produtiva, foram na sua maioria, transformados em residências.

No terreiro destacam-se dois cipreste-comum, que rematam o portão de entrada, e as buganvílias, que cobrem quase na totalidade a fachada da casa nobre virada ao terreiro.

O terreiro abre-se a sul sobre a paisagem, alcançando visualmente parte da componente produtiva da quinta. É possível percebermos que a paisagem a sul estaria compartimentada, sendo as zonas mais baixas ocupadas por regadios e as restantes por culturas de sequeiro.

Sistema Hidráulico

O poço, localizado a nascente, é o poço que no passado deu serventia a todas as áreas produtivas de regadio da quinta.¹ A água que era elevada deste poço ficava reservada no tanque, designado por “Tanque de Cima”, que se encontra nas proximidades. Seria depois encaminhada por caleiras e distribuída pela “Horta de Cima” e pelo “Tanque do Meio”.

A definir um dos limites do “Tanque do Meio” encontra-se uma estrutura de arcos cerrados encimada por carrancas antigas.² A água, a partir deste tanque, era distribuída por caleiras de tijolo, que se desenvolviam no topo dos muretes, regando em tempos a “Horta do Meio”, hoje ocupada por uma zona ajardinada e o galinheiro.

Na continuidade da “Horta do Meio”, temos a “Horta Grande”, o antigo pomar da quinta, hoje sem produção. É aqui que está o segundo poço da propriedade, ao qual se associa um tanque de rega.

A “Horta Grande” é delimitada a poente por um caminho, onde ainda são visíveis as estruturas de suporte de uma antiga latada. Este caminho dá origem a outros três caminhos perpendiculares, onde também são visíveis as estruturas de suporte das antigas latadas. As latadas, para além de ensombrarem os percursos, permitiam também a produção suspensa de vinhas, sem prejuízo de superfícies ensolaradas sobre zonas de pavimentos, como uma forma de rentabilizar o espaço.

Segundo os proprietários, o sistema hidráulico foi recentemente ativado confirmando-se a respetiva funcionalidade. Este sistema estendia-se à zona mais baixa da quinta,

¹ Os atuais proprietários da quinta fizeram, há uns anos, uma sondagem ao poço e este terá cerca de 26 metros de profundidade.

² Estas bicas possivelmente foram reutilizadas a partir de outras peças de água, afins a outras de cronologias do século XV e XVI.

acompanhando os caminhos ou marginando as parcelas produtivas, ocupando as três parcelas referidas com cerca de 1.5 ha da área da quinta.

Capela e Jardim de Buxo

Foi no limite norte do antigo pomar que se instalaram os frades capuchos no século XVI.¹ Da ocupação dos frades ainda é possível identificarmos alguns elementos, como a capela e casas anexas, onde estes terão residido, e o jardim de buxo.

Este antigo espaço de meditação, que se encontra cercado do lado norte e limitado a nascente e a poente por dois corredores, abre-se a sul, com vista para o antigo pomar, que seria de citrinos, localizado a cotas inferiores. O jardim formal de buxo ocupa uma plataforma retangular alongada, tendo nas extremidades alguns edifícios de habitação e a capela, antecidos por dois caminhos nos quais se destacam algumas trepadeiras como a hera e a glicínia. Esta plataforma é limitada a norte pelo muro de suporte dentado, servindo as exterminadas altas para suporte de latada.

O jardim integra dois ciprestes, e nos canteiros destaca-se o revestimento herbáceo e subarbusivo de floração intensa. A dispersão das trepadeiras, arbustos e herbáceas, e a manutenção nem sempre rigorosa, acentuaram neste jardim ambiências do passado.²

O desnível dos canteiros de buxo em relação ao pavimento envolvente é um indicador da longevidade deste espaço, aparentemente de séculos.³ Contudo, muitas alterações sucederam pelo que é difícil distinguir os diversos momentos de intervenção.

Atualmente é notório o estado decadente dos buxos, que tudo indica que estejam afetados por *Cylindrocladium buxicol*.

Este jardim é centrado por um tanque de forma contracurvada e quebrada de alvenaria, revestido a cantaria, e seria abastecido pelo “Tanque do Meio”. Este tanque, profundamente degradado, apresenta o fundo revestido a lajes de pedra, incluindo a caixa para decantação ou reservatório para peixes em dias de limpeza. A água deste tanque era depois encaminhada para a “Horta Grande”.

Alegretes e conversadeiras foram adossados aos muros que envolvem o jardim, talvez não se integrando, pela distinção de argamassas, na construção inicial. Encontram-se decorados com azulejos, os únicos identificados na quinta, possivelmente resultado de

¹ V. Vol. II, Fig.10, p.96.

² V. Vol. II, Fig.11, p.96.

³ V. Vol. II, Fig.12, p.97.

reaproveitamentos ou de importações de outras obras. A própria tijoleira que cobre o assento dos bancos aponta para materiais mais recentes.

As colunas, ou colunelos torsos, salomónicos e de feição manuelina, instalados sobre os muretes que definem os limites nascente e poente do jardim de buxo, suportam uma latada que encastra em cachorros na parede de alvenaria. Contudo, a observação atenta denuncia adaptações e eventuais reaproveitamentos de peças de proveniências desconhecidas que foram adaptadas para o suporte de latadas.¹

Matas

Entre o principal núcleo de habitação da quinta e o jardim de buxo, encontramos ainda uma pequena zona de mata, com cerca de 50 anos. Aqui encontramos algumas espécies como o pinheiro-manso, o buxo, que pela falta de poda adquiriu proporções atípicas, a tamargueira, o oleandro, o cipreste-comum, a tília e o freixo, sendo que este último se tem propagado pela quinta muito rapidamente nas últimas décadas. Na quinta havia também muitos ulmeiros, mas nos anos 80 desapareceram por causa da *grafiose*.

A ligação entre esta zona de mata e o jardim de buxo é feito por um caminho de dimensões consideráveis que era coberto por uma latada. Um conjunto de elementos vivos coloridos atribuem um aspeto harmonioso a este eixo, com destaque para a trombeta, que cobre quase na totalidade os muros que definem o caminho.²

Também os três caminhos perpendiculares que se desenvolvem a poente da “Horta Grande” dão acesso a uma mata, onde se destacam alguns exemplares de pinheiro-bravo e pinheiro-manso, e a uma zona de estadia, atualmente encoberta pela densa vegetação.

Vegetação

Relativamente à vegetação, na quinta identificámos as seguintes espécies: o cipreste-comum, a buganvília, a hera, a glicínia, o pinheiro-bravo, o pinheiro-manso, o buxo, a tamargueira, o oleandro, o freixo, cipreste-comum, a tília, o ulmeiro e a trombeta.

¹ Esta zona foi particularmente atingida pelos vários sismos, como o de 1531 e o de 1755. Muitos edifícios ruíram sendo corrente o reaproveitamento de materiais mais duráveis como a pedra, algo que é visível nos edifícios da quinta. As invasões francesas, a extinção das ordens e a secularização de bens acentuou a degradação dos edifícios e a remoção de elementos nobres a instalar em novas construções. No século XX vários proprietários decidiram recuperar ou beneficiar as suas quintas da “Outra Banda”.

² V. Vol. II, Fig.13, p.97.

3.2.1.2.4. Função Atual

Atualmente, a quinta serve de residência aos descendentes da família Quintela, tendo sido muitos dos edifícios de feição agrícola reconvertidos em habitação.

Todas as parcelas de sequeiro e regadio, atualmente não estão ativadas. A única fonte de rentabilidade da quinta provém de um arrendamento anual feito dos terrenos da zona de sequeiro, a um pastor para a produção de forragens secas e pastoreio dos restolhos. Do olival, nas traseiras da casa nobre, também não se tira nenhum proveito, pois, e segundo os proprietários, a azeitona não é das melhores.

Dito isto, é importante frisarmos também que sendo esta quinta uma das maiores, se não mesmo a maior no concelho de Almada, a rentabilização destes terrenos envolve grandes investimentos económicos.

A manutenção dos espaços exteriores da quinta é feita pelos atuais proprietários com a ajuda de uma pessoa que semanalmente se desloca à propriedade.

Relativamente ao estado de conservação da quinta, é notório o contraste entre o principal núcleo da quinta e as restantes zonas, uma vez que o abandono da componente produtiva levou á progressiva degradação das estruturas que se associavam a estas áreas, como os caminhos, as latadas, etc.

3.2.1.2.5. Considerações

Destaca-se na quinta o antigo jardim dos frades, cuja envolvente sul, marcada pelo antigo pomar, bem como a implantação, conceção e presença da capela e as ambiências religiosas remetem para o horto dos peregrinos do Cabo Espichel. Pode reconhecer-se como antigo ermitério, solução corrente no século XVI, no qual a capela e o jardim de meditação, resguardados, seriam elementos essenciais.

Neste caso, as construções que antecedem o ordenamento da quinta encontravam-se isoladas e dentro de uma antiga e vasta cerca. Esta disposição seria fundamental para os frades que aqui procuravam, mais do que o deleite e a harmonia, um ambiente de recolhimento e de reflexão.

Fica claro que a quinta, que remonta pelo menos até ao século XVI, foi palco de um conjunto de intervenções ao longo das várias épocas, sendo que algumas dessas

intervenções apontam para meados dos anos 50 do século passado, pelos materiais vivos e inertes utilizados, outras não se conseguem datar. O próprio desenho do jardim de buxo remete para desenhos do final do século XIX ou da primeira metade do XX, e o tanque não possui escala para este espaço, o que nos leva a questionar a sua origem neste local.

No geral, na quinta foram realizadas alterações dificilmente datáveis no presente, tendo em vista a reorganização desta propriedade, tal como tantas outras, privilegiando tanto as funções de produção como de recreio.

3.2.1.3. Quinta dos Pianos

3.2.1.3.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta dos Pianos, antigo “Solar dos Zagallos”, insere-se em contexto urbano, e localiza-se no centro histórico da pacata vila da Sobreda, concelho de Almada.

A Sobreda é uma povoação que se encontra numa situação fronteiriça, relativamente à qualidade dos solos, onde a norte temos os bons terrenos agrícolas da Caparica e a sul os terrenos menos férteis da “charneca” da Caparica.

Até ao século XIX, a Sobreda era caracterizada por ser uma povoação que vivia isolada dos restantes povoados, sendo somente provida por pequenas azinhagas¹ de má qualidade, que faziam a ligação às povoações dos arredores.

*A Sobreda é uma terra morta para o comércio, e isto por ser a única povoação da Caparica que não é servida por estrada distrital.*²

Só no século XIX foi construída a antiga estrada que fazia a ligação deste povoado a Corroios e à Caparica.³

¹ Azinhaga é a designação dada a um “caminho rústico e estreito entre muros, valados ou sebes altas”. Os principais núcleos das quintas eram geralmente implantados junto às azinhagas, pois eram estas as principais vias de comunicação nas zonas rurais, principalmente no concelho de Almada e Seixal. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2006, Porto, Porto Editora, 2005, p.200.

² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p.134.

³ Cf. Artur Vaz, *Cantinhos e Memórias do Concelho de Almada*, Caparica, Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 2005, p.227.

Atualmente, a quinta tem como limites o Largo António José Piano Júnior, antigo Largo do Rio, a nascente, e a Quinta do Caiado e uma antiga azinhaga, a norte. Os restantes limites da propriedade confinam com terrenos agrícolas e alguns edifícios.

Paralela à antiga azinhaga, que ligava a povoação à antiga estrada Cacilhas – Cabo Espichel, passa por um valado, uma linha de água, que drena para a Vala da Sobreda e que desagua no esteiro de Corroios, sendo por isso abrangida em parte, pela REN.

A propriedade localiza-se numa zona bastante amena pela fisiografia, pelo relevo, pelas exposições e pela proximidade da linha de água, a que se acresce a densa mancha de vegetação. O declive do terreno é suave, com exposições a norte e a este.

Infelizmente, nas últimas décadas, a quinta tem vindo a ser sistematicamente absorvida pela urbanização envolvente, sempre crescente, resultante da rápida e incoerente apropriação dos territórios, principalmente com a construção da “Ponte Sobre o Tejo”.

A quinta, tal como outras quintas nos arredores, algumas já desaparecidas, integrava-se num pequeno aglomerado rural, de origens ancestrais, que foram entretanto absorvidas pela expansão urbana das últimas décadas.

3.2.1.3.2. História

O morgadio da família Zagallo terá sido instituído a 4 de outubro de 1745, pelo Desembargador Rodrigo de Oliveira Zagallo, esse vínculo foi associado à primitiva capela de Santo António da Sobreda.¹ O primitivo solar da família Zagallo terá surgido anexado a esta capela.

Josefa Teresa Zagallo, filha de Rodrigo de Oliveira Zagallo, casou-se com Francisco Carneiro de Moraes Araújo e Mello, surgindo assim a ligação da família Zagallo à família Carneiro, tal como se patenteia no brasão exposto na fachada principal do solar.² O morgadio foi depois prosseguido por seu filho, José Xavier Carneiro Zagallo e Mello, pai de Francisco de Paula Carneiro Zagallo e Mello, sendo este último, o único

¹ Cf. Artur Vaz, *Cantinhos e Memórias do Concelho de Almada*, Caparica, Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 2005, p.228.

² V. Vol, II, Fig.14, p.98.

elemento da família Zagallo que foi sepultado na quinta, mais concretamente na Capela do Senhor dos Passos.¹

Francisco de Paula Carneiro Zagallo e Mello foi um grande apoiante do regime absolutista do Rei D. João VI, pelo qual tinha, como bom súbito que era, um grande apreço.² Resultante disso, Francisco de Paula convidou o Rei e sua corte, a visitar a sua propriedade na Sobreda. A preparação para a receção do Rei, que estava prevista para 1826, levou a que a quinta tivesse sido sujeita a um conjunto de reformulações e novas construções, interiores e exteriores, que elevassem a quinta a um patamar digno de receber o Rei. O solar da família, que até esta altura se anexava à capela, é ampliado com o acréscimo de novos salões nobres.³ Os exteriores foram também sujeitos a um conjunto de modificações, como a criação de uma “sala de verdura” que dava a continuidade exterior aos salões nobres. Todas estas alterações realizadas na quinta foram concretizadas com o dinheiro do morgadio.

Contudo, por grande mágoa de Francisco de Paula, quis o fado que esta visita nunca se realizasse, pois o Rei faleceu a 10 de Março de 1826, por envenenamento, no mesmo ano que se realizaria a visita.

No início do século XIX, pela graça de Francisco de Paula, foi aberto o poço público, que mandou igualmente canalizar a água proveniente deste poço para a bica existente no antigo Largo do Rio.⁴

Francisco de Paula Carneiro Zagallo e Mello morre em 1837 e o morgado da quinta passou para seu filho António Xavier Carneiro Zagallo e Mello e, posteriormente, para seu neto Francisco Carneiro Rebelo Palhares Zagallo e Mello.⁵

Em 1896, Duarte Joaquim Vieira Júnior fez uma breve descrição dos principais atributos da quinta e menciona-a como sendo uma “excelente propriedade, cujo palácio e alameda é ainda hoje a única beleza da povoação.”⁶ Ao referir-se à alameda⁷ que atravessa a quinta, escreve o seguinte: “atravessada ao centro e em toda a sua

¹ Cf. Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p.131.

² *Ibidem*, pp.129-130. Francisco de Paula foi um grande fevroso do regime absolutista, tanto de D. João VI, como mais tarde de seu filho D. Miguel. “Foi no palácio da família Zagallo que em parte da época da usurpação miguelina, esteve aquartelado, na Sobreda, o primeiro batalhão do regimento n.º 5 de infantaria miguelista.”

³ *Ibidem*, p.129.

⁴ *Ibidem*. p. 128.

⁵ *Ibidem*. p. 129.

⁶ *Ibidem*.

⁷ A palavra alameda inicialmente definia caminhos alinhados por álamos, mais tarde o dicionário português atribuiu também à palavra alameda, a designação de “rua ladeada de árvores”. Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2006, Porto, Porto Editora, 2005, p.64.

extensão por uma larga rua denominada do Senhor dos Passos, a que árvores gigantescas e seculares dão no verão uma sombra e frescura de consolação inapreciável, limitando ao poente este agradabilíssimo passeio, o largo onde está a capelinha de *Santo António do Caiado* e a elegante *casa d'água* que faz frente e limita esta comprida e larga rua.”¹

A importância desta ligação, “formosíssima e muito mais bela”², deverá remontar pelo menos até inícios do século XIX, pois é este o eixo principal de ligação entre o antigo Largo do Rio e a área onde se localiza a mina de água, fonte indispensável à vida e um dos maiores valores da quinta naquela época.

A parcela onde hoje encontramos a Capela de Santo António do Caiado, anexada à mina de água, a “Casa de Água” e a “Casa das Bonecas”, pertencia no passado, à vizinha Quinta do Caiado. A existência da mina de água na propriedade vinculada à família Caiado terá motivado a família Zagallo a tentar adquirir esta parcela da propriedade vizinha, devido à importância da água.

A quinta da família Caiado, cujo brasão³ ainda encima o portão da propriedade, estava arrendada na segunda metade do século XVIII a Domingos Rosa. Este rendeiro foi o responsável pela edificação da Capela de Santo António do Caiado, em substituição da Capela de Nossa Senhora do Rosário, que ficou arruinada com o terramoto de 1755. A estratégica escolha da localização da capela, anexada à mina, foi uma tentativa de evitar o parcelamento da quinta a favor da família Zagallo, pois como a quinta da família Caiado tinha sido vinculada à Capela de Nossa Senhora do Rosário, a construção desta nova capela anexa à mina de água evitava esse parcelamento.⁴ Contudo, estas tentativas de evitar a sua venda não foram suficientes, pois esta zona acabou por ser adquirida pela família Zagallo, possivelmente no início do século XIX.

O vínculo da família Zagallo perdurou até 1863, altura em que são extintos todos os morgados. A propriedade ficou na família até ao início do século passado, dependendo essencialmente da componente produtiva.

¹ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p.131.

² *Ibidem*, p.130-131.

³ V. Vol. II, Fig.15, p.98.

⁴ Cf. Rui Mendes, “Fenómenos de Religiosidade Popular na Caparica dos Séculos XVIII e XIX”, in *Anais de Almada, nº15-16*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico – Câmara Municipal de Almada, 2012-2013, p.252; Cf. Francisco Silva (et al.), *Sobreda, História e Património*, Sobreda, Junta de Freguesia da Sobreda, 2013, p.28; V. Vol. II, Fig.16, p.99.

A propriedade foi adquirida depois por António Piano. A data de aquisição não é consensual, mas deverá remontar a inícios do século XX.¹ António Piano, burguês de origem italiana, após compra da quinta, que se encontrava em mau estado de conservação², procedeu a diversas obras e reedificações, tanto nos edifícios como no exterior, com o propósito de estabelecer aqui a residência de recreio da sua família.³ A quinta terá ficado na posse desta família durante cerca de 60/70 anos.

Durante a época que pertenceu à família Piano, a quinta funcionou também como polo empregador da região, os anexos agrícolas que se encontram nas traseiras do pomar, são representativos dessa realidade, pois sua construção remonta aos anos 40.

Nos anos 80 a quinta, que se encontrava ao abandono com alguns edifícios em risco de ruir, foi adquirida pela CMA. A CMA procedeu a um projeto de recuperação, restauro, e reabilitação da mesma, com o propósito de promover neste espaço um conjunto de atividades de índole cultural. Uma das mais-valias da compra desta propriedade por parte da CMA foi a abertura da quinta ao público, como espaço de recreio passivo e lazer.

A partir desta altura, a CMA atribui a designação de “Solar dos Zagallos” à quinta, mas no passado possuiu também outras designações. No século XVIII, e enquanto foi propriedade da família Zagallo, era designada por “Quinta de Cima”, depois, aquando da sua aquisição por parte da família Piano, passou a ser chamada de “Quinta de Santo António”.⁴ Contudo, enquanto foi pertença desta família ganhou, por parte dos populares, a toponímia de Quinta dos Pianos, sendo este o nome que lhe foi atribuído até à compra da propriedade pela CMA.

3.2.1.3.3. Descrição

A quinta, com cerca de 1,5ha, tem quase todos os seus limites definidos por muros, no seu interior, destacam-se o solar, as capelas, os jardins, o pomar, a casa de fresco, a “casa das bonecas” e a mina de água.

¹ Cf. Raul Pereira de Sousa, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, pp.117-118.

² Informação recolhida da entrevista feita ao Arquiteto Piano, neto de António Piano, que faz parte da coleção do “Arquivo de Fontes Orais” do Centro de Documentação do Museu da Cidade de Almada.

³ Francisco Silva (et al.), *Sobreda, História e Património*, Sobreda, Junta de Freguesia da Sobreda, 2013, p.27.

⁴ Raul Pereira de Sousa, *op.cit.*

Eixos e Caminhos

O principal eixo da quinta, que liga o limite nascente do jardim principal à zona da mina de água, tem cerca 160 metros de comprimento, e apesar de antigo foi sujeito a intervenções realizadas na época dos Pianos, tal como é observável pelos materiais utilizados. O eixo é todo definido por alegretes e conversadeiras, onde foram plantadas hortências, que antecedem a sebes de buxo.¹

Capela de Santo António, Pátio e Solar

A principal capela da quinta, a Capela de Santo António, tem a sua fachada principal virada para o antigo Largo do Rio, na qual se destaca o campanário. Embora fosse uma capela privada, era frequentada pela povoação, daí a sua abertura para o exterior. Ao entrarmos na capela, reparamos na existência de um pequeno avançado, que possivelmente resultou de uma ampliação. Nesta zona de entrada existe um conjunto de azulejos que estão datados de 1940. No interior da capela destacam-se os painéis azulejares de temática Antoniana, onde estão representados alguns dos milagres atribuídos ao santo, onde se inclui aquele que é o mais famoso, o “Sermão de Santo António aos Peixes”.

O principal portão de acesso à quinta surge acoplado àquele que será o núcleo primitivo da propriedade, capela e edifício anexo. No interior deste portão encontramos o pátio² da quinta, que é ladeado a sul e a poente pelo solar de dois pisos em “L”, e a norte pelo muro que separa o pátio do principal jardim da propriedade.

Este pátio além de enquadrar a fachada do solar assegurava a distribuição por zonas, a nobre, a de serviços e anexos de lavoura, entre outros. O acesso ao piso nobre do solar faz-se por uma escadaria.³ Na fachada, destaca-se o brasão, que é composto pelas armas, da esquerda para a direita, da família Carneiro e Zagallo.

O núcleo do edifício a que se associa a fachada principal do solar, onde está o brasão, corresponde às construções realizadas na época de Francisco de Paula Carneiro Zagallo e Mello, para receber o Rei D. João VI. O interior do edifício merece uma especial referência da nossa parte, principalmente os salões que foram habilmente projetados para a visita do sobrano, pois existe um percurso lógico para percorrer o espaço. A escadaria, que faz a ligação entre o pátio e o primeiro piso, dá acesso ao “Salão Verde”. Neste salão, com funções de receção, sobressai no teto uma pintura,

¹ V. Vol. II, Fig. 17, p.99.

² V. Vol. II, Fig. 18, p.100.

³ Sob a escadaria identificámos uma cruz templária, sendo que a sua origem não é conhecida por nós. Também associado a este espaço existia um pequeno bebedouro para os animais, agora transformado em canteiro.

datada de 1828, representativa do mito “Leda e o Cisne”, referentes à mitologia grega.¹ O propósito desta pintura, no salão de entrada, tinha como objetivo saber se os súbitos que queriam visitar o rei seriam cultos o suficiente para tal honra. Após passarmos este salão temos acesso à “Sala Dourada”, ou sala do trono, onde, tal como o nome indica, seria o sítio onde o rei recebia os seus súbitos. No teto existe uma pintura, datada de 1924, onde, segundo os populares, os elementos da família Piano serviram como modelo. Também nas esquinas da parede foram pintados quatro rostos, que segundo as “más-línguas” serão retratos de António Piano vestido de mulher.

Estes dois salões dispõem de portas janeladas que abrem para o “Jardim de Aparato”, localizado nas traseiras do edifício e que foi projetado como extensão dos salões.² Aqui, para além do modesto jardim quadrangular de buxo sobrelevado e marginado por bancos, destaca-se, no centro, um pequeno tanque com repuxo, que em tempos mais recentes teria sido abastecido por bomba que elevaria água de uma cisterna na proximidade.

*(...) construía-se com frequência o jardim ao nível do 1.º andar, estabelecendo assim comunicação direta entre a casa e o jardim (...).*³

Jardim Principal

A maior área de jardim da quinta, onde se localiza a tal alameda, ocorre a norte do muro do pátio. O acesso a este jardim murado, de grandes dimensões, também pode ser feito a partir do exterior da quinta, por uma entrada virada para o antigo Largo do Rio. Ao entrarmos por este acesso exterior, encontramos do lado direito um painel de azulejos referente à Nossa Senhora, na qual se reconhece a reutilização de alguns azulejos.

O coberto arbóreo e arbustivo em toda a área deste jardim é bastante denso, o que pode indicar a longevidade das espécies aqui, ou as boas condições locais. Aqui identificamos o oleandro, o plátano e o pinheiro. Os canteiros encontram-se estruturados e distintos por eixos de simetria ao longo dos quais se definem caminhos ortogonais. O tanque, com bicas e repuxe, que se encontra no centro da ligação entre o acesso do pátio e a Capela do Senhor dos Passos, terá sido adaptado a piscina no

¹ Leda era esposa do Rei Tíndaro, rainha de Esparta. Zeus cativado pela sua beleza transformou-se num cisne para seduzir Leda, que se encontrava nua à beira rio. Zeus possui Leda e Leda no mesmo dia também se deitou com o marido. Meses mais tarde Leda pôs dois ovos, dos quais nasceram quatro pares de gêmeos, Castor e Clítemnestra, e Helena e Pólux, os dois últimos filhos de Zeus e imortais. Porém, Tíndaro decidiu adotá-los e tratá-los como seus filhos.

² V. Vol. II, Fig. 19, p.100.

³ Francisco Caldeira Cabral, *Fundamentos de Arquitetura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 2003.

século XX. Anexado aos muros deste jardim encontram-se algumas tanquetas e outras estruturas que permitiam a rega à mão.

Ao percorrermos o eixo principal da quinta, que atravessa o jardim, encontramos a Capela do Senhor dos Passos, onde descansa em campa rasa, Francisco de Paula Carneiro Zagallo e Mello. Esta capela de feição barroca foi sujeita a intervenções posteriores nomeadamente nas laterias da porta, possivelmente para garantir alguma homogeneidade com a Capela de Santo António do Caiado, adquirida posteriormente. A ladear a entrada da capela destacam-se dois painéis de azulejos, com dois arcanjos que ostentam os instrumentos do martírio de Jesus Cristo na cruz, o hissopo, os cravos, a lança e a coroa de espinhos. Nas traseiras desta capela encontramos, uma zona de pinhal e algumas sebes de buxo.

No limite poente do jardim encontra-se o “Túnel da Murta”, assim designado pelos exemplares atípicos para a espécie pelas dimensões que tomaram. Este túnel encobre um muro de suporte que serve de espaldar a alegretes e conversadeiras forrados a tijolo e onde se destacam azulejos de figura avulsa, possivelmente de meados do século XX.

Capela de Santo António do Caiado, Casa de Fresco e “Casa das Bonecas”

O exterior da Capela de Santo António do Caiado, anexada à mina de água, não oferece qualquer encanto. Contudo, a singularidade dos seus ornamentos interiores, com embrechados e azulejos a cobrirem todas as superfícies, fazem desta capela a mais formosa da quinta.¹ Curiosamente, algumas das conchas empregues na decoração são espécies encontradas nas praias da Costa da Caparica, como o ligueirão, a vieira e a amêijoia. Também se destacam algumas exóticas como o cauris, que no passado foi utilizado como moeda nos países associados ao oceano Índico e Pacífico, nomeadamente na compra de escravos. Junto à porta, do lado direito, encontra-se a pia de água benta em “Brecha da Arrábida”.²

A casa de fresco, ou “Casa da Água”³, terá sido edificada em 1825, segundo uma inscrição sobre a bica. A água, que possivelmente provinha da mina, era encaminhada para a bica, com bacia de pedra, adossada à parede, à qual se justapôs um banco. O edifício, de planta octogonal, com paredes de alvenaria, interrompidas por janelas de cantaria com portadas e telhado, permite a circulação do ar no interior pelas ranhuras

¹ V. Vol. II, Fig.20, p.101.

² Informação recolhida da Exposição “Marcas D’Água”, realizada pelo Centro de Arqueologia de Almada, sobre a água no “Solar dos Zagallos”.

³ V. Vol. II, Fig.21, p.101.

das portadas. A existência do painel de azulejos no interior da casa de fresco, o tipo de materiais empregues e a presença da água, faz deste espaço um dos mais apetecíveis de estar na quinta.

Ao lado da casa de fresco temos a “Casa das Bonecas”, edifício de alvenaria e telha construído no século passado.¹ Nas traseiras destas três estruturas ainda persiste uma pequena mancha de eucalipto, mas que atualmente já não pertence aos terrenos da quinta.²

Pomar

O pomar da quinta, de citrinos, surge nas traseiras do solar, nas proximidades do “Jardim de Aparato”, onde se destacam algumas laranjeiras juvenis. O sistema de rega, de tijolo³, ainda está bastante perceptível no pomar. No limite nascente do pomar destaca-se o moinho de vento do “tipo americano”, novidade que pela sua utilidade veio a caracterizar as quintas desta região, assegurando a elevação de água para tanques.

O tanque, possivelmente do século XVII/XVIII, apesar de ter sido sujeito a várias alterações, permitiu a rega por gravidade praticamente a toda a quinta. Mesmo sendo de dimensões pequenas, e sem terem sido feitos cálculos, depreende-se que assegurasse os regadios do pomar.

Nas proximidades do pomar encontra-se o “Pátio do Plátano”, onde se destaca, como o nome indica, um excelente exemplar desta espécie. Nesta zona de estadia destacam-se algumas peças ornamentais, como o poço falso, revestido com azulejos de figura avulso, um banco revestido com azulejos referentes à figura de Santo António⁴ e uma pequena fonte de embrechados de conchas. Numa das fachadas desta zona de estadia está a assinalada a data MDCCCXXX (1830), mas se tivermos em consideração os materiais aqui empregues, estes remetem para intervenções já do século XX.

¹ Esta estrutura remonta à ocupação da família Piano e terá sido edificada para o usufruo das netas de António Piano. O interior inclui até equipamento de cozinha em miniatura de tijolo.

² V. Vol. II, Fig.22, p.102.

³ As tijoleiras provém da antiga “Fábrica de cerâmica da Companhia Nacional de Cerâmica, Palença”, no Pragal, concelho de Almada, como prova a sua impressão. Esteves Pereira, Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. I, Lisboa, João Romano Torres, 1904, p.224.

⁴ Provenientes da Fábrica Sant’Anna, pela inscrição que patenteia.

Anexos Agrícolas

É no limite poente do pomar, que se encontram os antigos anexos agrícolas, edificados já na década de 40, onde se destacam algumas peças revestidas com azulejos, como uma bica de água para animais. A norte desta zona de serviços existe um pequeno miradouro onde se evidencia uma azinheira centenária, nas proximidades.

3.2.1.3.4. Função Atual

Na década de 80 a CMA adquiriu a Quinta dos Pianos, que na altura estava em decadência. Esta foi sujeita a um projeto de recuperação, restauro e requalificação, do Arquiteto Victor Mestre, com objetivo de aqui promover um conjunto de atividades de índole cultural, bem como permitir a sua abertura ao público, enquanto espaço de recreio.

Atualmente, na quinta são promovidas atividades e programas, que abrangem as diversas faixas etárias, como concertos, oficinas de artes, mercados de artesanato e produtos regionais, mostras gastronómicas, exposições, visitas guiadas, artes performativas, danças e jogos tradicionais. É de destacar as atividades regulares como a “Festa do Solar”, o “Natal do Solar” e o acolhimento de diversas exposições de artes plásticas de associações e artistas locais. A quinta é também sede da Academia de Música de Almada.

A quinta encontra-se no geral em bom estado de conservação. A manutenção e gestão dos espaços exteriores, enquanto propriedade da CMA, é da responsabilidade da Divisão de Espaços Verdes.

3.2.1.3.5. Considerações

A quinta teve quatro períodos construtivos marcantes. O primeiro, associado à instituição do morgado, em 1745, que corresponderá ao núcleo primitivo da capela e edifício anexo. O segundo surgiu em resposta à suposta vinda do rei à quinta, com a construção de um modelo erudito apto para receber o rei, com base nos princípios paisagísticos dessa época, como exemplo a construção do “Jardim de Aparato”, ou

“Sala de Verdura”. O terceiro, com as intervenções levadas a cabo pela família Piano, reforçando as características da “Quinta de Recreio” e que terão sido mais incidentes no exterior, na recriação do “Jardim Português”¹. E, recentemente, as intervenções da CMA no sentido de transformar esta quinta num polo cultural aberto ao público.

A quinta sofreu um conjunto de intervenções, desde o século XVIII ao XX, ainda conservando das diversas épocas azulejos, estuques, pinturas, etc. Porém, foi o século XX que deixou mais marcas, principalmente nos espaços exteriores, algo que ainda hoje é notório pelos testemunhos dos materiais subsistentes.

3.2.1.4. Quinta da Princesa e Infanta

3.2.1.4.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta da Princesa e Infanta, que se insere na freguesia de Amora, concelho do Seixal, localiza-se na margem direita da “Vala de Santa Marta”. É abrangida pela REN, facto que se deve tanto à sua inserção na “Faixa de proteção ao estuário”, bem como à sua proximidade ao “Sapal dos viveiros da Vala de Santa Marta” e do “Sapal de Corroios/Talaminho”.² Dos seus cerca de 30 ha, uma pequena parcela, 5.74ha, está inserida dentro da RAN.³

Na sua envolvente ainda subsistem alguns terrenos agrícolas e manchas de mata. A sudoeste encontra-se o bairro social da Quinta da Princesa, a sul algumas indústrias, e a nordeste os estaleiros navais do Talaminho. Identificam-se ainda algumas quintas na sua envolvente, como a Quinta de Cheira Ventos, nas proximidades do bairro social, em decadência, e a Quinta do Talaminho, da qual só subsistem alguns vestígios.

O relevo, onde se insere a quinta, é de declive suave, tendo exposições a norte, este e oeste. Estas exposições, bem como a proximidade da água e a influência das brisas, contribuem para a amenidade local nos períodos quentes.

¹ Este programa eclético, gerado em torno do ideário do “Jardim Português” e envolvendo soluções técnicas e materiais tradicionais, não se pode afigurar como caso isolado. Reconhece-se afinidades, programáticas, técnicas e materiais, com algumas das intervenções concretizadas em várias quintas.

² Câmara Municipal do Seixal, *Plano Diretor Municipal do Seixal, Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional*, Seixal, 2013, disponível para consulta em: http://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/PDM2015/1_2_189_carta_da_ren_seixal.pdf; V. Vol. II, Fig. 23, p.102.

³ Cf. Câmara Municipal do Seixal, *Plano Diretor Municipal do Seixal, Proposta de Revisão da Carta da Reserva Agrícola Nacional*, Seixal, 2012, disponível para consulta em: https://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/PDM2015/1_2_188_carta_da_ran_seixal.pdf.

3.2.1.4.2. História

Segundo o que conseguimos apurar, o que hoje reconhecemos como a Quinta da Princesa e Infanta terá resultado da junção de quatro propriedades, ao longo do século XVIII e XIX, no “sítio do Rocio do Lugar de Amora”.¹

A primeira propriedade, que foi adquirida em 1790, designava-se por “Quinta Grande do Rocio de Amora”². Esta quinta foi depois ampliada pela incorporação de três outras propriedades, em 1794 pela “Quinta dos Padres de S. Domingos”³, em 1836 pela “Quinta dos Padres Irlandeses”⁴ e em 1838 pela “Quinta do Frota”⁵, tendo sido posteriormente integrados outros terrenos “como courelas de vinhas, pinhais, domínios diretos de sapais e baldios (...), entre outros.”⁶

Estas aquisições e ampliações foram feitas pela Infanta, depois Princesa do Brasil, D. Maria Francisca Bendita e, posteriormente, por sua sobrinha (e sobrinha-neta), a Infanta D. Isabel Maria.

A antiga “Quinta Grande do Rocio de Amora”⁷ terá sido a primeira aquisição feita pela Princesa-Viúva do Brasil, no sítio antigamente designado por Rossio da Amora. A princesa-viúva adquiriu esta propriedade em 1790⁸, “que a passa a designar pela sua «Quinta de Regalo» ou Quinta da Infanta e Princesa.”⁹

A segunda quinta a ser adquirida foi a “Quinta dos Padres de S. Domingos”¹⁰. Em 1348 era descrita como já possuindo vinhas.¹¹ Em 1459 eram referenciadas as vinhas, os pinhais e o lagar.¹² Em 1644, a quinta, por testamento, passa para os Religiosos de

¹ *Tribuna do Povo*, Ano VI - n.º 195, s.l., 1959, p.1.

² Rui Mendes, “A Sul do Esteiro: Três Sítios e Quintas Históricas entre Corroios e Amora: Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio da Amora e D Paço do Infante em Cheira-Ventos”, in *Atas 1º Encontro Sobre Património de Almada e Seixal*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2013, p.19.

³ *Ibidem*, p.20.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Curiosamente a quinta foi adquirida dois anos após a morte de seu marido, D. José, o que poderá indicar que a infanta, e princesa, terá adquirido esta unidade em busca do refúgio.

⁹ Rui Mendes, *op.cit.*

¹⁰ *Ibidem*, p.19.

¹¹ Cf. *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

São Domingos, e era constituída por vinhas, lagar, e cavalaria.¹ Estes religiosos mantiveram a posse da mesma até 1794, altura em que foi “sub-rogada por um Padrão de Juro com a Infanta D. Maria Benedita”.²

Em 1829, com o falecimento da Princesa-Viúva do Brasil, as casas da sua quinta ficam em testamento para a Infanta D. Isabel Maria de Bragança, sua sobrinha, e as “fazendas”, por sua vez, são doadas ao Hospital de Inválidos Militares de Runa por si fundado.³

A “Quinta dos Padres Ingleses”⁴ é adquirida em 1836 pela Infanta D. Isabel Maria. Numa escritura de 15 de junho de 1836 são referidos os principais produtos desta propriedade, como o pomar, as vinhas e as oliveiras.⁵ Também em 1836, a Infanta compra as “fazendas” deixadas por sua tia ao Hospital de Inválidos Militares de Runa.⁶

A antiga “Quinta do Frota”⁷ corresponde ao atual núcleo principal da Quinta da Princesa e Infanta, e foi a última propriedade comprada pela Infanta D. Isabel Maria em 1838.⁸

A Infanta, em 1865, deixa escrito em testamento que a quinta, bem como outras propriedades anexas, fossem para os Missionários Ingleses do Colégio de S. Pedro e S. Paulo. Todavia, em 1877, um ano após a morte da Infanta, o Infante D. Augusto, filho de D. Maria II, adquire a Quinta da Princesa e Infanta, como se pode ler na “escritura de venda lavrada em 8 de Agosto de 1877, (...), sendo os bens vendidos «um prédio rústico que S. A. possuía conhecida pela denominação de «Quinta de Amora», (...) que consta de palácio, ermida, adega e mais oficinas, quintas, vinhas, terras de sementeira, pinhais, (...)»”.⁹ O mesmo infante adquiriu por esta altura, em 1882, a Quinta de Cheira Ventos, e juntou ambas as propriedades.¹⁰

¹ Cf. Rui Mendes, “A Sul do Esteiro: Três Sítios e Quintas Históricas entre Corroios e Amora: Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio da Amora e D Paço do Infante em Cheira-Ventos”, in *Atas 1º Encontro Sobre Património de Almada e Seixal*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2013, p.19.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*, p.20.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*, p.26.

⁶ *Ibidem*, p.20.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*, p.27.

¹⁰ *Ibidem*, p.22.

Enquanto pertença do Infante, a quinta foi palco de um conjunto de alterações. D. Augusto trouxe grande dinâmica à quinta, uma vez que mandou plantar vinhas e pinhais, ajardinou a área envolvente aos edifícios de habitação, adquiriu gado, estabeleceu uma coudelaria, mandou abrir poços e secar pântanos, etc.¹ Até a produção de vinho da quinta, que tinha sido profundamente afetada com as pragas, voltou novamente a ganhar alguma relevância.

*A antiga produção de vinho era apenas de oito pipas, e D. Augusto conseguiu elevar esse numero a sessenta.*²

A quinta durante o século XIX foi muito frequentada pela família real e outros membros da corte, que procuravam aqui o refúgio de Lisboa, enquanto espaço de recreio e vilegiatura. A família real, para além da sua ligação às quintas de Amora, era detentora da “Quinta Real do Alfeite”³. A Quinta da Princesa e Infanta era provida de um pequeno porto, o que permitia a ligação direta à capital.

Em 1920 a propriedade estava arrendada a Manuel Luiz de Carvalho, “incutindo-lhe grande dinamismo rural no cultivo de cereais e leguminosas, na produção de vinho e de azeite.”⁴

Em 1942 a quinta é adquirida pelo Eng.º Francisco José Anjos Ribeiro Ferreira, marido de D. Ana de Jesus Maria de Figueiredo Cabral da Camara, descendente da Infanta D. Ana de Jesus Maria de Bragança.

Estes proprietários fundaram na quinta a “Sociedade Agrícola da Quinta da Princesa”, onde promoveram um conjunto de produções diversificadas, como a vinha, o olival, os citrinos, os cereais, as hortícolas, entre outros, preservando a identidade rural desta paisagem.⁵ A pedido de D. Ana de Jesus, foram também realizadas obras, acréscimos e reconstruções na quinta, que ficaram sob projeto do Arquiteto Raúl Lino.⁶ Na quinta identificámos algumas intervenções que remetem para essa altura, pelos materiais utilizados.

¹ Cf. Esteves Pereira, Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. I, Lisboa, João Romano Torres, 1904, pp.454-455.

² *Ibidem*, p.455.

³ Vide Vol. II, Quadro I, pp.63-64.

⁴ Cf. Rui Mendes, “A Sul do Esteiro: Três Sítios e Quintas Históricas entre Corroios e Amora: Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio da Amora e D Paço do Infante em Cheira-Ventos”, in *Atas 1º Encontro Sobre Património de Almada e Seixal*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2013, p.21; Cf. Manuel Lima, *Corroios Minha Terra co(m a)rrroios*, s.l., Plátano, 2001, p.70.

⁵ *Ibidem*, p.71.

⁶ Durante a realização do estágio não conseguimos encontrar os documentos, memórias descritivas e plantas, associados a esse projeto, pelo que não nos foi possível fazer abordagens mais aprofundadas à intervenção do Arquiteto Raul Lino.

Nos finais da década de 80 do século XX, o Arquiteto Paisagista António Viana Barreto fez um projeto para esta quinta, mas após a consulta do mesmo, constatámos que esse não passou do papel.¹

A quinta mantém-se na posse dos descendentes do Eng.º Francisco José Anjos Ribeiro Ferreira até aos nossos dias, servindo hoje para sua habitação permanente.

3.2.1.4.3. Descrição

Apesar de não serem perceptíveis os atuais limites da quinta, esta terá cerca de 30ha, sendo só murada no limite que está em contacto com a Rua Infante Dom Augusto. Os principais constituintes da quinta são: a casa nobre², os anexos de lavoura, a capela, o pátio, os pomares, a mata, o aqueduto e o lago de maré.

Portão, Pátio e Casa Nobre

O principal portão da quinta, datado de 1747, está virado para a Rua Infante Dom Augusto e dá acesso ao pátio da quinta. O pátio fazia no passado a distribuição para a casa nobre, para a capela e para a parte agrícola e de serviços.

No pátio encontram-se alguns elementos interessantes, nomeadamente dois bancos com o encosto e assento de tijolo, em que no encosto sobressaem azulejos de figura à avulsa, e um terceiro banco com um encosto definido por um painel de azulejos e assento de pedra.

O acesso ao primeiro piso da casa nobre faz-se por uma escadaria, ladeada por azulejos. O acesso à capela consagrada à Nossa Senhora da Conceição, faz-se por uma porta ao nível do pátio, esta capela foi mandada edificar pela Infanta D. Isabel Maria em 1854.³ No topo do edifício, que define o limite sudoeste do pátio, existe um mirante que permite a vista sobrelevada sobre o pátio, bem como sobre a restante envolvente.

¹ Este projeto foi consultado no Forte Sacavém (DGPC), que detém o espólio de alguns Arquitetos Paisagistas.

² V. Vol. II, Fig. 24, p.103.

³ Cf. Rui Mendes, "A Sul do Esteiro: Três Sítios e Quintas Históricas entre Corroios e Amora: Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio da Amora e D Paço do Infante em Cheira-Ventos", in *Atas 1º Encontro Sobre Património de Almada e Seixal*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2013, p.21.

Núcleo Principal

Na parte posterior da casa nobre encontram-se dois tanques associados a dois poços cobertos. A água, era elevada dos poços por nora, e era reservada nos tanques, para depois ser distribuída pelas parcelas de regadio da quinta.¹

Nesta zona encontramos também alguns bancos, com encosto de azulejo e assento de tijolo, ou com assento e encosto de tijolo, onde no encosto sobressaem os azulejos de figura à avulsa.

No núcleo principal da quinta, algumas das construções existentes remetem ao século XVIII, tendo, no entanto, sido palco de obras, acrescentos e remodelações no século passado.

Neste núcleo da quinta, destaca-se uma azinheira centenária, uma das três árvores no concelho do Seixal que foi classificada de interesse público.² A envolvente posterior da casa está limitada a um simples relvado.

Pomar e Horta

O pomar³ de citrinos está dividido em duas parcelas e é perceptível o seu abandono e envelhecimento. Ainda são visíveis as caleiras, de alvenaria de tijolo com reboco de argamassa de cimento, que encaminhavam as águas que vinham dos tanques. Na quinta ainda se identifica também algumas manchas de olival e algumas parcelas de hortícolas.

Mata

A mata, que ocupa cerca de 17ha da quinta, é antiga pela dimensão das espécies arbóreas e arbustivas que a compõem, como o buxo, que pela falta de poda ganhou porte de árvore. Na mata é o pinheiro-manso, o elemento arbóreo dominante. Para além desta espécie, aqui identificámos a alfarrobeira e a aroeira, que se destacam pelo seu excepcional porte arbóreo, bem como o carrasco, o carvalho-alvarinho, o folhado, o freixo, o medronheiro, o sanguinho-das-sebes, o zambujeiro e a azinheira.⁴

¹ V. Vol. II, Figs. 25, 26, pp.103-104.

² Manuel Lima, *A Árvore no Concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2001, p.106.

³ V. Vol. II, Fig. 27, p.104.

⁴ Os bons solos aqui, a abundância da água, bem como o abandono da mata, levou a que muitos arbustos adquirissem porte de árvores. A dimensão dos extractos arbustivos e arbóreos na mata estão de tal forma misturados que a sua identificação nem sempre foi possível.

A rigidez dos caminhos na mata, em torno de eixos reticulados, acentuava as perspectivas diversificando cenários e propiciando o acesso ao lago de maré. Estes eixos eram marcados pelas sebes de buxo.

A mata, enquanto espaço de recreio, inclui várias zonas de estadia pela amenidade que a vegetação e as peças de água propiciavam. Destas destaca-se o tanque ornamental com repuxe, lavrado em cantaria.

No caso desta quinta, a mata terá sido a zona mais apetecível de estar, o que justifica a presença de algumas peças decorativas e ainda a formalização de zonas de estadia.

Lago de Maré

O lago de maré surge no limite da mata com o esteiro e no seu centro foram construídos pequenos ilhéus, criando um espaço propício para o deleite e recreio.¹ Esta estrutura de recreio baseia-se na reutilização das técnicas aplicadas à construção das caldeiras dos moinhos de maré da “Outra Banda”.

*Tem um vasto lago com uma ilha arborizada no centro, e é cercado de arvoredos.*²

Eixos e Caminhos

Relativamente ao sistema de caminhos da quinta, é na zona de mata que se evidenciam os principais eixos da propriedade, que fazem ou faziam, a ligação entre o principal núcleo da quinta ao lago de maré e ao Esteiro de Algenoa. A escolha desta rede de eixos rígidos permitia a acentuação das perspectivas, concentrando a visão através de sebes de compartimentação.

Sistema Hidráulico

Do sistema hidráulico, o principal destaque vai para o aqueduto³ que atravessa a mata em direção ao núcleo principal da quinta. Esta estrutura hidráulica, pelas dimensões, é atípica na zona e até à data não identificámos na “Outra Banda” estrutura semelhante em termos dimensionais. A água era elevada por nora do poço da mata e era conduzida para tanques pelo aqueduto com arcarias ogivais que se destacam esteticamente, não só neste contexto, como na região.

Para além do aqueduto, na quinta ainda se reconhecem três poços, as noras, alguns tanques e reservatórios de água e algumas caleiras.

¹ V. Vol. II, Figs. 28, 29, p.105.

² Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 142.

³ V. Vol. II, Figs. 30, 31, p.106.

Vegetação

No que se refere à vegetação, a quinta é detentora de um conjunto de espécies notáveis, algumas pouco comuns, nesta paisagem. Na quinta identificámos as seguintes espécies: o pinheiro-manso, o carvalho-português, o aderno, o freixo, o ulmeiro, o cedro-do-buçaco, a azinheira, o sobreiro, o medronheiro, a alfarrobeira, a aroeira, o buxo, o zambujeiro, o carrasco, o sanguinho-das-sebes, o folhado, a gilbardeira, o carvalho-alvarinho, o loureiro, a acácia-mimosa, o cipreste, o eucalipto, a palmeira-das-canárias, a pimenteira-bastarda, a amendoeira, a oliveira, a açoifeira-maior, o acanto, fitolaca-americana e o plátano.

3.2.1.4.4. Função Atual

Atualmente, a quinta é propriedade dos descendentes do Eng.º Francisco José Anjos Ribeiro Ferreira que a utilizam como habitação. Grande parte dos edifícios agrícolas foram convertidos a habitação.

A rentabilidade desta quinta provém de duas estufas, com cerca de 70 m² cada, onde se produzem flores comestíveis e microvegetais - plantas que são colhidas pouco depois de rebentarem e que são muito procuradas pela “alta cozinha”.¹

Apesar de ser privada existe alguma abertura para ser visitada, mediante autorização, pois temos conhecimento da organização de algumas visitas de campo à mesma. Para além disto, desde 2016, durante uma semana do período de verão, a quinta é palco de um campo de férias, denominado de “Campo Real - Campo de Férias”, onde é promovido o contacto com a natureza.

O principal núcleo da quinta encontra-se em bom estado de conservação, tanto os edifícios como a sua envolvente. Já as restantes zonas da quinta denunciam investimentos menores em manutenção, nomeadamente a mata e o lago de maré.

¹ A empresa é designada por “MicroGreens”.

3.2.1.4.5. Considerações

A quinta sofreu diversas alterações e intervenções ao longo dos tempos. Algumas construções são de finais do século XVIII e do século XIX, tendo sido sujeitas a alterações posteriores, possivelmente durante a intervenção do Arquiteto Raul Lino. Fica também a sensação, pela leitura das diversas zonas, que houve alguns cenários que foram importados.

Constata-se que na mata foi intencionalmente projetado uma estrutura rígida de caminhos, que pretendia criar pontos de fuga, concentrando a visão através de sebes de compartimentação, fazendo a ligação entre o principal núcleo da quinta e o principal valor da quinta, o lago de maré.

Contudo, o desconhecimento de testemunhos mais precisos e a dificuldade de consulta de documentos compromete a contextualização cronológica e conceptual deste imóvel, bem como a identificação precisa das intervenções do Arquiteto Raul Lino.

3.2.1.5. Quinta da Fidalga

3.2.1.5.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta da Fidalga, a norte do antigo núcleo histórico da povoação de Arrentela, Concelho do Seixal, localiza-se na margem direita do Rio Judeu.

O seu limite poente, que em tempos se prolongava até à praia do esteiro do Judeu, bem como ao antigo Estaleiro da Fidalga, foi cortado pela construção da Avenida da República. Nos restantes limites exteriores da propriedade, outrora confinantes com outras quintas, sobressaem atualmente as habitações e indústrias, bem como algumas parcelas expectantes e pontuais manchas de mata.

A quinta localiza-se num vale, marginado por duas cumeadas, e tem exposição solar dominante a oeste. O conforto ambiental é assegurado pela proximidade do esteiro, pelo abrigo dos ventos dominantes em períodos inverniais, pelo aproveitamento de brisas nos períodos mais quentes e principalmente pelo ensombramento promovido por árvores, latadas e outras estruturas.

3.2.1.5.2. História

Segundo Cristina Castel-Branco, a quinta associa-se à família Gama Lobo a partir do século XVI, através do casamento de Fernão Gomes da Gama Lobo com Maria de Almada.¹ O vínculo da família Gama Lobo a esta quinta foi estabelecido por Sebastião da Gama Lobo, neto de Fernão Gomes da Gama Lobo e proprietário da quinta no século XVII.²

Em 1747, o Padre Luís Cardoso refere que a propriedade é de Fernando José da Gama Lobo, filho de Sebastião da Gama Lobo e faz uma minuciosa descrição da quinta, evidenciando os seus principais atributos, “murada pela praya, ficando as casas, e pateo com hum fermoso tanque na ilharga delle, no meyo dos muros acompanhadas de dous fermosos pomares, hum da parte do Norte de laranja, e algum limão, com *seu* poço de nora; e o da parte do Sul primorosamente repartido com ruas muy aceadas, cobertas por cima, e outras acompanhadas pela ilhargas de parreiras postas em latada, e outras cobertas de arvores silvestres, com quarteiros de lorangeiras por humas partes, e por outras de limoeiros com outra diversidade de frutos, com tres fontes de embrexados, a que vem agua de dous poços de nora. Tem mais no dito pomar hum grande tanque, ou viveiro de agua salgada com peixe, em que entra, e sahe agua do mar com a maré por hum esteiro com rallos de bronze, ficando-lhe o bom de tres palmos de agua depois da maré vasia, sendo todo em redondo de cantaria, e grades de ferro com largura em quadro de quase tiro de espingarda; e o de que mais consta esta quinta, são vinhas, e pinhal.”³

Nas memórias paroquiais de 1758 a quinta já é pertença de Sebastião Xavier da Gama Lobo, filho de Fernando José da Gama Lobo, e é “chamada de Vale de Grou de excessiva, e inesgotável grandeza que para a sua cultura lhe não bastam três noras que tem, e além de duas grandes ruas que tem de alameda de louros, choupos, sicômoros, e freixos; tem um excelente viveiro de água salgada que lhe entra todas as

¹ Cf. Cristina Castelo-Branco, *O Lugar e o Significado, Os Jardins dos Vice-Reis*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento UTL, ISA, 1992, p.160. Esta informação, segunda a autora, foi retirada do “Inventário Sumário do Arquivo da família Gama Lobo Salema”, organizado e compilado por Manuel Mamede de Aldeia Pereira sob a orientação do Doutor Nuno Daupiás de Alcochete.

² *Ibidem*, p.161; Cf. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1712, p.310.

³ Luís Cardoso, *Diccionario Geográfico*, Tomo I, Vol. I, Regia Officina Silviana, e da Academia Real, Lisboa, 1747, p.596.

enchentes da maré por aquedutos que tem por baixo do chão feito todo de pedra de cantaria, obra por antiga mas magnífica.”¹

Em 1858, o proprietário da quinta é Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, neto de Sebastião Xavier da Gama Lobo, que num livro de sua autoria “narra com pormenor as soirés dançantes e os passeios a pé e de barco pelas praias e quintas dos arredores, que preenchiam a vida social da elite local.”² Na obra intitulada “Recordações do Seixal em 1857”, são referenciadas algumas das atividades de recreio na quinta, como as “pescarias feitas no lago da quinta”³ e o “joga da bola na quinta”⁴.

Em meados do século XX a quinta, que se mantinha na posse da família Gama Lobo Salema, é sujeita a um conjunto de intervenções por parte do Arquiteto Raul Lino. Estas intervenções, tanto nos interiores como exteriores, levaram a grandes alterações na estrutura da quinta, bem como nos seus constituintes.⁵

Nesta altura, a propriedade pertence a Alfredo Alberto dos Reis⁶, marido de Maria Bernardina da Gama Lobo Salema, bisneta de Manuel Xavier da Gama Lobo Salema.

A nova capela, que veio a ocupar o antigo lugar, foi benzida a 22 de outubro de 1957, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira, como prova a placa ali colocada.

Das sucessivas intervenções que terão ocorrido durante esta época na quinta, o jornal a “Tribuna do Povo”, de 1 de novembro de 1959, refere o seguinte: “foi há dias inaugurado um esplendido recanto em que fica atestada, num trabalho esplendido de mosaico, a sua história que se prolonga por séculos. (...). Destacamos o facto de esta quinta tão antiga e de históricas tradições vir de ano para ano a ser melhorada e embelezada com novas construções e obras de arte – e o painel a que nos reportamos é sem dúvida valiosa obra de arte de sabor popular, feita de pedras

¹ Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada* n.º 5 – 6, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, p.59.

² Francisco Silva, *Ruralidades em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX, Imagem, Paisagem e Memória*. Vol. I, Lisboa, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2008, p.51.

³ Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, *Recordações do Seixal em 1857*, Lisboa, 1858, p.12.

⁴ *Ibidem*, p.5.

⁵ Possivelmente a quinta, antes das intervenções levadas a cabo pelo Arquiteto Raul Lino, estaria muito degradada, a elevada humidade típica desta zona afetaria a casa, e as produções poderiam estar em falência em consequência das más gestões agrícolas que antecederam o período do Estado Novo.

⁶ Cf. *Tribuna do Povo*, Ano VII – Nº 215, Beja, 1959, p.1.

pequenas, pedaços de azulejos, de barro e outros materiais num conjunto harmonioso em que se casam o rústico e o artístico.”¹

Segundo as memórias do povo desta terra, António de Oliveira Salazar, “Presidente do Conselho”, terá passado férias nesta quinta nas décadas de 50/60.

A família Gama Lobo Salema manteve-se proprietária da quinta até finais do século XX. Nesta altura a unidade é adquirida pela CMS, com a intenção de a abrir ao público, bem como promover atividades de carácter cultural, como exposições, feiras, promovendo os diferentes espaços da quinta, tendo sido feitas algumas intervenções, principalmente nos exteriores, para estas novas funções.

Relativamente à toponímia da quinta, esta foi identificada com pelo menos três denominações diferentes. Inicialmente era denominada por “Quinta de Vale de Grou”, e devia o seu nome à presença, no Esteiro do Judeu, das aves de pernaltas, grou comum (*Grus grus*), mas que já há muito desapareceram desta paisagem. Posteriormente, foi designada por “Quinta do Salema”, em referência à família proprietária, como se observa na “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”, de 1813-1816. Por fim, foi a toponímia “Fidalga” que perdurou, mas suas origens não são consensuais, pois há quem diga que se deve ao facto de ali ter estado enclausurada uma das filhas de Manuel Xavier da Gama Lobo Salema, Maria Bernardina da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa, por teimar em namorar com um liberal com tendências políticas contrárias às de sua família, mas também pode ser em resultado de esta quinta ter sido sempre pertença de “gente fidalga”.

3.2.1.5.3. Descrição

Ao lermos a descrição do Padre Luís Cardoso, em 1747, e as memórias paroquiais de 1758, reparamos que existem duas componentes da quinta que são referenciadas em ambas as descrições, e que estão de igual forma ligadas ao controle ou gestão da água.

A Quinta da Fidalga, que ronda os 5ha, tem os seus limites definidos por muros, que na maioria estão encimados por caleiras. Dos constituintes da quinta destacam-se a casa nobre, que inclui a capela, o jardim de buxo, os pomares, o tanque de maré, as

¹ Esta inauguração remete aos embrechados da “Fonte Nascente”. Cf. *Tribuna do Povo*, Ano VII – Nº 215, Beja, 1959, p.1.

fontes de embrechados, as casas de fresco, a capela, ornamentada com embrechados, e o sistema hidráulico.

Entrada e Terreiro

O principal portão, que dá acesso ao terreiro da quinta, é encimado por frontão brasonado com as armas da família e ladeado por duas janelas gradeadas. O terreiro é delimitado por muros, à exceção do limite norte que é definido pela casa nobre, que inclui a capela. A partir do terreiro arrancam outros três acessos, um a nascente e dois a sul, que ligam o terreiro a outras zonas da propriedade, estes acessos são feitos por três portões.

No terreiro encontram-se quatro plátanos. O muro sul que separa o terreiro do jardim de buxo e o muro nascente que separa o terreiro dos antigos anexos agrícolas, são ambos de alvenaria rebocada e pintada e têm janelas gradeadas com grades de ferro forjado, ladeadas por bancos. Revestimentos azulejares distribuem-se sobre os muros e paredes, que são alternadas pelas janelas.

A norte da casa da Quinta da Fidalga encontra-se a antiga horta, que era alimentada por caleiras em que a água corria sobre os muros e muretes a partir de um tanque de rega.

Casa e Capela da Nossa Senhora do Escapulário do Carmo

A casa nobre tem a fachada principal virada a sul, onde se desenvolve o terreiro, é de planta retangular e constituída por dois pisos. O edifício foi palco de algumas “obras”, “modificações” e “beneficiamentos”, por parte do Arquiteto Raul Lino, em meados do século XX.¹ Estas intervenções ocorreram também nos jardins, hortas e pomares da quinta.

O acesso à capela é feito por uma entrada no extremo nascente da fachada sul da casa nobre. Por cima da entrada da capela está exposto o brasão dos Sandomil.² Do lado direito da porta existe uma lápide onde se pode ler a data e por quem a capela foi benzida.

¹ Expressões utilizadas pelo Arquiteto na memória descritiva, bem como nos desenhos técnicos, para descrever a sua intervenção na Quinta da Fidalga. Alguns destes documentos estão disponíveis para consulta online no Espólio Raul Lino, da Biblioteca de Arte Gulbenkian, disponível em: http://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15342J96R4H43.31835&profile=ba&source=~!fcgbga&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!192374~!1&ri=2&aspect=subtab86&menu=tab13&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=seixal&index=.GW&uindex=&aspect=subtab86&menu=search&ri=2&limitbox_1=COL01++RL.

² Também junto ao acesso da capela existe outro brasão, ostentado as armas da família Nogueira, ambos os brasões terão sido trazidos de outros locais, quando a família Gama Lobo Salema herdou esses títulos e morgadios, por meio de casamentos.

Jardim de Buxo

O acesso ao jardim de buxo é feito por dois portões no muro sul do terreiro.¹ O jardim de buxo tem cerca de 778 m² e está dividido por dois eixos perpendiculares, onde se destaca um pequeno tanque que debita água por um repuxo central. O eixo menor estabelece a ligação entre esta peça de água e a casa de fresco.

O limite poente do jardim de buxo define-se por uma latada, coberta por trepadeiras designadas por trombeta e por um alinhamento de oleandros. A casa de fresco², anexada ao muro oeste, é rematada por um mirante que permite a vista sobre o jardim de buxo e sobre o Rio Judeu. O acesso a este mirante é feito por uma escadaria, revestida por azulejos, de um lado neoclássicos e do outro, imitações do século passado. No mirante existe um reservatório de água que era abastecido por caleiras que encimam o muro oeste.³ Este reservatório abastece o repuxo do tanque do jardim de buxo. Anexado a este muro existem algumas tanquetas de rega.

O limite norte do jardim de buxo é definido pelo muro norte, onde sobressaem buganvílias, que alternam com as janelas.

No limite nascente desenvolvem-se duas latadas, compostas por glicínias, cujo centro é marcado pela peça de água com repuxo.⁴

O limite sul, do jardim de buxo, é definido por uma latada, coberta pela trombeta na extremidade poente e pela glicínia, na extremidade nascente. Esta latada faz a separação entre o jardim de buxo e o tanque de maré.

Tanque de maré

Em 1857, Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, na altura proprietário da quinta, faz referência às atividades associadas a esta estrutura, na obra intitulada por “Recordações do Seixal”. “As duas pescarias feitas no lago da quinta do Salema (...) divertimento que só por si se recomenda pela singularidade de se encontrar uma ribeira de muros a dentro, e se não somos exagerados, um regalo, e um privilégio, d’um valor tanto mais subido para que nos proporciona mais ocasiões de nos aproximarmos das amáveis vizinhas, que com a sua presença tanto animarão os

¹ V. Vol. II, Fig. 32, p.107.

² A casa de fresco remonta pelo menos até ao século XVIII, algo referenciado nas descrições dessa época. A discordância desta estrutura com o muro deverá dever-se ao recuo do muro para o crescimento da Avenida da República. Nota-se que o seu interior seria muito mais rico pelas marcas nas paredes. V. Vol. II, Fig. 33, p.107.

³ V. Vol. II, Fig. 34, p.108.

⁴ V. Vol. II, Fig. 35, p.108

pescadores, e influíram no êxito da pescaria.”¹ Esta descrição de certo modo clarifica o principal objetivo desta estrutura, para o recreio da família que vivia na quinta e nobres convidados, que utilizavam este espaço para as pescas de recreio e passeios de barco.²

O tanque de maré, em forma retangular de 20 por 30 metros, é de pedra de cantaria de calcário e segundo o que conseguimos apurar, o seu fundo tem uma concavidade em forma de trevo de quatro folhas. O tanque é alimentado pela água na maré cheia que ficava represada, e podia ser esvaziado na maré baixa abrindo-se a válvula.³ O tanque, nivelado pelos caminhos que o envolvem, dispõe de um gradeamento de ferro fixo e pilastras de cantaria.

Os caminhos, a nascente e a poente do tanque, são cobertos por latadas: do lado poente, revestidas pela trepadeira trombeta e o do lado nascente, pela glicínia.

No extremo sul destes dois caminhos encontram-se duas casas de fresco⁴, marcadas por intervenções de meados do século passado, que são revestidas a azulejos de diversas épocas, destacando-se os famosos azulejos de alcaçofra. O pavimento destas casas de fresco limita-se a um padrão de tijoleira e azulejos, que apontam também para o século passado.

Alegretes e conversadeiras, bem como muretes, revestidos com azulejos, talvez integrados nas campanhas de obras do século passado, dispõem-se em torno do tanque de maré.

Eixos e Caminhos

O papel da água estendia-se pela quinta, sendo os caminhos marginados por caleiras. Estes organizam-se por uma retícula ou dispõem-se de forma ortogonal hierarquizada em torno de eixos visuais e estruturais marcantes rematados por peças de água e outras estruturas relevantes.

O principal eixo da quinta, caminho que liga visualmente e fisicamente o tanque de maré à “Fonte Nascente”, tem cerca de 185 metro e é ensombrado por alinhamentos laterais de plátanos de grande porte. O arranque deste caminho de terra batida ocorre a sul do tanque e corresponde em planta ao eixo principal da quinta a partir do qual se

¹ Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, *Recordações do Seixal em 1857*, Lisboa, 1858, p.12; V. Vol. II, Figs. 36, 37, p.109.

² Para além da componente recreativa associada a esta estrutura, o tanque de maré servia também de viveiro, por exemplo, quando o tanque era esvaziado era possível apanhar caranguejos e lambujinhas do seu fundo.

³ V. Vol. II, Fig. 38, p.110.

⁴ V. Vol. II, Fig. 38, p.110.

ordenou a unidade, pelo menos no século XX, que termina numa grande fonte de embrechados.

A “Fonte Nascente”¹ é rematada superiormente pelas armas dos Gamas e pelo timbre dos Lobos e no espaldar pedras e azulejos definem motivos como grinaldas. Destaca-se para além do aparelho de pedra central, no qual cairia no passado água, duas representações de naus, com a cruz de cristo nas velas. Esta fonte encerra uma ampla zona de estadia, onde se destacam bancos revestidos com azulejos Hispano-Árabes. O muro anexo à fonte está coberto por buganvílias.

No tardo da fonte, em zona sobrelevada, encontra-se um dos poços da quinta, em tempos provido de nora, que elevaria as águas que depois eram encaminhadas para as diversas zonas de regadio da propriedade, pelas caleiras sobrepostas aos muros e muretes.

Ao longo do eixo principal da quinta surgem caminhos perpendiculares, de menor expressão, que dão acesso a zonas de estadia marcadas por fontes, outras peças de água e até por uma capela. É corrente na quinta a ornamentação de determinadas peças e elementos com embrechados de distintas épocas que incorporam restos de porcelanas antigas, faianças recentes, vidros de garrafa, tijolos, conchas e pedras calcárias.

Na “Fonte das Sereias”² destacam-se duas estátuas de terracota já referenciadas no século XVIII.³ Uma das estátuas aparenta ser Neptuno, cavalgando um monstro marinho, que tinha função de bica. Estas peças de terracota remontam a programas de jardins da renascença ao barroco.

Esta fonte de espaldar decorado está justaposta a um muro, no qual se distinguem duas fases construtivas que vieram a encerrar a caleira de condução de água, atualmente apenas perceptível pelos respiradouros. A primeira fase corresponde a alvenarias de pedra e tijolo burro rebocado a cal e pintado, e a segunda, já do século passado, de tijolo furado e revestimentos de argamassas de cimento.⁴

Perto desta fonte encontra-se uma capela, que recorda soluções arquitetónicas do centro e norte de Portugal. O interior é revestido a embrechados de conchas, porcelanas, vidros, azulejos, pedras que se distribuem pela paredes e teto em padrões

¹ V. Vol. II, Fig. 39, p.110.

² V. Vol. II, Fig. 40, p.111.

³ Solução utilizada em propriedade régias, nomeadamente na Quinta Real de Caxias, no concelho de Oeiras.

⁴ A necessidade de elevar o muro pode ter surgido pela modelação dos terrenos a sul, passando a possuir funções de muro de suporte. Neste muro, que define o limite sul da quinta, sobressaem também os bueiros para escoar as águas.

simples.¹ Os revestimentos exteriores e interiores aparentam ser do século passado ou alterados durante o mesmo.² Nas laterais exteriores da capela encontram-se dois bancos com embrechados centrados pela cruz de cristo, motivo de eleição do Estado Novo.³

Em frente da fachada principal da capela, encontra-se um tanque, local onde em tempos se localizava o “jogo da bola”⁴, referido em 1857, por Manuel Xavier da Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa.

*O jogo da bola na quinta do Salema entretém os Cavalheiros, e desafia algumas vezes as Senhoras a presenciarem este divertimento (...).*⁵

No extremo oposto deste caminho e a meio do limite norte da quinta, encontra-se outra fonte de aparelho rusticado, a “Fonte de Neptuno”, desta vez encerrada numa gruta. Mais uma vez Neptuno está sentado sobre um monstro marinho. Os embrechados aqui são todos de pedras de diferentes cores. Em frente da gruta encontram-se alguns bancos azulejados ensombrados por um plátano monumental e ainda um nicho de embrechados de pedra.

No cruzamento entre o eixo secundário, que liga a “Fonte de Neptuno” à capela, e o eixo principal da quinta encontra-se uma zona de estadia circular centrada por um tanque e marginada por bancos corridos revestido com azulejos. Ciprestes marcam o limite norte desta zona de estada.

Pomar

Os pomares distinguem-se pela vegetação e pelas construções muradas que os fecham. Ligam-se às restantes zonas da quinta por caminhos retilíneos integrados numa quadrícula fechada. O eixo principal da quinta, os caminhos perpendiculares e os periféricos definem as parcelas dos pomares. A maioria destes caminhos é marginada por muros e muretes que suportam caleiras onde a água escorria pela ação da gravidade.

Nos pomares são os citrinos que denominam as parcelas de regadio, mas encontramos outras espécies frutíferas como a oliveira, a noqueira, o damasqueiro, a

¹ V. Vol. II, Figs. 41, 42, pp.111-112.

² V. Vol. II, Fig. 44, p.113.

³ V. Vol. II, Fig.43, p.112.

⁴ Ilídio Alves de Araújo, escreve que já no século XVIII o “jogo da bola” seria uma forma de recreio muito praticada no interior das Quintas de Recreio. Cf. Ilídio Alves de Araújo, *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estado, com especial consideração das que em Portugal ordenadas durante o século XVIII)*, Braga, comunicação ao Congresso Internacional de Estudos em Homenagem a André Soares, 1974, p.14.

⁵ Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, *Recordações do Seixal em 1857*, Lisboa, 1858, p.15

romãzeira, a figueira, o marmeleiro, a pereira, a ameixeira, o pessegueiro e a macieira. Algumas destas árvores, principalmente os citrinos, surgem plantadas nos canteiros do muro norte.

Sistema Hidráulico

O sistema hidráulico da quinta ainda está bastante perceptível. Dentro dos limites que atualmente definem a propriedade, identificamos dois poços, um deles no limite nascente, que tinha nora, e alguns tanques e reservatórios de água, com destaque para o tanque nas proximidades do poço nascente.

A água, extraída dos poços, era depois encaminhada por caleiras, instaladas nos muros da quinta até aos tanques. A partir daqui era distribuída pelas parcelas, através de outras caleiras sobre os muretes, assegurando os regadios.

A água, para além da rega de jardins, hortas e pomares, alimentava repuxos, fontes de embrechados, peças de água, etc.

Vegetação

Para além dos plátanos que dominam, identificámos o loureiro, o medronheiro, o sanguinho-das-sebes, o cipreste-comum, a glicínia, a robínia, o eucalipto, os citrinos, a oliveira, a noqueira, o damasqueiro, romãzeira, a figueira, o marmeleiro, a pereira, a ameixeira, o pessegueiro e a macieira.

Na evolvente nascente do tanque de maré, existe uma pequena zona arborizada, onde identificámos medronheiros, sanguinhos-das-sebes e choupos. Para além desta mancha arbórea, duas faixas arbóreas acompanham os limites sul e norte da propriedade. Estas duas faixas terão feito parte da mata primitiva da quinta. Aqui domina o pinheiro-manso e o pinheiro-bravo. Atualmente, estas duas faixas servem de barreira de proteção da zona evolvente à quinta, reduzindo a permeabilidade visual e mitigando impactes visuais negativos decorrentes do avanço urbano-industrial.

3.2.1.5.4. Função Atual

A quinta, após a aquisição pela CMS, foi aberta ao público, como espaço de recreio passivo, possibilitando assim a visita aos jardins, à mata e ao pomar. Para além disto, pontualmente ocorrem na quinta atividades de índole cultural, como exposições e feiras.

A casa nobre encontra-se atualmente com acesso vedado. Contudo, temos conhecimento do seu uso para alguns eventos mais solenes. Um dos anexos agrícolas foi recentemente convertido a espaço de restauração e os restantes espaços da quinta estão vedados ao público e servem para serviços da câmara.

A manutenção dos espaços exteriores da quinta, enquanto propriedade da CMS, é da responsabilidade da Divisão de Espaços Verdes. A manutenção incide essencialmente sobre os materiais vivos, os pavimentos e os sistemas de rega. Já as peças inertes, como os alegretes e conversadeiras e as casas de fresco, não têm vindo a ser objeto de conservação, recuperação ou restauro.

Foi também implantado, a sul do tanque de maré, uma “Oficina de Artes Manuel Cargaleiro”, projeto do Arquiteto Siza Vieira. Este museu / oficina tem como objetivo promover as obras do pintor e ceramista Manuel Cargaleiro de arte contemporânea, bem como receber atividades educativas e culturais.

3.2.1.5.5. Considerações

De entre as muitas intervenções que terão existido na quinta, a intervenção do Arquiteto Raul Lino assume-se como a mais marcante, integrando, contudo, testemunhos de outras épocas, como as fontes de embrechados, o tanque de maré e a casa de fresco / mirante. Nesta intervenção, sem dúvida onerosa, o arquiteto recorreu a materiais tradicionais e a soluções convencionais procurando recriar a “Casa Portuguesa” e o “Jardim Português”, recorrendo por vezes a soluções icnográficas.

A icnografia na quinta denuncia uma ideologia concreta de época associada ao Estado Novo e a intenção de se assumir as representações do regime nos quotidianos de uma família influente, como é exemplo a “Fonte Nascente”, com as duas representações de naus, com a cruz de cristo nas velas e os bancos com embrechados centrados pela cruz de cristo. Curiosamente, na Exposição do Mundo Português de 1940, foi a nau, com a cruz de cristo nas velas, a embarcação de eleição, a “Nau Portugal”.

Um elemento de destaque na quinta, pela sua excelência e singularidade, é o tanque de maré, que inclui de forma original tecnologias construtivas e funcionais associadas a docas destinadas à construção naval e às caldeiras dos moinhos de maré.

3.2.1.6. Quinta do Álamo

3.2.1.6.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta do Álamo, freguesia da Arrentela, que também engloba a Quinta do Bom Pastor¹, freguesia de Aldeia de Paio Pires, Concelho do Seixal, localiza-se na margem esquerda do Rio Coina. Este esteiro do Tejo, que tem a sua nascente no Parque Natural da Arrábida, foi em tempos navegável até Azeitão, tendo sido uma das principais rotas fluviais de ligação entre a capital e os povoados a sul do Tejo.

A quinta tem cerca de 25 hectares e é abrangida, em parte, pela “Faixa de proteção ao estuário”² e pela “Faixa de proteção às lagoas”³, facto que se deve à sua proximidade ao Rio Coina, como também, à pequena “Lagoa da Quinta do Bom Pastor”⁴, de origem pluvial.

Todavia, a existência destes frágeis sistemas aquáticos não foi suficiente para a proibição de construção. As zonas norte e oeste da quinta são dominadas por edifícios, dos quais se destaca o centro de treino e estágio do Sport Lisboa e Benfica, construção que remonta ao ano de 2006 e que ainda se encontra em processo de expansão. A única exceção ocorre a sul, onde a quinta partilha os seus limites com a Quinta Grande e a Quinta do Breyner. A propriedade localiza-se numa zona de transição, entre a zona industrial e a zona urbana, na qual se inscreve, a sudeste, a Siderurgia Nacional.

A unidade recebe exposições dos quatro quadrantes. O principal núcleo da quinta, onde se localiza a casa de habitação e as principais componentes de recreio, está exposto a norte e este, proporcionando a amenidade em período estival e propiciando às atividades de recreio.

As linhas de água da quinta drenam para o esteiro e uma dessas linhas foi convertida em vala de drenagem de caudais de máxima, que desagua na “Lagoa da Quinta do Bom Pastor”.

¹ A Quinta do Bom Pastor, a nascente da Quinta do Álamo, separa-se desta por uma estrada, Rua Quinta do Álamo. Para efeitos deste trabalho o estudo destas duas propriedades é feito em conjunto.

² Câmara Municipal do Seixal, *Plano Diretor Municipal do Seixal, Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional*, Seixal, 2013, disponível para consulta em: http://www.cm-seixal.pt/sites/default/files/documents/PDM2015/1_2_189_carta_da_ren_seixal.pdf.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

3.2.1.6.2. História

As origens desta quinta não são conhecidas. A cartografia mais antiga por nós consultada, a “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”, de 1813-1816, já identificava a toponímia de “Álamo”. Porém, ao sobrepor a fotografia aérea de 2018 com esta carta, percebemos que o principal núcleo da quinta, onde atualmente se encontra a casa, era então designado por “Cercado”, localizando-se o “Álamo” um pouco mais a norte, sendo que os limites a sul do “Cercado” eram definidos pela “Q. Grande”. Podemos supor que a origem destas duas propriedades poderá ter resultado de parcelamentos da Quinta Grande.¹ Já a Quinta do Bom Pastor, não está registada na carta, pelo que se admite ter sido resultante de um processo posterior.

Apesar de não podermos afirmar com certeza a origem da toponímia “Álamo”, podemos antever que a designação se deva à existência de algum exemplar notável da planta álamo na quinta, ou à relevância desta espécie no interior da mesma.

Na fachada virada a sul da casa da Quinta do Álamo encontra-se uma placa, em pedra calcária, onde se pode ler o seguinte, “MANDOU FAZER G.A.G.M. NOANNODE 1833”. Supõe-se que as iniciais inscritas na placa remetam a Gaspar Ângelo da Costa Madeira, pois, num “assento de batismo, realizado em 1 de fevereiro de 1836, de Matilde, “filha legítima de José da Silva e de Felícia Maria moradores na quinta do Álamo desta freguesia, foi Padrinho Gaspar Ângelo da Costa Madeira dono da mesma quinta”.² Esta inscrição, embora de origens não confirmadas, reforça a hipótese deste ser o proprietário da quinta na primeira metade do século XIX.

No século XX a Quinta do Álamo, bem como a Quinta do Bom Pastor, são de Guilherme Frederico Perestrelo de Albuquerque d' Orey e sua mulher, a atriz Celeste Rodrigues d' Oliveira Canivete.³

A quinta, enquanto propriedade deste casal, foi durante algum tempo gerida por José Perestrelo de Mattos, primo de Guilherme Frederico Perestrelo de Albuquerque d' Orey, facto que se deve à sua ausência no Brasil devido aos negócios associados à família d'Orey. Durante esses períodos os primos iam mantendo correspondência

¹ A mesma constatação faz Inês Adagói, no seu relatório de estágio desenvolvido entre 2014/2015, à qual agradecemos a cedência do mesmo para a realização deste trabalho. Cf. Maria Inês Adagói, *Plano de Reabilitação da Quinta do Álamo*, Seixal, Relatório de Estágio Profissional (documento policopiado), 2014-2015, p.30.

² Cf. Quinta do Álamo, *História da Quinta*, 2018, acedido a 30 de julho de 2018, em: http://quintadoalamo.org/?page_id=11.

³ Maria Inês Adagói, *op.cit.*, p.31.

relativamente à gestão da quinta. Esses documentos remontam pelo menos até aos anos 40 do século passado.¹

A quinta terá tido nesta altura tanto funções de recreio como de produção e a correspondência entre primos corrobora isso mesmo. Inicialmente a produção foi suficiente para cobrir as despesas da quinta, bem como tirar algum lucro. Contudo, foram mais longos os períodos de carência económica, em que a componente produtiva não foi suficiente para cobrir as necessidades da quinta, nomeadamente a manutenção dos jardins, do sistema hidráulico, replantações, recuperação dos elementos edificados, entre outros, sendo inclusivo aconselhado por Guilherme d' Orey o abandono da manutenção dos jardins e pomar.² Esta tendência, do progressivo abandono dos terrenos produtivos, bem como da propriedade, que surge desde finais do século XIX e se propagou pelos territórios a sul do Tejo, foi mais evidente nas paisagens onde a industrialização foi mais intensa, pois os habitantes locais foram, gradualmente, trocando o trabalho “duro” da terra pelos horários e salários fixos associados à indústria.

A 16 de março de 1971, a quinta passa para o Instituto de Formação e Apostolado do Patriarcado de Lisboa, por doação de Celeste Rodrigues d' Oliveira Canivete. Mais tarde, com a criação da Diocese de Setúbal, o instituto foi absorvido pela diocese, ficando a quinta a ser pertença da Diocese de Setúbal.³

Nas escrituras de doação a que tivemos acesso, conseguimos perceber os principais atributos da quinta na altura da sua doação: “composta de três prédios para habitação, casa de malta, abegoaria e cavalaria, e de jardins, pomar terras de sementeira, vinha, olival e pinhal, de poços com engenho e tanques” (Quinta do Álamo), “composto de vinha, terra de cultivo e de horta, tanque, regadeiras, poços, charca, canalizações, motor elétrico, cais e árvores de fruta e de sombra” (Quinta do Bom Pastor).⁴

Para além disso, foram feitas algumas cláusulas na escritura de doação para que a gestão da propriedade tivesse em consideração algumas diretrizes⁵, das quais destacamos a seguinte: “manter a fisionomia e a composição do núcleo central e mais característico do imóvel descrito em primeiro lugar, designadamente os jardins

¹ Cf. Maria Inês Adagói, *Plano de Reabilitação da Quinta do Álamo*, Seixal, Relatório de Estágio Profissional (documento policopiado), 2014-2015, p.31.

² *Ibidem*, pp.31-32.

³ Cf. *Tribuna do Povo*, Ano XXIV, Nº 543, Évora, 1974, pp.1-6; Maria Inês Adagói, *op.cit.*, p.34.

⁴ Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.15-31.

⁵ Cf. *Tribuna do Povo*, Ano XXIV, Nº 543, Évora, 1974, pp.1-6.

circundantes da casa de residência, o portão de entrada principal e a rua de acesso, com o arvoredo que a ladeia, a partir daquele portão”.¹

Após a doação da quinta à diocese, a componente agrícola manteve-se ativa durante algum tempo, algo que ainda é recordado pela população local. Em consequência da reforma agrária, a quinta podia vir a ser retirada à Diocese de Setúbal, tendo sido tomadas algumas medidas preventivas, como a adaptação da casa de habitação a infantário, o qual foi recolocado, mais tarde, noutra zona da propriedade. Para além disso, foi também incentivada a ocupação da quinta por parte de grupos de escuteiros e outros grupos juvenis, para que a quinta fosse utilizada também durante o fim-de-semana, como espaço de acampamento e retiro espiritual.²

Terá sido a partir desta altura, reforçado também pela necessidade de rentabilização da quinta, que a propriedade começou a ser palco de um conjunto de atividades, principalmente ligadas à nova componente religiosa.

3.2.1.6.3. Descrição

A quinta está toda delimitada por muros. Como foi atravessada por duas vias públicas, ficou separada em três unidades: a Quinta do Álamo, propriamente dita, a Quinta do Bom Pastor e uma pequena parcela a norte, de pinhal e olival. Na quinta destacam-se a casa de habitação, rodeada por jardins, a zona da mata, para recreio e produção, e as áreas de produção agrícola como o pomar, as hortas e o olival.

Eixos e Caminhos

A quinta foi estruturada com base num sistema de eixos e caminhos ladeados e definidos por alinhamentos de buxo e murta, bem como alguns oleandros. Estes caminhos, quando associados a zonas de regadio, são acompanhados por caleiras de encaminhamento e distribuição das águas. Esta rede de caminhos arranca do portão principal em “tridente”.

¹ Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.15-31.

² Cf. Maria Inês Adagói, *Plano de Reabilitação da Quinta do Álamo*, Seixal, Relatório de Estágio Profissional (documento policopiado), 2014-2015, p.34.

Sistema Hidráulico

São testemunhos do antigo sistema hidráulico, os cinco poços e os seis tanques. Com destaque para o poço¹, no pomar, e o tanque, nas traseiras da casa da Quinta do Álamo. Este poço era servido de nora, com quatro pilares, com cerca de cinco metros de altura, do qual a água era encaminhada para o tanque por uma caleira aérea. A caleira, entre o poço e o tanque, era suportada por um pilar intermédio, de modo a sustentar a estrutura. Numa das faces do tanque encontra-se uma fonte com bica ladeada por dois bancos simétricos, aparentemente resultante de intervenções do século passado.

Por toda a quinta, a limitar percursos e definir parcelas, ainda se destacam as caleiras, algumas no topo de muretes, que davam serventia a todas as parcelas da quinta, bem como tanques e outras peças de água, algumas revestidas a azulejos.

Vegetação

Nos 25 hectares da Quinta do Álamo indicamos, de seguida, as espécies arbóreas e arbustivas que identificámos na propriedade: o pinheiro-manso; o pinheiro-bravo; a oliveira; o cipreste-comum; o plátano; o carrasco; o pinheiro-de-alepo; o zambujeiro; o sobreiro; o espinheiro-da-virgínia; a robínia; a amoreira; o medronheiro; o eucalipto; a palmeira-da-califórnia; a palmeira-das-canárias; a acácia; o jacarandá-mimoso; o oleandro; o ligustro-do-Japão; o folhado; o álamo; o sanguinho-das-sebes; o espantalobos; a amendoeira; ameixoeira-bastarda; o pessegueiro; a romãzeira; a murta; e os citrinos.

Portão Principal

O principal acesso à propriedade faz-se pelo portão, a poente. Este portão, bem como o muro na sua continuidade, remontam a meados dos anos 40, do século passado.² Paralelo a este muro, foi implantada na quinta uma faixa “verde”. A instalação desta “cortina” permitiu resguardar a quinta das interferências exteriores. Para a implantação desta barreira plantou-se espécies de crescimento rápido como o eucalipto e a oliveira. Através desta cortina de absorção visual procurou-se minimizar os impactos visuais negativos das urbanizações crescentes na envolvente oeste.

¹ V. Vol. II, Fig. 45, p.114.

² Algo que se corrobora com a inscrição que encumeia o portão principal da quinta, “1944”, bem como pela correspondência trocada entre os dois primos, José Perestrelo de Mattos e Guilherme Frederico Perestrelo de Albuquerque d'Orey. Cf. Maria Inês Adagó, *Plano de Reabilitação da Quinta do Álamo*, Seixal, Relatório de Estágio Profissional (documento policopiado), 2014-2015, p.31.

Do portão arrancam três caminhos: dois laterais que em tempos conduziram a zonas relevantes da quinta e um central até à casa principal. Este último eixo garante o acesso à casa e tem cerca de 230 metros de comprimento e termina no portão nascente. Este percurso, até ao núcleo principal da quinta, é ladeado por sebes talhadas de buxo e ainda por pinheiros e ciprestes.

O pavimento, betuminoso ou asfáltico, é rematado em ambos os lados, por uma valeta de cubos de calcário. Ao longo deste caminho destacam-se também algumas caleiras de calcário, que marcam o limite entre o caminho e as parcelas.

Casa

A casa da Quinta do Álamo é composta por três corpos que ladeiam um pátio. O edifício principal, de dois pisos e escadaria de acesso ao primeiro piso, foi sujeito a várias alterações, subsistindo reminiscências de tempos passados, tanto associadas a propostas do proprietário como outras bem anteriores.¹ Refere-se apenas a lápide, em cantaria de pedra calcária, com aparente registo de proprietários e data. Os restos de molduras em tijolo arredondado, os frisos decorados, as arcarias e até cantarias com motivos decorativos são correntes em edifícios da segunda metade do séc. XIX à primeira metade do XX, já as janelas de cunhal podem denunciar uma intervenção mais erudita. Os restantes elementos, nomeadamente os ferros forjados, procuram acentuar o carácter antigo da casa.

Jardins

A sul da casa, e para além do eixo principal, encontra-se o grande jardim. Este jardim foi estruturado intencionalmente em torno de dois eixos perpendiculares do qual se destaca o direcionado de norte a sul, no qual sucedem, entre sebes e canteiros, espaços abertos e fechados de dimensão variável de elevada qualidade estética. Nesta composição, a abordagem conceptual revela uma coerência superior à da casa, pela definição axial, pela modelação, pela vegetação e pelas dimensões de algumas áreas.

O jardim, integra uma zona relvada, um labirinto de buxo, uma clareira de eventos ou jogos e as orlas envolventes. Nestes encontram-se muros, bancos e mesas, decorados com azulejos, caramanchões², latadas, bem como caleiras onde em tempos a água circulava.

¹ Foi disponibilizado pela "Seixálamo - Associação de Amigos da Quinta do Álamo", uns desenhos a carvão de 1949, da autoria de um d'Orey, nos quais são projetadas algumas intervenções para a quinta, principalmente para a casa.

² V. Vol. II, Fig. 46, p.114.

Na zona de relvado encontram-se seis estátuas de faiança, quatro alusivas às estações do ano e outras duas, uma com atributos de rainha e outra de princesa.¹ Nesta área sobressaem em termos arbustivos os buxos talhados na arte da topiária, já a sombra é toda provida por plátanos de grande porte.

A esta zona segue-se o jardim ou labirinto de buxo que ocupa cerca de 898 metros² e é centrado por uma peça de água.² Dentro da estrutura axial segue-se uma área aberta de grandes dimensões, quadrangular relvada, envolta por sebes talhadas de buxo, e orlas de arbustos e árvores, que terá tido função de campo de jogos e/ou de zona de eventos.³ Esta orla, que se desenvolveu a sul da casa, é composta por jacarandás-mimosos e oleandros, de grande porte, que asseguram a amenidade local.

*Silenciosos se oferecem estes lugares, em contraponto com o mundo exterior. Os ruídos externos chegam-nos longínquos quase murmúrios, abafados pelo manto da vegetação, apenas evocando a existência dessa outra ordem.*⁴

A poente da zona de clareira encontra-se uma escada, de dimensões generosas, que para além de garantir acesso a níveis superiores poderia servir de bancada, distinguindo-se apenas o espelho de calcário entre canteiros lineares.⁵

A oeste da zona relvada, onde se encontram as estátuas, desenvolve-se uma outra zona de recreio. O acesso a esta zona é marcado por um desnível e acede-se por um degrau de calcário marginado por dois leões de pedra e dois plátanos.⁶ Esta zona, fechada entre arbustos e ensombrada por árvores, desenvolve-se em torno de um tanque recente de alvenaria regular e rebordo de tijoleira, que apresenta planta geométrica curvada e contracurvada recordando traçados do século XVII e XVIII, aqui também se destaca a casa dos patos. A norte do tanque, desenvolve-se uma latada, de ferro pintado, coberta por uma trepadeira de glicínia, dando sombra a um banco de pedra, o aparelho de pedra, associado à latada, é de lajes quebradas de calcário, ambas estas estruturas remontam a meados do século XX.

A casa está também enquadrada por outros jardins, que se estendem a norte e a poente, replicando, a uma escala mais contida e mais fechada, as soluções descritas

¹ V. Vol. II, Fig. 47, p.115.

² V. Vol. II, Fig. 48, p.115.

³ V. Vol. II, Figs. 49, 50, 51, pp.116-117.

⁴ Aurora Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora, 1995, p.68.

⁵ V. Vol. II, Fig. 51, p.117.

⁶ V. Vol. II, Fig. 52, p.117.

anteriormente. Aqui sobressaem as “salas de verdura”¹, ensombradas por árvores, os muretes, alguns encimados por caleiras de rega, as zonas de estadia, pontuadas por bancos e mesas de cantaria, dispostos em torno de pequenos tanques, alguns revestidos a azulejos polícromos do século XX. Também aqui se destacam as sebes e canteiros de buxo e murta, de manutenção descuidada, nos quais se adivinham pequenos e antigos jardins e restos de alguns roseirais.

As árvores a norte e a poente da casa de habitação são na maioria de origem exótica, destacando-se pela sua dimensão e porte, duas palmeiras-da-califórnia, duas palmeiras-das-canárias e um exemplar de pinheiro-das-canárias.

Outras espécies vegetais que encontramos nos jardins à volta da casa da Quinta do Álamo, tanto a norte como a sul do principal eixo da quinta, são a amoreira de papel, a ameixoeira-bastarda, a acácia, o medronheiro, o ligustro-do-Japão, o cipreste-comum, o plátano, o jacarandá-mimoso e o oleandro, espécies normalmente utilizadas nos projetos dos arquitetos paisagistas em meados do século XX.

Pomar

O acesso ao pomar, a partir das traseiras da casa, é feito por uma escadaria, com três lances de escada. A escadaria é estreita e delimitada por dois muros que dariam suporte a uma latada, da qual hoje só subsiste restos da armação de ferro. O limite norte da escadaria é ladeado por pilastras encimadas por pirâmides que marcam o início do caminho, marginado por buxos e murta, que avança sobre o pomar em direção da mata.

É no pomar que encontramos o poço cuja nora assegurava a elevação da água e o transporte da mesma pela caleira sobrelevada e sustida por um pilar até ao tanque de rega. Ainda é visível parte do sistema de caleiras que distribuía as águas na zona do pomar.

Mata

A norte do pomar encontramos a mata² e alguns olivais. A mata é sobretudo de pinheiro-manso e localiza-se na cota mais alta da propriedade. Para além do pinheiro-manso, encontramos aqui exemplares de pinheiro-bravo, de zambujeiro, de carrasco, de folhado, de medronheiro e de sanguinho-das-sebes. A comparação entre a fotografia aérea de 2004 e a fotografia aérea de 2018, evidencia a rarefação do coberto arbóreo nesta zona.

¹ V. Vol. II, Fig. 53, p.118.

² V. Vol. II, Fig. 54, p.118.

Vinha

Era nos terrenos a nascente da Quinta do Álamo, com cerca de 8ha, que se localizava a antiga vinha. Aqui ainda se identifica parte do sistema de rega, incluindo um grande tanque redondo.

A fotografia aérea mais antiga a que tivemos acesso data de 1958.¹ Com a interpretação desta fotografia percebemos as intervenções e alterações que ocorreram nas últimas décadas.

Nota-se que houve uma clara intenção de criar uma rede de caminhos com base em eixos como suporte estruturante da propriedade. O arranque, após a entrada do portão, a poente, era feito por três eixos, de uma forma quase “versalheana”, dos quais apenas subsiste formalmente um.² O eixo mais a sul fazia a ligação a uma peça de água, que hoje ainda permanece na quinta, mas que pela vegetação que a envolve passa despercebida. O principal eixo da quinta aparenta ter sofrido algumas alterações posteriores, possivelmente devido à deslocação do portão a nascente. É também perceptível nesta fotografia, que já nesta altura grande parte do sistema de caminhos da quinta era marginado por sebes arbustivas, algo que perdurou até aos dias de hoje.³

Na fotografia aérea de 1958 distinguem-se também as diferentes zonas que compunham a quinta: a norte o pinhal e o olival, no centro o pomar, na envolvente da casa da Quinta do Álamo, a vegetação densa, que resguarda o edifício, e as zonas de recreio, onde sobressai as “salas de verdura”, os jardins de buxo e os elementos de água. Fica clara a delimitação das zonas em espaços axiais, com a criação de jardins com influências eruditas.

Com a comparação entre esta fotografia e a fotografia aérea de 2018 é possível percebermos as alterações que ocorreram. Neste período, onde hoje encontramos o tanque associado à casa dos patos, existiria anteriormente um outro elemento de água, de dimensões maiores comparativamente ao que se encontra atualmente no local. A zona relvada associada à fachada virada a sul da casa, onde atualmente se expõem as peças de faiança, ainda não estava formalizada. Na zona do “campo de

¹ Fotografia aérea cedida pelo Instituto Geográfico Português (IGEO), à Seixáلامo - Associação De Amigos Da Quinta Do Álamo, a escala não definida, que foi gentilmente fornecida pela “Seixáلامo - Associação de Amigos da Quinta do Álamo” para a realização deste trabalho.

² É provável que este desenho, com base em eixos, remonte à década de 40 do século passado, altura em que terá sido erguido o muro e portão, poente.

³ V. Vol. II, Fig. 55, p.119.

jogos” terá havido um outro jardim de buxo, pelas marcas ainda visíveis na fotografia aérea.

As parcelas hortícolas, identificadas na fotografia de 1958, ainda hoje se encontram cultivadas, tendo sido inclusive ampliadas. No pátio da casa de habitação estão visíveis duas palmeiras-washingtônia, hoje desaparecidas. Por último, na propriedade hoje designada por Quinta do Bom Pastor, destacavam-se as extensas plantações de vinhas.

3.2.1.6.4. Função Atual

A Quinta do Álamo enquanto propriedade da Diocese de Setúbal tem muitas das suas atividades orientadas para a vertente religiosa, tendo convertido alguns dos edifícios da quinta para essas funções.

São promovidas inúmeras atividades de modo a rentabilizar e dinamizar a quinta, como a “Horta dos vizinhos”, os acampamentos de escuteiros, os retiros e a educação pedagógica. A gestão da quinta, bem como de todas as atividades, está ao cargo da “Seixálamo - Associação de Amigos da Quinta do Álamo”.

Relativamente ao atual rendimento da quinta, este provém das “Hortas dos vizinhos”, da “Casa de retiros”, do “Centro de atividades”, da “Aliança da misericórdia”, dos painéis solares, do pastoreio, entre outros.

A manutenção dos diversos espaços da quinta mantém-se graças ao trabalho de voluntários e dos horticultores da “Horta dos vizinhos”, que em troca das parcelas agrícolas que cultivam, ajudam também na manutenção dos espaços exteriores da propriedade.

É importante referirmos que atualmente a viabilidade futura deste património encontra-se em risco. A instalação do “Centro de Formação e Treino do SLB”, em 2006 e a sua eminente expansão, põe em risco o futuro da Quinta do Álamo. Temos conhecimento que existe, pela parte do Sport Lisboa e Benfica, a intenção de adquirir alguns terrenos que pertencem à Quinta do Álamo para a expansão do centro. Porém, as cláusulas deixadas quando esta propriedade foi doada à Dioceses de Setúbal tem sido uma mais-valia na salvaguarda deste património.¹

¹ Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.15-31.

3.2.1.6.5. Considerações

Nota-se que houve uma intenção erudita de ordenar a quinta com base em eixos visuais e caminhos, garantido ao mesmo tempo a integração da casa principal na mesma. Contudo, este objetivo não foi atingindo: não há concordância entre eixos e enquadramentos; existe uma grande multiplicidade de cenários; diferenciação de zonas produtivas e de recreio na envolvente da casa que gera entropia; escala dos jardins a sul da casa ultrapassa em muito a do próprio edificado.

Esta quinta foi sujeita a profundas intervenções ao longo dos tempos. Encontra-se parcialmente descaracterizada pela falta mão-de-obra especializada. O mesmo se pode inferir quanto à casa, na qual subsistem indícios de revivalismos do século XIX, algo que se pretendia acentuar, como visível nos desenhos de meados do século passado, mas que passam despercebidos pela incorreta conservação do edifício procedente de intervenções nas últimas décadas.

3.2.1.7. Quinta da Estalagem

3.2.1.7.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta da Estalagem, situada na freguesia de Palhais, concelho do Barreiro, implanta-se na margem direita do Rio Coina. A envolvente da propriedade caracteriza-se por terrenos expectantes e moradias, que se proliferaram pela pequena freguesia de Palhais. A norte da unidade ainda subsiste o Moinho de Maré de Palhais, mas em ruínas.

A propriedade é abrangida na totalidade pela “Faixa de Proteção do Estuário e Zonas Húmidas Adjacentes”, REN, devido à proximidade ao sapal do Esteiro do Rio Coina. A proximidade desta quinta ao rio, faz que este imóvel seja o único, dos casos de estudo, que faz fronteira direta com a superfície de água, tendo apenas o paredão como única barreira física de separação.

3.2.1.7.2. História

A “Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal”, de 1813-1816, no sítio onde hoje se localiza a Quinta da Estalagem, regista uma edificação, de dimensão considerável, mas não referencia a toponímia. A sua localização, coincidente com o antigo porto de Palhais, poderá indicar que esta estrutura terá tido funções de apoio às atividades portuárias ligadas ao transporte de produtos para a capital. Nesta cartografia está também identificado o “Forno de Cal”, estrutura que remonta pelo menos até ao século XVIII.

A toponímia “Quinta da Estalagem”, acentua a ligação a estas funções de acondicionamento de bens e alojamento de pessoas, reforçadas também pela proximidade do Complexo de Vale de Zebro, bem como dos fornos de cal.

Nos documentos¹ a que tivemos acesso, para além da toponímia “da Estalagem”, é também atribuída a toponímia “das Palmeiras”, nome para o qual não conseguimos encontrar nenhuma justificação, a não ser pela eventual existência de exemplares destas árvores no local.

Apesar de não sabermos ao certo as origens da Quinta da Estalagem, documentação fornecida pelos atuais proprietários da quinta, permitiu-nos conhecer alguns dos seus anteriores proprietários.

Após leitura desses documentos, identificámos que os registos mais antigos referentes à quinta remontam a finais da década de 60 do século XIX. Nesta altura tanto a quinta, como os fornos de cal, faziam parte da mesma propriedade, e por partilhas desses bens, por óbito de Helena Maria da Conceição Pereira, a quinta e os fornos passam para seu marido José Maria Pereira.²

A propriedade e os fornos de cal terão ficado na pertença dos descendentes de José Maria Pereira até a última década do século XIX. Após isto, a quinta e os fornos de cal são desanexados e adquiridos por proprietários diversos, que acabam por não conseguir manter a sua posse durante muito tempo. Efetivamente, até ao início dos anos 40 do século XX ambas as propriedades tiveram distintos proprietários, até que

¹ Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.32-51. Agradecemos aos proprietários da Quinta da Estalagem a cedência destes documentos, bem como toda a ajuda e disponibilidade prestada.

² Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.32-51.

finalmente a quinta é adquirida por Adelino Martins, que mais tarde juntou os fornos de cal à sua propriedade.¹

Os documentos referidos distinguem também as componentes da quinta, algumas das quais dissociadas ou perdidas, tal como dois moinhos de vento “tipo americano”.²

Atualmente a quinta e os fornos de cal, ainda se mantêm na posse dos descendentes de Adelino Martins, mais concretamente de seu neto, Adelino Manuel Correia Martins, e de sua esposa Teresa Sofia Alexandra Canas Martins, que há cerca de 16 anos fizeram da quinta sua casa de habitação permanente. Neste período a quinta tem sido alvo de um conjunto de intervenções, interiores e exteriores, com o objetivo de dinamizar e viabilizar a unidade.

Como tal, desde 2013, tem vindo a ser promovido na quinta um conjunto de atividades pedagógicas, num conceito de “Quinta Pedagógica”, adaptando-se o espaço exterior para esse efeito, e onde é promovido o contacto com a ruralidade, nomeadamente com os animais da quinta.

3.2.1.7.3. Descrição

A quinta tem cerca de 4,5ha e é completamente murada, separando-se do Esteiro do Rio Coina por um paredão. Distribui-se por dois terraços, tirando partido de três níveis ao incluir o rio como superfície contígua, sobre a qual a quinta se abre visualmente. Este último nível, inclui elementos que apontam para o passado portuário.

O primeiro terraço, sustentado pelo paredão, construído paralelamente ao rio, inclui alguns dos principais constituintes da quinta, como a casa, o pátio, o jardim de buxo e os fornos de cal.³ No segundo terraço, na cota mais alta da propriedade, encontra-se restos de estruturas hidráulicas recentes, solução que vincula esta propriedade essencialmente à produção, e uma extensa vinha⁴.

¹ Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.32-51.

² Cf. Vol. II, Documentos Diversos, pp.32-51.

³ É possível que este paredão tivesse servido de cais, nas quais se procedia ao transporte de mercadorias e produções associadas ao Complexo de Vale de Zebro, e até aos fornos de cal, e quem sabe se armazenadas neste local, temporariamente, nalguma construção.

⁴ Esta vinha foi plantada recentemente, e corresponde ao vinho designado de “Bastardinho”, um vinho típico da “Outra Banda”.

Na propriedade, associada à burguesia emergente de finais do século XIX e princípios do século XX, destacam-se a casa, os anexos agrícolas, o pátio, os jardins, os pomares e os fornos de cal.

Eixos e Caminhos

O principal eixo da quinta surge no arranque do portão, que se localiza no limite oeste da propriedade. Do lado direito do portão encontra-se um pequeno painel de azulejo, recente, com a inscrição “Quinta da Estalagem”. A ligação entre este portão e o principal núcleo da quinta tem cerca de 190 metros. Este caminho, que atravessa o pomar, termina no pátio da quinta, sendo cortado por um outro caminho que segue paralelo ao rio. Admite-se que através desta solução se pretendesse destacar a mais relevante das portas da casa, cujas cantarias¹ aparentam remontar ao século XVII e se encontra, enquadrada por dois ciprestes-comum.

Já o caminho que segue paralelo ao rio, faz a ligação entre o núcleo principal da quinta e os fornos de cal. Este eixo, enquanto associado ao núcleo principal, é pavimentado por uma calçada de calcário e ensombrado por uma latada. Esta latada aparenta ser recente, excetuando os cachorros de pedra, e está parcialmente coberta por videiras, de pequenas dimensões. Este caminho é marginado por hortênsias e lavandas, e conduz a uma pequena zona de estadia coberta por uma buganvília.² Esta zona está adoçada ao muro norte e é centrada por um painel de azulejos recentes ladeado por dois bancos.³

Pátio e Casa

O acesso exterior ao pátio da quinta faz-se pelo limite norte da propriedade, onde se localizam os antigos anexos agrícolas, como a vacaria, que foram adaptados a escritórios. O pátio da quinta é limitado por construções, nas quais se inclui a residência e a antiga casa do forno. Este pátio, calcetado a calcário, está centrado por uma peça de água.⁴ É também no pátio que se encontra um dos poços da propriedade, no qual se reconhecem restos de um engenho elevatório. A cobrir o poço existe uma latada, parcialmente coberta por uma buganvília.

A partir do pátio acede-se à casa, tanto ao piso térreo como ao superior, este último através de uma escadaria corrente, cujo patim é de mosaico hidráulico⁵ e o guarda

¹ V. Vol. II, Fig. 56, p.119.

² V. Vol. II, Figs. 57, 58, p.120.

³ É possível que neste recanto houvesse uma janela para o exterior, mas que terá sido fechada.

⁴ É provável que esta peça tenha sido importada de outro local.

⁵ V. Vol. II, Fig., 59, p. 121.

corpos em ferro.¹ Deste nível pode se observar o jardim de buxo, bem como a vinha, no último terraço.²

Pomar

O pomar é composto sobretudo por citrinos, incluindo também algumas nespereiras. Encontra-se compartimentado por sebes de buxos, que delimitam as parcelas dos pomares. Na zona do pomar há ainda alinhamentos, ao longo dos caminhos, de choupo-negro, cipreste-comum e nespereira.

Segundo os atuais proprietários, a zona onde hoje estão instalados o campo de ténis e o parque infantil, correspondia à antiga horta da quinta, ainda reconhecível pelas caleiras de rega. No limite norte desta zona foi plantado um jardim de buxo, ensombrado por três árvores.

A zona do pomar encontra-se atualmente separada do núcleo principal, onde está a casa, o jardim de buxo e o pátio, por um caminho aberto provavelmente em cronologias posteriores às do primitivo sistema hidráulico da quinta.

Sistema Hidráulico

O sistema hidráulico incluía um tanque de rega, reservatório de água considerável que atualmente está descaracterizado, para o qual carranca de datação e origem desconhecida debitaria água.³ O tanque fazia depois a ligação às caleiras, que ainda são visíveis no pomar. As caleiras, que definem caminhos e delimitam parcelas, são de tijolo burro e estão marginais aos caminhos calcetados a calcário, nos quais foram construídos alguns bancos.

Construções Recentes

É no caminho em direção aos fornos de cal que se encontram as construções e equipamentos recentes, construídos para dar apoio às atividades pedagógicas, como os galinheiros, canis, cavalariças e paddock.⁴

¹ Ambas estruturas podem indicar obras ocorrentes durante o século XX.

² V. Vol. II, Fig. 60, p.121.

³ O tanque depois de ter sido desativado teve funções de piscina, atualmente está coberto e foi convertido numa casa de apoio às atividades pedagógicas que ocorrem na quinta.

⁴ Ao compararmos a fotografia área de 2018, com a fotografia área de 2004, é possível verificarmos as alterações que ocorrem na quinta nesse período, pela necessidade de a adaptar às novas funções, enquanto espaço pedagógico. A fotografia área de 2004 está disponível em: <http://mapas.dgterritorio.pt/viewer/index.html>.

Fornos de Cal

No limite sul da propriedade, ainda se identificam três fornos de cal e respetivo caís, o qual permitia que os materiais aqui transformados fossem facilmente escoados.¹

3.2.1.7.4. Função Atual

A quinta, residência familiar e unidade de produção ativa, veio incorporar em 2013, novas funções, onde são promovidas inúmeras atividades lúdicas e culturais, direcionadas para uma faixa etária mais infantil, como festas de aniversário e visitas pedagógicas.

3.2.1.7.5. Considerações

Pela interpretação deste espaço, fica claro que a quinta foi ordenada recentemente, tendo sido sujeita a intervenções sucessivas, o que aparenta indicar que a sua génese não terá sido de Quinta de Recreio, mas sim de uma adaptação.

As intervenções que ocorreram, principalmente as mais recentes, não foram criteriosas, tendo sido sacrificadas estruturas importantes da quinta, como o tanque de rega, não tendo havido coerência de projeto algum.

3.2.1.8. Quinta da Praia das Fontes

3.2.1.8.1. Enquadramento e Caracterização

A Quinta da Praia das Fontes, situada na vila de Alcochete, localiza-se na “Margem Esquerda do Estuário do Tejo”, abrindo-se sobre o rio, a norte.² Já a restante envolvente encontra-se profundamente urbanizada.

¹ V. Vol. II, Fig. 61, p. 122.

² V. Vol. II, Fig. 62, p.122.

A quinta implanta-se numa zona de pendentes muito suaves, quase nulas. A amenidade é conferida pela proximidade do rio, que age como moderador climático durante o período estival no qual atenua as temperaturas máximas, propicia brisas frescas da superfície da água para o interior e humifica o ar. As distribuições dos edifícios da quinta, bem como dos muros limítrofes, protegem o interior da quinta dos ventos predominantes do quadrante norte.

A contiguidade ao Tejo não tinha só vantagens pela amenidade climática, mas também pela disponibilidade de recursos, pela eleição de práticas de recreio e pela proximidade ao Tejo, que garantia as viagens de barco, mais céleres que as realizadas a cavalo ou em veículos de tração animal.

A faixa ribeirinha da vila, onde se insere a quinta, encontra-se numa zona de risco “Meteorológico”, “Hidrológico” e de “Mudança Climática”, que pode levar ao transbordo das margens do Tejo.¹ Pelo que, a fachada da quinta virada ao Tejo é provida de algumas estruturas de minimização dos impactos destes eventos.

3.2.1.8.2. História

A Quinta da Praia das Fontes terá sido edificada no século XVII², por ascendentes de Simão Neto Pereira Pato de Novais Pimentel. Por casamento de sua filha, Isabel Teresa Bárbara Vitória Pereira Neto Pato de Novais Pimentel, com António Luís José Francisco Xavier Pereira Coutinho Pacheco de Vilhena e Brito de Mendonça Botelho, 2º Marquês de Soidos, a quinta passa a ser propriedade dos Marqueses de Soidos.³

Em meados do século XIX a quinta está na posse do 5º Marquês de Soidos, António Luís Pereira Coutinho Pacheco de Vilhena e Brito de Mendonça Borges Botelho Pato Nogueira de Novais Pimentel.⁴ O marquês foi um grande apaixonado pela Vila de Alcochete. Das inúmeras generosidades que fez em prol desta vila, destacamos a

¹ Cf. *Gestão de Riscos de Desastres para o Patrimônio Mundial*, 2015, disponível em: <https://whc.unesco.org/en/managing-disaster-risks/>.

² Cf. Luís Maria Pedrosa dos Santos Graça, *Edifícios e Monumentos Notáveis de Concelho de Alcochete*, Lisboa, ELO, 1998, p.39.

³ Segundo a tradição oral e testemunhos escritos a quinta albergou alguns membros da família real, que se deslocavam com frequência e sazonalmente a Alcochete para caçar.

⁴ Luís Maria Pedrosa dos Santos Graça, *op.cit.*; Cf. Esteves Pereira, Guilherme Rodrigues, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. I, Lisboa, João Romano Torres, 1904, p.170.

doação, à camara, de um terreno contíguo à fachada virada para o Tejo, para que aí fosse construído um passeio público.

No início do século XX a quinta foi vendida, tendo passado por diversos proprietários. Os atuais proprietários da quinta adquiriram a propriedade no século passado, e promoveram nos anos 90 um conjunto de intervenções no sentido de a adaptar a turismo de habitação.¹

Relativamente à toponímia, “Praia das Fontes”, pensamos que esta se deve à existência de umas fontes de água doce na proximidade da quinta. O Padre Luís Cardoso escreve em 1747, que havia “junto ao mar hum sítio a que chamaõ as Fontes, por nascer nelle agua em abundancia, cujas fontes são cobertas da maré chea; e vazando esta ficaõ as aguas doces de bom gosto, e saborosas.”² A quinta foi também conhecida por “Solar dos Patos”³, em alusão à família Pato.

3.2.1.8.3. Descrição

A quinta, com cerca de 1ha, é fechada por edifícios e muros. A quinta inclui, para além da casa solarenga, o respetivo pátio, dois pomares e mata.

Solar e Pátio

O solar tem a sua fachada principal virada ao Tejo. É uma casa de dois pisos, no qual a divisão das águas e telhados indica construções dos séculos XVII e talvez princípios de XVIII, mas também intervenções posteriores e acréscimos. Admite-se que no rés-do-chão do solar se encontrassem as zonas de serviço e anexos de lavoura. Neste piso térreo destacam-se as chapas de proteção nas portas em caso de transbordo do Tejo.

O primeiro piso, o andar nobre onde se localizam os quartos e os salões nobres, destaca-se pela simplicidade da fachada, apenas interrompida pelos lintéis trabalhados das janelas. As nove janelas do piso superior são de sacada em cantaria

¹ Cf. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, *Solar da Quinta da Praia das Fontes / Solar dos Soydos / Casa dos Patts / Casa dos Patos*, 2018, acedido a 2 de agosto de 2018, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=7906.

² Luís Cardoso, *Diccionario Geográfico*, Tomo I, Vol. I, Regia Officina Silviana, e da Academia Real, Lisboa, 1747, p.183.

³ Luís Maria Pedrosa dos Santos Graça, *Edifícios e Monumentos Notáveis de Concelho de Alcochete*, Lisboa, ELO, 1998, p.39.

com varandins em ferro forjado. O varandim da janela central integra a sigla “MS”, em alusão aos Marqueses de Soidos.

A fachada virada a sudoeste é rematada por um terraço, que permite amplas vistas para o estuário do Tejo, bem como para a propriedade, aí encontram-se algumas conversadeiras.

O limite noroeste da quinta, prolonga-se por um muro, que está acoplado á fachada principal do solar. Através deste muro é possível aceder à quinta por duas entradas diferentes. A primeira, um portão encimado por um painel de azulejos com a inscrição “Quinta da Praia das Fontes”, que deverá corresponder ao antigo acesso nobre à propriedade, e a segunda, que possui do lado direito um pequeno painel de azulejos com a inscrição “Quinta da Praia”, que terá tido funções de serviço.

A entrada para o pátio da quinta faz-se através de um portão que se encontra no limite oposto do terraço do solar. O pátio, de pavimento de seixo e calhau, é balizado pelo solar da quinta e por um conjunto de outros edificadros, alguns dos quais tiveram, no passado, funções de apoio à componente produtiva da quinta. A partir do pátio é possível acedermos às restantes áreas da quinta, através de um portão existente no pátio.

Zona de Estadia

O pátio da quinta dá acesso a uma zona de estadia, na qual se destaca um poço¹ e um moinho de vento do “tipo americano”. A sombra e frescura é dada por algumas espécies como a buganvília, o jacarandá-mimoso, os pitósporos e os oleandros.

O aparelho de pedra², que contorna o poço e a calçada de seixos rolados na zona de entrada do portão, tal como a vegetação, remete para intervenções do século passado ou posteriores. Aqui existe também um acesso à mata da quinta.

Mata

A necessidade de criar um espaço íntimo e resguardado do exterior, caracterizado pela urbanidade intensiva, fez com que fosse projetada uma faixa envolvente que serve de “cortina” de absorção visual e sonora.³ Esta faixa de vegetação, que contorna os limites atuais da propriedade, está entre dois muros, um que limita a propriedade e outro que separa a zona da mata dos restantes espaços da quinta.

¹ V. Vol. II, Fig. 63, p.123.

² V. Vol. II, Fig. 64, p.123.

³ V. Vol. II, Fig. 65, p.124.

A mata, cuja principal função é a de barreira, foi criada pela plantação de espécies de crescimento rápido, como o choupo-negro, o eucalipto e as casuarinas, estas últimas especialmente resistentes à salsugem, bem como de outras espécies de crescimento mais lento, mas de copa mais densa, como o cipreste-comum. Esta “cortina” tem dois tempos distintos, alternando espécies de folha caduca e/ou crescimento rápido, mas de copas esparsas, com outras espécies de copa densa, mas de crescimento lento, passíveis de compassos mais curtos, permitindo o desenvolvimento a médio e longo prazo de uma barreira mais efetiva durante todo o ano.

Esta pequena mata integra também algumas peças decorativas, mas que possivelmente foram importadas de outro local.

Eixos e Caminhos

O sistema de caminhos da quinta desenvolvia-se em cruz, dentro de um retângulo, delimitado pelo muro interno da propriedade que a distingue da mata. Este muro é interrompido por protões que garantem a ligação entre os vários espaços da quinta.

Com as adaptações que ocorrem nos anos 90, de modo a apropriar a quinta à função de turismo de habitação, a estrutura da propriedade terá sido reordenada. As diversas zonas da quinta terão sido ordenadas segundo eixos, que definem parcelas e acompanham a faixa de vegetação que se desenvolveu nos limites da quinta. Contudo, o que se nota atualmente, é que esta estrutura terá sido interrompida para instalação de novas estruturas de lazer e recreio, como o picadeiro.

A partir da zona de estadia, referida anteriormente, temos três caminhos de ligação, dois dos quais fazem parte da principal estrutura de eixos da propriedade, que dão acesso a outras zonas da quinta.

O primeiro faz a ligação á zona posterior do solar, mas o seu acesso encontra-se vedado a visitantes. Porém, foi possível, através da interpretação da fotografia aérea de 2018, identificarmos neste espaço uma zona de relevado, onde se destaca um elemento de água e alguma vegetação a contornar o solar.¹

O segundo eixo, perpendicular ao muro interior, do quadrante nordeste, divide o pomar da quinta em duas parcelas e é coberto por uma latada com cerca de 83 metros. Esta latada, em ferro, e que aparenta ser dos anos 90 pelos perfis metálicos e marcas, é composta por três espécies de trepadeiras: a buganvília, a glicínia e a trombeta. O

¹ Seria expectável que se houvesse um jardim de buxo na quinta, este estaria localizado nas traseiras do solar, pois era a zona mais abrigada da propriedade. Podemos pressupor a existência de um jardim de buxo, centrado na peça de água, que ainda se encontra no local, mas é meramente especulativo.

caminho é limitado por uma caleira, de alvenaria de tijolo com reboco de argamassa de cimento, que encaminhava as águas até ao pomar. O fim deste eixo é marcado propositadamente por uma velha oliveira¹, que faz parte de um alinhamento perpendicular, que acompanha o caminho paralelo ao limite sudoeste da propriedade.

O terceiro caminho, que segue paralelo ao muro interno nordeste, faz a ligação ao antigo tanque. Este caminho é coberto por uma latada de varolas de madeira, que se apoia neste muro e em esteios de calcário, acabados a pico grosso, do lado oposto.² O efeito de túnel é acentuado pelo alinhamento de oleandros. Por este caminho também ponteiavam alguns bancos de pedra. As heras e glicínias, ainda são de pequena dimensão e não cobrem a latada.³

Este caminho conduz a um outro, perpendicular, que margina o muro do quadrante sudeste, da quinta. Este percurso é marcado por uma latada, de videira, que ainda se encontra em fase juvenil. Ao longo deste muro, pontuado por bancos, abrem-se janelas⁴, para a mata. O muro está coberto por heras, intercalando as fenestranças. O limite oposto do percurso é rematado por um pequeno murete, de alvenaria de tijolo com reboco de argamassa de cimento, no seu topo construiu-se uma caleira de tijolo. Paralelo a este murete foi plantado um alinhamento de choupo-negro, que para além de representar a primeira cortina do quadrante sudeste da quinta, define um dos limites do pomar.

É no termo deste caminho que se inicia o alinhamento de oliveiras⁵ e também uma passagem de acesso à mata da quinta. Pelo porte das oliveiras é possível antevermos que estas sejam anteriores às intervenções dos anos 90, o que poderá indicar que este caminho fazia parte da antiga estrutura axial da quinta. O lado contrário deste eixo é rematado por oleandros e hortênsias. Este percurso faz a separação entre as parcelas do pomar da zona do picadeiro, e permite a ligação a várias zonas da quinta.⁶

¹ V. Vol. II, Fig. 66, p. 124.

² V. Vol. II, Fig. 67, p.125.

³ Paralelamente a este caminho desenvolve-se um outro que também dá acesso ao tanque, e que se marca por sebes de compartimentação de buxo e por um aparelho de pedra de lajes quebradas de calcário, semelhante ao que encontrámos na Quinta do Álamo.

⁴ V. Vol. II, Fig. 68, p.125.

⁵ V. Vol. II, Fig. 69, p. 126.

⁶ Associado a este alinhamento de oliveiras encontramos a vala que assegura a drenagem dos terrenos a montante, e que desagua no tejo.

Pomar

O pomar, de citrinos, pelas dimensões e idade dos exemplares inscreve-se nos finais do século passado, possivelmente plantado aquando das intervenções dos anos 90.

Sistema Hidráulico

Apesar das alterações á estrutura da quinta, parte do seu sistema hidráulico ainda está perceptível. Na propriedade ainda encontramos dois poços, parte de um aqueduto, um moinho de vento “tipo americano”, e algumas caleiras, que encumeiam muros e muretes e definem caminhos.

No quadrante nordeste da propriedade, na zona de estadia, a água que era extraída do poço¹, através do moinho de vento “tipo americano”², era reservada num pequeno reservatório elevado. Esta depois era encaminhada através de uma caleira, localizada no cimo do muro interior, até ao grande tanque, hoje transformado em piscina. A partir daqui era guiada através de caleiras de tijolo, pelas parcelas de regadio, como ainda é perceptível na zona dos pomares.

O poço, no quadrante sudoeste, era provido por um aqueduto, do qual ainda subsiste parte da estrutura. A água, que era extraída por uma nora, era depois encaminhada por caleiras de modo a prover todas as parcelas de regadio da quinta.

3.2.1.8.4. Função Atual

Para além de ser habitação dos atuais proprietários, a quinta, desde os anos 90 do século passado, foi convertida a unidade de turismo de habitação. Para além desta componente turística, a quinta é rentabilizada servindo de palco a alguns eventos, como casamentos, batizados e aniversários.

Nos espaços exteriores da quinta são promovidas algumas atividades lúdicas, como passeios de bicicleta, passeios de cavalo e jogos desportivos. É possível qualquer pessoa visitar determinadas áreas da quinta, como os pomares e a mata. Na quinta encontramos também alguns animais, como galinhas, ovelhas, entre outros. Contudo, não sabemos se é promovido algum tipo de atividade pedagógica, como na Quinta da Estalagem.

¹ Pelos materiais identificados no local é possível que o poço tenha sido aberto no século XIX.

² Possivelmente a implantação do moinho terá ocorrido ou no final do século XIX, ou no princípio do século XX.

Sendo esta quinta a maior mancha “verde” na Vila de Alcochete, a abertura deste espaço, acabou por criar, informalmente, uma zona de recreio público.

3.2.1.8.5. Considerações

Atualmente, o que subsiste da quinta resulta de alterações contínuas, marcadas principalmente na última década do século passado, por adaptações profundas à atual função e pela redefinição da propriedade, pela venda de alguns terrenos para urbanização, citando-se apenas: as alterações e acréscimos que o solar sofreu; o levantamento dos muros periféricos que levou à destruição de parte do antigo sistema hidráulico, como o desaparecimento de grande parte do aqueduto da quinta; a imposição de uma estrutura que subverteu a provável organização funcional em torno do solar, anexos de lavoura, jardins, hortas, pomares e mata.

Mesmo assim, consegue-se encontrar nestas intervenções uma lógica na qual se revê a tentativa de recriar o ideário do “Jardim Português”.

3.2.2. Abordagem Comparativa dos Valores Culturais

Nesta fase de base comparativa pretende-se dentro dos casos de estudo: identificar quais as quintas que reúnem os constituintes mais significativas; quais as quintas que se poderão afigurar como as mais representativas, dentro das tipologias identificadas; bem como, reconhecer, através de uma abordagem comparativa, quais as unidades que se destacam pelos valores culturais excepcionais.

Embora possa parecer forçada a tentativa de quantificar os constituintes, esta permite evidenciar quais as quintas mais complexas e/ou íntegras.

3.2.2.1. Constituintes

Como concluído na Fase I da metodologia desenvolvida, as quintas da “Outra Banda” integram “Casa Principal”, capela, assento de lavoura e anexos, jardim, pomar, horta e mata.

Pela análise da Tabela V¹, no total dos casos de estudo, todas as quintas possuem “Casa Principal” e assento de lavoura e anexos, 7 incluem pomar, 6 jardim e mata, 5 capela e 4 horta.

A Quinta da Fidalga destaca-se como a mais relevante, integrando os sete constituintes principais que caracterizam as quintas da “Outra Banda”.²

Com base na informação recolhida, após as visitas, foi possível também integrar na abordagem outros elementos relevantes, os constituintes secundários, como as “arquiteturas do prazer”, onde se incluem as casas de fresco e os caramanchões, as quais podem reforçar o carácter de Quinta de Recreio e evidenciar uma postura mais erudita. Constata-se que 7 quintas têm “Latadas / Caramanchões” e “Peças de Água”, 6 quintas têm “Mirantes / Miradouros”, 2 quintas têm “Casa de Fresco”, “Alegretes e Conversadeiras”, “Fenestração” e “Estatuária” e, por fim, apenas uma têm “Casa de Bonecas”.³

Avaliando os elementos singulares, o destaque vai para o lago de maré, na Quinta da Princesa e Infanta, e para o tanque de maré, na Quinta da Fidalga.⁴ Para além destas duas estruturas associada às marés, só conhecemos, na “Outra Banda”, outras duas com algumas afinidades: o tanque de maré na Quinta do Antelmo, concelho de Almada, e o lago de maré na Quinta da Atalaia, concelho do Seixal, ambas já em elevado estado de degradação. Fora da área de estudo, até à data, não conhecemos estruturas semelhantes, sendo o tanque de maré da Quinta da Fidalga o único exemplar que se preserva em bom estado de conservação.

A Quinta da Fidalga distingue-se, dentro dos casos de estudo, pela quantidade, diversidade e complexidade dos elementos, integrando o maior número de constituintes identificados.⁵

¹ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

² Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

³ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

⁴ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

⁵ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

3.2.2.2. Revestimentos e Pavimentos

A avaliação e comparação dos “Revestimentos” e “Pavimentos”, permite uma abordagem que destaca soluções conceptuais e evidencia preocupações na eleição de materiais resistentes, nobres e de manutenção expedita, entre vários.

Pela Tabela V¹, percebemos que 6 quintas têm constituintes revestidos a azulejos, 2 quintas a embrechados e 1 a “Reboco, Pintado ou Caiado”. Mais uma vez destaca-se a Quinta da Fidalga que possui todos os revestimentos estabelecidos.

Relativamente aos pavimentos, todas as quintas têm pavimento de “Saibro e/ou Terra batida”, 3 de “Lage de Calcário”, 2 de “Tijolo, Tijolo a Cutelo, Tijoleira” e 1 de “Seixo”. Neste caso, o destaque vai para a Quinta da Praia das Fontes, pela maior diversidade de pavimentos.²

3.2.2.3. Sistema Hidráulico

A Tabela VI³ tem como base a estrutura funcional de um sistema de abastecimento.⁴ Desta forma, foram analisadas individualmente e comparativamente as “Captações / Armazenamento”, a “Condução / Distribuição” e o “Abastecimento / Função”.

No que se refere às “Captações / Armazenamento”, todos os casos de estudo ainda possuem poço, 6 possuem tanques e apenas 2 possuem minas. Relativamente à “Condução / Distribuição”, em todas as quintas ainda subsistem as caleiras e os engenhos elevatórios, mas somente em 2 ainda se reconhece o aqueduto em arcarias. Por último, sobre o “Abastecimento / Função”, em todos os casos de estudo o sistema hidráulico foi utilizado para fins domésticos e de rega, sendo que só em 6 deles ainda é possível identificar a sua função estética e o contributo como moderador climático. A Quinta da Princesa e Infanta possui o sistema hidráulico mais íntegro e sofisticado, incluindo 8 dos 9 componentes definidos para o sistema hidráulico.

¹ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

² Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

³ Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

⁴ Cf. Mário Luís Soares Fortes, *A Gestão da Água na Paisagem Romana do Ocidente Peninsular*, Santiago de Compostela, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p.45-98.

3.2.2.4. Outros Valores

Na Tabela VI¹ foram analisados os restantes valores, com base na informação recolhida, de modo a fazermos também uma avaliação individual e comparativa.

No que se refere à vegetação, 4 quintas possuem “Exemplares Isolados Notáveis” e 2 quintas um “Conjunto Notável Arbóreo / Arbustivo”, seja pela dimensão, raridade e porte das espécies.²

Relativamente ao valor histórico, 2 quintas estão associadas a eventos relevantes do passado e 1 a pessoas e individualidades.³

No que se refere à sua conceção, 3 quintas destacam-se pelo seu desenho, 2 estão associadas a obras de autor e 1 diferencia-se pelas “Seleções Técnicas e Materiais”.⁴

3.2.2.5. Estado de Conservação

Após as visitas de campo aos casos de estudo, apercebemo-nos que o estado de conservação definido inicialmente na Fase I, não correspondia, em alguns casos, à realidade, sendo necessário uma reavaliação do mesmo.

Assim sendo, foram definidas novas categorias de conservação, “Aceitável”, “Parcial” e “Deficitário”. O primeiro corresponde às quintas, que no geral, integram constituintes bem conservados. No segundo a conservação é apenas limitada a parte da quinta, pelo que há perdas setoriais óbvias. E no terceiro incluem-se as quintas com falhas de conservação, as quais poderão levar à perda de algumas componentes e valores, das quais depende a identidade, a autenticidade e a integridade do imóvel.

No conjunto, 3 unidades inserem-se no estado de conservação “Parcial” e “Deficitário”, e somente 2 no estado conservação “Aceitável”.⁵

¹ Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

² Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

³ Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

⁴ Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

⁵ Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

3.2.2.6. Considerações

A diversidade dos casos de estudo insere-se dentro das tipologias identificadas nas quintas da “Outra Banda”, mas compreende unidades dispares em termos de áreas, estruturas e abordagem concetual.

Da Tabela V¹, depreende-se que todas as quintas em estudo incluem “Casa Principal” e o “Assento de Lavoura e Anexos”, seguindo-se o pomar, e depois o jardim e mata. Já no que se refere aos constituintes secundários são as latadas / caramanchões e as peças de água, seguindo-se pelos mirantes / miradouros os mais comuns nos casos de estudo.

A Tabela VI² confirma que todas as quintas ainda têm poços, caleiras e engenhos elevatórios e que a função do sistema hidráulico era tanto para fins domésticos como de rega.

De uma forma geral, as quintas, enquanto unidade, encontram-se em mau estado de conservação, excetuando-se dois casos, a Quinta dos Pianos e a Quinta da Fidalga, as quais reúnem valores culturais relevantes, tal como documentado previamente.

3.2.3. Representatividade Tipológica

Admite-se que de momento, e face à informação disponível, seja difícil identificar com precisão qual a Quinta de Recreio mais representativa, e qual a que se aproximaria da quinta tipo da “Outra Banda”, reunindo todos os constituintes principais e secundários, em função da frequência isolada dos mesmos na amostra de estudo.

Esta identificação teria subjacente o levantamento e a análise de todos os constituintes presentes e passados, os que foram alterados, o que se introduziu e o que se perdeu, o que não foi possível pela escassa informação disponível para o estudo da amostra.

O estudo dos casos seleccionados revelou-se de igual forma insuficiente para o cumprimento deste objetivo. Pois, embora reúnam constituintes comuns, afiguram-se díspares em termos dimensionais, cronológicos e conceptuais.

¹ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

² Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

3.2.4. Excepcionalidade dos Casos de Estudo

A abordagem e metodologia quantitativa desenvolvida nas Tabelas V¹ e VI², permitiu fazer uma análise e avaliação individual e comparativa para os casos de estudo, evidenciando e identificando os principais valores intrínsecos, relevando os casos que se destacam. Porém, visto que os casos de estudo variam em termos de qualidade, é indispensável proceder a uma ponderação qualitativa, obviamente subjetiva, mas premente, por integrar valores que ultrapassam os anteriores.

A avaliação de base quantitativa e qualitativa permite hierarquizar as quintas pelo valor cultural, suportando eventuais propostas de classificação destas unidades territoriais que distinguem as paisagens da “Outra Banda”, mediante a legislação em vigor.

De seguida, identificamos e avaliamos individualmente os valores culturais residentes em cada caso de estudo. Embora muitos critérios e parâmetros possam ser aplicados nesta avaliação, a vinculação deste projeto a uma entidade pública levou a que a mesma tivesse como base o que está definido no n.º 3 do art.º 2.º da Lei n.º 107/2001.

Quinta da Estalagem

A Quinta da Estalagem aparenta assumir-se como um caso de reutilização sucessiva de construções e áreas com potencial produtivo. As soluções, com base vernácula, acabam por divergir do exatável: implantação da habitação numa zona húmida, pouco salubre; distribuição aleatória de jardins e áreas agrícolas; estrutura axial forçada sobre preexistências como estruturas hidráulicas; reintegração de componentes do passado e dispersão de peças e elementos de reduzida qualidade construtiva e estética.

Estas sucessivas alterações e adaptações no imóvel, conduziram à deturpação do espaço, não imprimindo presentemente qualquer valor cultural paisagístico relevante.

Quinta da Praia das Fontes

A quinta apresenta-se profundamente descaracterizada, contrastando o solar, como resultado de várias intervenções, com a simplicidade e rusticidade das intervenções realizadas nos antigos jardins, pomares e até mata. Pode admitir-se, que algumas intervenções na quinta refletissem princípios eruditos no ordenamento da mesma,

¹ Cf. Vol. II, Tabela V, p. 87.

² Cf. Vol. II, Tabela VI, p. 88.

adivinhando-se os jardins formais nas imediações do edifício, as zonas de deambulação e recreio, sempre acompanhadas pela água que escorria nas caleiras. Porém, atualmente, pouco se revê desta imagem, resultado das intervenções mais recentes, numa tentativa falhada de remeter a uma situação passada, consentânea com os novos usos.

Estas adaptações, decorrentes na última década do século XX, na adaptação da quinta a turismo de habitação, levaram à destruição de parte de elementos e constituintes relevantes da quinta. Para além disto, conduziram também a uma alteração da estrutura base da quinta, tendo desaparecido a legibilidade do espaço enquanto unidade. Tal como no caso anterior, não se identificaram valores culturais paisagísticos relevantes.

Quinta de Buxos

A quinta é representante de uma tipologia específica associada aos “Montes de Almada”. A distribuição de zonas residenciais, anexos de lavoura, acessos, zonas de recreio e até agrícolas, revelam um conhecimento profundo das condições naturais da paisagem e das potencialidades ambientais e produtivas do meio.

Subsistem alguns testemunhos interessantes do antigo sistema de abastecimento doméstico, regadios e drenagem de águas. Contudo, as alterações realizadas no século passado em pouco contribuíram para a valorização da quinta, encontrando-se a mesma parcialmente degradada.

Apesar da integração e localização privilegiada da Quinta de Buxos, em termos edafoclimáticos e paisagísticos, as sucessivas alterações, bem como o estado de conservação atual, levaram a que a identidade, autenticidade e integridade deste imóvel ficasse comprometido.

Quinta da Conceição

A Quinta da Conceição é um caso distinto, que resultou do ordenamento de uma área de produção e de um antigo ermitério conventual. A implantação da residência e anexos em torno de um terreiro revela um carácter agrícola, sem por de parte a relevância da casa. Contudo, a estrutura reticulada de caminhos revela uma base essencialmente funcional e nem sempre conseguida face aos múltiplos impasses.

O abandono de determinadas áreas da quinta, as adaptações de que foi alvo e o desaparecimento de vários constituintes fundamentais compromete o reconhecimento de valores culturais relevantes, excetuando-se o antigo espaço de reclusão, que se

destaca, independentemente das múltiplas intervenções a que foi sujeito, pela coerência conceptual, pela implantação, aberta sobre o antigo pomar, e pela sujeição a uma capela.

Quinta da Princesa e Infanta

A Quinta da Princesa e Infanta, contrasta com a anterior. A aglutinação de diversas propriedades introduziu alguma entropia, dificultando a compreensão dos espaços. Denota-se, contudo, uma tentativa de estruturar e agregar as várias áreas da quinta a partir de uma quadrícula onde se integrariam as várias componentes de recreio e agrícolas, imprimindo pontos de fuga.

A destacar, sob o ponto de vista cultural, e para além de alguns dos edifícios, o grande tanque cordiforme de inspiração rococó, e pintado, os restos do aqueduto e o lago de maré, no qual se recreariam pequenas embarcações em torno de ilhéus. Admite-se que a imagem atual divirja e em muito da dos tempos em que servia de retiro e recreio dos membros da família real.

Mesmo com a subsistência de um elemento tecnológico singular, o lago de maré, a quinta acabou por perder o seu carácter, algo que se atribui ao atual estado de conservação da unidade, marcando-se atualmente pelo abandono e envelhecimento parcial.

Quinta do Álamo

A avaliação da Quinta do Álamo é dificultada pela multiplicidade de construções e dispersão de soluções numa vasta área, mas principalmente pela falta de mão-de-obra qualificada que marcou as intervenções nos últimos anos. Se as construções marcadas por intervenções recentes não despertam interesse aparente, o mesmo não se pode dizer dos jardins, hortas, pomares e até mata.

No programa revê-se: todas as componentes de uma Quinta de Recreio; a tentativa de estruturação erudita através do arranque de caminhos em “tridente”; e a conceção de jardins amplos desenvolvidos em torno de eixos marcantes.

Contudo, a avaliação da respetiva qualidade é dificultada pelo insólito da grande composição, na qual se justapõem jardins fechados, zonas de estadia, de qualidade díspar, e até peças de água menores, alimentadas por sistemas tradicionais, mas de grande envergadura.

Tal como nos restantes casos de estudo, materiais vivos e inertes denunciam profundas alterações por meados do século passado, bem como a tentativa de,

através de materiais de reduzida qualidade, enaltecer vastos jardins. Neste contexto, não se pode descurar a identidade, a autenticidade e a integridade desta quinta, que pode resultar, tal como muitas outras, de caprichos de proprietários abastados. Porém, de momento não temos informação suficiente que permita compreendê-la na íntegra e avaliá-la.

Não obstante, e visto que ainda subsistem várias dúvidas quantos aos valores que a quinta encerra, optámos também por avaliar o imóvel de acordo com o que está definido no n.º 3 do art.º 2.º da Lei n.º 107/2001:

- Interesse Artístico Relevante: conceção que denuncia modelos exógenos, alguns da Europa Central, projetados nos anos 40 / 50;

- Valores de Singularidade: soluções técnicas e materiais, que remetem para o ideário do “Jardim Português”, como as “salas de verdura” e as “arquiteturas de prazer”, mas que se diferencia pela dimensão excecional, organização atípica, estrutura confusa, multiplicação de cenários e diversidade conceptual; inexistência, na área de estudo, de outro imóvel que inclua afinidades a este.

Quinta dos Pianos

A Quinta dos Pianos é um caso paradigmático. Imóvel de construção remota que foi sujeito a várias alterações, ao longo dos séculos, algumas das quais orientadas para o propósito específico de receber o Rei D. João VI.

Sob uma base arquitetónica chã foram acrescentados corpos, transformando a casa original num solar de feição neoclássica disposto em “L” em torno do pátio do qual se acede por escadaria ao piso nobre, entrando nas salas que abrem no tardo, isolando um pequeno jardim de buxo centrado por um tanque com repuxo.

Não se obteve informação quanto ao ordenamento da unidade, mas há indícios que denunciam uma intervenção erudita: na hierarquização gradual de espaços construídos e plantados; nas várias construções dos jardins, nomeadamente capela de embrechados e “Casa da Água”; na estruturação axial de caminhos; nalguns alinhamentos seculares de murta.

Estas intervenções, nomeadamente nos jardins e pomares, foram reaproveitadas e potenciadas na época da família Piano. Neste período as alterações impostas procuraram acentuar o carácter de Quinta de Recreio, mediante recurso a soluções assumidas como nacionais, muitas delas de carácter até popular como os azulejos de estampilha com figuras de varinas, pastores, animais, entre outros. A intervenção que

até pode considerar-se excessiva, pois embora preserve e potencie a vertente produtiva na quinta, através da extensão ou renovação de regadios, procura acentuar o carácter vernáculo ao criar cenários de pretensos regionalismos em torno de estruturas meramente decorativas como bicas “ruralizantes” e até mesmo de falsos poços¹, no qual não se esqueceu a inoperante roldana e o balde sempre vazio que remete para o ideário da “Casa Portuguesa”.

As adaptações posteriores, a centro cultural / núcleo museológico, interferiram com preexistências construídas. Mesmo assim, ainda é reconhecível a integridade de muitos dos contributos de várias épocas, prevalecendo a identidade da quinta.

Tendo em conta o âmbito deste trabalho, optamos também por avaliar o imóvel de acordo com o que está definido no n.º 3 do art.º 2.º da Lei n.º 107/2001:

- Interesse Artístico Relevante: intervenção erudita de princípios do séc. XIX tendo em vista a visita de D. João VI; existência de um programa, que remete para o ideário do “Jardim Português”, como as “salas de verdura”, as “arquiteturas de prazer” e a compartimentação e hierarquização dos espaços; qualidade estética inerente às alterações concretizadas nos princípios do século XX; um dos poucos exemplos subsistentes, em contexto local, de abordagens promovidas nos inícios do século XX;
- Interesse Social Relevante: imóvel associado a um determinado grupo social emergente que veio marcar os finais do século XIX e o início do século XX, e que recorria a soluções do passado para se afirmar socialmente;
- Valores de Memória: exemplar de um modelo de ordenamento de uma paisagem rural profundamente antropizada;
- Valores de Antiguidade: relevância deste imóvel enquanto valor local das vivências e memórias ancestrais, que marcaram a área de estudo até ao início do século passado, destacando-o no contexto local, enquanto exemplar figurativo de reminiscências de tempos passados;
- Valores de Exemplaridade: a sua aproximação à quinta tipo da “Outra Banda”.

Quinta da Fidalga

A construção da Quinta da Fidalga, que remonta pelo menos até ao século XVI, foi sujeita a várias intervenções, nomeadamente no séc. XVIII e XX.

¹ V. Vol. II, Fig. 70, p. 126.

Esta quinta tem vindo a ser referenciada, ao longo dos tempos, pela originalidade de algumas componentes ainda hoje observáveis tais como as fontes, os embrechados e o famoso tanque de maré. Contudo, grande parte das construções e estruturas que integram os jardins, hortas e pomares são resultado de intervenções profundas de meados do século XX, projetadas pelo Arquiteto Raul Lino que integraram, no possível, alguns testemunhos do passado.

A quinta integra assim residência e capela, reformuladas no séc. XX, em torno de um terreiro parcialmente fechado por muros interrompidos por janelas. Deste acede-se ao jardim de buxo, onde sobressai um tanque com repuxo, abastecido pelo complexo sistema de águas da quinta.

As intervenções realizadas por Raul Lino procuraram conciliar novas correntes estéticas com as componentes do passado. A imagem do Estado Novo é visível em motivos de embrechados, como nas fontes e bancos, que mais do que apelarem à família Gama, destacam a importância de Portugal nos Descobrimentos.

Contudo, algumas das intervenções desta época sobrepuseram-se às preexistências mais depuradas nomeadamente: fontes e tanques que incorporaram cantarias exógenas; cascatas / fontes nas quais grupos escultóricos de terracota vieram a ser cobertos por embrechados; o tanque de maré que veio a receber um nicho de cantaria proveniente de uma igreja; casas de fresco de coberturas recentes e revestimentos azulejares reintegrados a partir de unidades do séc. XVII; “jogo da bola” preterido por um tanque; capela cuja fachada aparenta remeter para soluções nortenhas e do centro de Portugal.

A construção da Oficina de Artes Manuel Cargaleiro, numa zona mais recôndita da quinta, pode ter gerado alguma polémica, mas de momento para além de se integrar na composição, desempenha um papel essencial como polo dinamizador da quinta.

No geral, a quinta, enquanto unidade, surpreende pela identidade e coerência conceptual, pela originalidade e integridade de peças decorativas e construções antigas, pela invulgaridade e artifícios técnicos do tanque de maré, pela rigidez da casa e pelos contributos menos remotos, muitas vezes preteridos por associados a períodos não muito considerados da história nacional de Portugal. A realidade desta quinta afigura-se como notável dentro de um contexto regional e até nacional.

Mais uma vez, e tendo em consideração o vínculo deste trabalho, optamos também por avaliar o imóvel de acordo com o que está definido no n.º 3 do art.º 2.º da Lei n.º 107/2001:

- Interesse Artístico Relevante: existência de um programa, soluções técnicas e materiais, que remetem para o ideário da “Casa Portuguesa” e do “Jardim Português”, destacando-o na área de estudo, pois não identificámos nenhum outro que integrasse estes dois revivalismos tão evidentemente; acresce-se ainda a originalidade da abordagem realizada no século XX muitas vezes desconsiderada e preterida por associada ao Estado Novo;
- Interesse Social Relevante: identidade e coerência conceptual associada a um determinado grupo social, que levou à criação de ambientes e cenários cortesãos; valor cultural do imóvel no contexto em que se insere, como espaço de recreio e lazer;
- Valores de Memória: o interesse do imóvel como testemunho de formas vivenciais de meados do século XVIII a meados do século XX; subsistência do sistema hidráulico, testemunho patrimonial relevante de tecnologias rurais do passado no qual convergem tradições e inovações;
- Valores de Antiguidade: imóvel que, embora objeto de várias intervenções, preserva elementos que remontam pelo menos até ao século XVIII, como as estátuas em terracota; carácter deste imóvel no qual se integram contributos de várias épocas, muitos deles resultantes de reaproveitamentos e reintegrações, como os azulejos; manutenção de um imóvel que, embora objeto de várias intervenções preserva constituintes relevantes, elementos estruturais de fundação e testemunhos de alterações notáveis;
- Valores de Raridade: elementos decorativos que remetem para a iconografia associada à propaganda do Estado Novo, não conhecendo mais nenhum imóvel semelhante, em âmbito nacional; a inexistência de outros exemplos de afinidades óbvias classificados ou passíveis de classificação;
- Valores de Singularidade: a existência de um elemento tecnológico raro e excepcional, em bom estado de conservação, o tanque de maré;
- Valores de Exemplaridade: imóvel excepcional de uma tipologia que marcou as quintas da “Outra Banda”.

3.2.5. Viabilidade dos Casos de Estudo no Presente e Futuro Próximo

A viabilidade das unidades no contexto presente e num futuro próximo depende de cada caso, sendo inviável proceder a extrapolação entre quintas. A multiplicidade de cenários sociais e económicos, as pressões urbanísticas, a dedicação de proprietários, os eventos críticos, como sismos, cheias e incêndios, e as reutilizações podem potenciar ou reduzir a respetiva viabilidade.

Neste contexto, é relevante ter presente o atual estado de conservação das quintas, no qual se plasma os investimentos realizados de momento e as dificuldades perspetivadas para um futuro próximo. Neste caso, integra-se a Quinta de Buxos e a Quinta da Conceição, enquanto propriedades privadas, residenciais de famílias, condicionadas por cenários económicos pouco favoráveis.

A Quinta da Princesa e Infanta é um caso diferente no qual se procurou uma alternativa viável que a justificasse para além de residência, recorrendo a novas formas de produção agrícola, como os microvegetais e as plantas comestíveis.

A Quinta da Estalagem e a Quinta da Praia das Fontes foram adaptadas a novas funções, procurando-se através de atividades pedagógicas, na primeira, e de turismo rural, na segunda, viabilizá-las. Contudo, as novas funções exigiram alterações que podem ter contribuído para o desaparecimento e descaracterização de partes fundamentais.

A Quinta do Álamo está afeta à diocese de Setúbal, desconhecendo-se os investimentos realizados. Apenas se constata que a “Seixálamo - Associação De Amigos Da Quinta Do Álamo” tem assegurado a sua viabilização.

Por fim, a Quinta dos Pianos e a Quinta da Fidalga, justificam a sua viabilidade pelos usos culturais correntes, programados pelos concelhos de Almada e do Seixal, dispondo de financiamentos próprios, embora flexíveis e, por vezes, insuficientes.

IV – CLASSIFICAÇÃO

As classificações de bens imóveis pelos valores culturais que encerram regem-se pelas disposições da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e pelo Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Os bens imóveis com valor cultural podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, em função das suas características e componentes, “nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional”, na “Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa” (n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro). Consoante o seu valor os “bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal” (n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

No que se refere aos casos mais relevantes identificados neste trabalho, a unicidade cadastral e programática justifica a inserção das quintas estudadas na categoria de monumento, assumindo-se estas no seu todo e não pelos constituintes isolados.

Na sequência da abordagem metodológica desenvolvida, e de acordo com as disposições do art.º 17 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, constata-se que:

- Três unidades não reúnem valores paisagísticos significativos: a Quinta de Buxos, a Quinta da Estalagem e a Quinta da Praia das Fontes;
- Duas outras quintas detêm alguns constituintes com valor importante, nomeadamente o jardim de buxo da Quinta da Conceição e o lago de maré, na Quinta da Princesa e Infanta, os quais deverão ser objeto de estudos mais aprofundados;
- Apesar dos valores intrínsecos atribuídos à Quinta do Álamo, pela conceção insólita, subsistem ainda muitas dúvidas pelo que se sugere que de momento não se avance com a abertura de um processo de classificação, aguardando a realização de estudos mais profundos;
- Existem duas quintas que reúnem atributos que justificam a abertura de procedimentos de classificação, uma delas revela-se relevante a nível local, a Quinta dos Pianos, e a outra, que ultrapassa os valores locais e até regionais, a Quinta da Fidalga.

Quinta dos Pianos

Considera-se de maior pertinência a abertura de procedimento de classificação para a Quinta dos Pianos, tendo presente a possibilidade de vir a ser reconhecida como Monumento de Interesse Municipal, de acordo com as disposições do n.º 6 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, tendo em consideração os “Critérios genéricos de apreciação” limitados no art.º 17.º da Lei n.º 107/2001 e do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro:

- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos: exemplar de formas vivenciais passadas; testemunho de memórias e saberes locais;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem: valor estético acrescido pelas intervenções realizadas na primeira metade do século XX; integridade dos constituintes e elementos subsistentes;
- f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística: conceção paisagística enquanto elemento estruturante e organizador da paisagem; recurso ao ideário do “Jardim Português”;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva: a sua relevância como exemplar de uma identidade praticamente perdida;
- i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem: a sua resiliência enquanto imóvel subsistente às pressões urbanísticas, em crescente meio urbano.

Quinta da Fidalga

Visto que os valores culturais identificados na Quinta da Fidalga ultrapassam os valores locais e até regionais admite-se a abertura de procedimento de classificação para este imóvel, o qual poderá vir a ser considerado como Monumento de Interesse Público, de acordo com as disposições do n.º 5 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, esta avaliação baseia-se nos critérios genéricos de apreciação indicados no art.º 17.º da Lei n.º 107/2001, e do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro:

- b) O génio do respetivo criador: projeto de meados do século XX pela mão do Arquiteto Raul Lino;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos: interesse da quinta enquanto testemunho notável de formas vivenciais que remontam até meados do século XVIII; figurativa do século XVIII, na criação de ambientes cortesãos, mas com grandes alterações no século XX;

e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem: valor patrimonial dos elementos que encerra, em que alguns remontam ao século XVIII; valor tecnológico, enquanto possuidor de um elemento raro e singular de uma tecnologia que aproveita as marés para a criação de um elemento de recreio; testemunhos de tecnologias hidráulicas remotas; qualidade estética (valor paisagístico) da unidade inerente às alterações realizadas em meados do século passado, muitos deles resultantes de reaproveitamentos e reintegrações, remetendo para o ideário da “Casa Portuguesa” e do “Jardim Português”; raridade e singularidade da conceção icnográfica que remonta para um ideário nacional de época, não conhecendo outro exemplar por afinidade, em Portugal, que detenha icnografia referente à propaganda desenvolvida pelo Estado Novo;

f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística: conceção paisagística enquanto organizador do território;

g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva: preservação do imóvel enquanto exemplar de uma tipologia em desaparecimento, na área de estudo;

h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica: pela unicidade de alguns dos seus elementos;

Confirmação da excecionalidade deste imóvel, que apesar de exemplar de uma tipologia, é integrante de um conjunto de valores culturais excecionais e singulares, caso único na área de estudo, e até em âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio revelou-se bastante aliciante, pelo objeto de estudo, pelas dinâmicas e dificuldades e principalmente pela aquisição gradual de conhecimentos ou pela refutação de outros à partida por certos, acrescentando continuamente valências de carácter profissional e pessoal.

Contudo, não decorreu sem contratempos. A área de estudo, que abrangia um vasto território, estava pouco estudada e documentada em termos de património paisagístico. Assim, uma das maiores dificuldades deste trabalho, prendeu-se com a pouca informação disponível, nomeadamente fontes bibliográficas, cartográficas e até fotográficas, essenciais para o reconhecimento e caracterização do universo das quintas da “Outra Banda”. Este facto acabou por condicionar o desenvolvimento do trabalho, induzindo ao desenvolvimento de um método orientado para a avaliação do património paisagístico e para o reconhecimento de valores culturais que subsistem em contexto crítico.

Neste contexto, abdicou-se de uma base comparativa imediata, suportada por um levantamento de todas as quintas subsistentes e selecionando uma amostra do universo em estudo. Optou-se por uma abordagem em duas fases, a primeira, hierarquizada, gradativa, e por aproximação e/ou acumulação, tendo em vista a avaliação de um universo e a identificação de casos de estudos pela sua relevância, e a segunda, individual e comparativa entre os casos de estudo, para fins quantitativos e qualitativos, de modo avaliar quais as unidades excepcionais, pelos valores culturais que integram.

Assim o trabalho foi direcionado para uma avaliação da realidade paisagística, para o reconhecimento de valores culturais em presença e para propostas de classificação. Contudo, pela duração do estágio, não foi possível avançar com propostas de delimitação de Zona Especial de Proteção, as quais revelam-se essenciais neste contexto.¹

Os resultados obtidos traduzem de uma forma geral a realidade, no entanto há condicionantes de pormenor inerentes que poderão ser ultrapassadas: reduzindo apreciações subjetivas, recorrendo a uma equipe multidisciplinar; potenciando a interação entre entidades da administração central, local e proprietários; e até mesmo desenvolvendo um léxico preciso que ultrapasse indefinições e imprecisões.

¹ Cf. Artigo 43.º referente a “Conteúdo da zona especial de proteção” do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, in Diário da República n.º 206/2009, Série I, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483153/details/maximized>. Pelo valor do objeto de estudo nas paisagens em que se inserem, a delimitação de uma ZEP é fulcral para assegurar a sua viabilidade.

A metodologia desenvolvida é eficiente, pois parte de uma base territorial realista, dispensando o levantamento exaustivo de realidades muitas vezes já desaparecidas, que permitiu identificar, descrever e seleccionar os casos com valor cultural, contribuindo para o inventário e classificação. Contudo, entrou em confronto com a legislação em vigor que não é precisa a nível do enquadramento da figura “paisagem”, tal como ela tem vindo a ser proposta pela UNESCO, e revela-se insuficiente pelos critérios limitados a que vincula a apreciação, algo que ficou evidente na abordagem efetuada sobre as quintas da “Outra Banda”.

Neste processo complexo que incidiu sobre uma vasta área, não se reduziu a paisagem, neste caso as paisagens, a um simples elenco de componentes ou características biofísicas. Procurou-se através do estudo das múltiplas dinâmicas, como as ambientais, as políticas, as sociais e as económicas, compreender fenómenos evolutivos, alterações e impactes sobre o património em presença, neste caso as antigas quintas da “Outra Banda”.

Sem esta abordagem integrada dificilmente se compreenderia a organização do território a sul de Lisboa e a dimensão, estrutura e funções das múltiplas quintas de produção e recreio.

Como ficou claro, a “Outra Banda”, desde tempos remotos, e até ao início do século XX, foi um território marcado pela disponibilidade e exploração de recursos, assegurando não só a subsistência das populações locais, mas também as necessidades da urbe que veio a ser a capital de Portugal. Com destaque para a produção do vinho, seguido pelo sal e pela lenha e madeira, havendo também outras produções como as searas, as hortaliças e as laranjas. Para além disto, engenhos moageiros, moinhos de maré, asseguravam a transformação dos cereais em farinha.

O Tejo era a principal via de transporte de géneros e produtos, fazendo a ligação direta, e mais rápida, entre os produtores, vendedores e os consumidores.

Estes produtos estavam associados a diferentes unidades de exploração, como as cercas, as quintas e os casais, dos quais se destacavam as quintas, pela sua quantidade e diversidade, cuja dimensão variava de acordo com a sua localização geográfica. A nascente da “Outra Banda”, as unidades seriam de dimensão maior (latifúndios), resultando num menor número de quintas. A poente da “Outra Banda”, as propriedades seriam mais pequenas e mais concentradas, logo em maior quantidade (minifúndio).

Estas quintas, para além da componente produtiva, possuíram também funções de recreio, funções estas privilegiadas pela proximidade da capital, assegurada pelo Tejo como via fluvial. O Tejo permitia ao mesmo tempo um distanciamento da vida agitada e, por vezes, epidémica de Lisboa, o que levou a que estas quintas fossem também utilizadas como espaço de refúgio.

Porém, com a revolução industrial e a introdução da via férrea, este território começou gradualmente a ser palco de um conjunto de alterações, que vieram alterar a identidade deste território, levando ao desaparecimento de parte destas unidades rurais por outras industriais. Com a “Ponte Sobre o Tejo”, seguiu-se a fase de urbanização controlada e descontrolada, que comprometeu as quintas subsistentes e os respetivos contextos.

Hoje em dia, são poucos os testemunhos subsistentes desta realidade em esquecimento. As quintas, que ainda persistem na “Outra Banda” são exemplares desta memória e devem ser salvaguardadas. Os valores paisagísticos que encerram devem ser identificados e preservados.

O estudo deste universo exigiu o desenvolvimento de uma abordagem de feição territorial de forma a identificar casos de estudo relevantes num contexto crítico. O método proposto e defendido resultou de procedimentos complexos transponíveis para outras realidades afins, mas obviamente adaptado às especificidades de cada paisagem, nomeadamente os concelhos sul da Península de Setúbal.

Pelo universo estudado, constatou-se, através de uma amostra de 55 quintas, que somente 24% incluem cinco dos oito constituintes definidos para a avaliação das quintas da “Outra Banda”, 55% estão em mau estado de conservação e 33% em contextos profundamente alterados. Desta amostra 29% das quintas estão classificadas, embora 18% foram identificadas em mau estado de conservação, incluído ruína.

Embora não se tenha conseguido plenamente o objetivo de distinguir unidades tipológicas representativas, dada a falta de informação, mesmo assim conclui-se que existem pelo menos três tipologias de quintas na área de estudo: a dos “Montes de Almada”, pequenas e bem adequadas à paisagem, sítios de recreio de eleição, com vastas panorâmicas; as dos esteiros, de dimensões variadas, de acordo com a posição geográfica, caracterizadas pela sua intimidade, mais resguardadas da envolvente; e as quintas mais interiores, afastadas das principais linhas de água, mais orientadas para a produção.

A abordagem desenvolvida pôs também em evidência oito casos de estudo, que se destacaram pela sua estrutura, constituintes e estado de conservação, entre outros: a Quinta de Buxo, a Quinta da Conceição, a Quinta dos Pianos, a Quinta da Amora, a Quinta da Fidalga, a Quinta do Álamo, a Quinta da Estalagem e a Quinta da Praia das Fontes. Três no concelho de Almada e concelho do Seixal, uma no concelho do Barreiro e concelho de Alcochete.

Embora possam não ser equiparáveis às grandes Quintas de Recreio da “Margem Direita do Tejo”, e concelhos a montante do “Mar da Palha”, são das últimas que subsistem na “Outra Banda”, preservando características únicas.

Para o estudo e avaliação do valor cultural de cada uma destas quintas, foi feita uma abordagem individual e comparativa, quantitativa e qualitativa, com base nos valores paisagísticos, ecológicos, históricos, artísticos, científicos, tecnológicos e sociais associados.

Esta metodologia desenvolvida foi essencial para o reconhecimento das quintas que reúnem o maior valor paisagístico (Quinta da Fidalga, Quinta dos Pianos e Quinta do Álamo), as passíveis de classificação (Quinta da Fidalga e Quinta dos Pianos) e para a identificação das unidades que integram elementos singulares relevantes sob o ponto de vista estético e tecnológico, nomeadamente o tanque de maré, na Quinta da Fidalga, e o lago de maré, na Quinta da Princesa e Infanta, e ainda períodos interventivos marcantes em Portugal, ainda pouco estudados.

Além disto, nalgumas das quintas é notória a intenção de se recriar ou traduzir o ideário do “Jardim Português”, postura que veio a ser assumida a partir de finais do século XIX em muitas quintas e jardins nacionais, acrescendo, de forma inovadora, a iconografia do Estado Novo.

Assim, por estes valores culturais que devem ser reconhecidos, salvaguardados e divulgados, considerou-se pertinente a proposta para a abertura de procedimentos de classificação para a Quinta dos Pianos, justificável como Monumento de Interesse Municipal, e para a Quinta da Fidalga, a mais excecional, tendo em vista a categoria e o grau de Monumento de Interesse Público. Transpôs-se também os conteúdos das quintas para as respetivas fichas no inventário da DGPC.

Para terminar, constatou-se que as quintas sob domínio público, são as unidades mais bem conservadas, embora deixando de ter função de Quinta de Recreio, mas subsistindo em contexto urbano como polos culturais, nos quais para além da atividade pedagógica se tenta preservar o património histórico, paisagístico,

arquitetónico local e regional, potenciando em situações pontuais os saberes ancestrais, as tradições e as memórias de um passado muitas vezes ignorado, e cada vez mais afastado dos cenários rurais.

Esta reinvenção de usos aparenta ser uma alternativa viável e menos intrusiva do que a patenteada noutros casos de estudo, sujeitos a programas intrusivos, pois potencia as dinâmicas e sinergias com a comunidade em que se insere.

As quintas urbanas e periurbanas também podem ter um papel importante providenciando funções de lazer e educativas para os cidadãos, tendo um papel na biodiversidade e gestão da paisagem, uma maior proximidade com os ciclos naturais, assim como o desenvolvimento preceptivo de uma dimensão diferente do tempo.¹

Contudo, temos consciência que este trabalho não se pode dar por encerrado, dada a vastidão do universo de estudo, a complexidade das paisagens e das dinâmicas e componentes que integra, abrindo novas linhas de investigação no âmbito da salvaguarda e do conhecimento das particularidades das quintas da “Outra Banda”, sendo mais um contributo para o reconhecimento do valor e da importância da “Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal”, como foi iniciado por Ilídio de Araújo em 1962.

¹ Rute Sousa Matos, *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano, Reflexões*, Évora, Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, 2010, p.241.

BIBLIOGRAFIA

ADAGÓI, Maria Inês, Plano de Reabilitação da Quinta do Álamo, Seixal, Relatório de Estágio Profissional (documento policopiado), 2014-2015.

ALMEIDA, C., MENDONÇA, J. J. L., JESUS, M. R., GOMES, A. J., *Sistemas Aquíferos de Portugal Continental*, Lisboa, Instituto da Água, Centro de Geologia da Universidade de Lisboa, 2000.

APARÍCIO, Victor, RAPOSO, Abrantes, *Os Távoras de Caparica*, Caparica, Junta de Freguesia de Caparica, 1992.

ARAÚJO, Ilídio Alves de, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, MOP, DGSU, 1962.

ARAÚJO, Ilídio Alves de, *O Essencial sobre o Litoral Português*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

ARAÚJO, Ilídio Alves de, *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estado, com especial consideração das que em Portugal ordenadas durante o século XVIII)*, Braga, comunicação ao Congresso Internacional de Estudos em Homenagem a André Soares, 1974.

ARCOS, Conde dos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. I, s.l., Câmara Municipal de Almada, Comissão Municipal de Turismo, 1972.

ARCOS, Conde dos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. II, s.l., Câmara Municipal de Almada, Comissão Municipal de Turismo, 1974.

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

BALDRICO, Joaquim, “O Camareiro-mor D. João Manuel e Aldeia Gallega”, in *Citadino nº2*, s.l., Junta de Freguesia da União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, 2015.

BARATA, Ana Reis, GOUTIER, Rosa, *O Barreiro na Transição do Século XIX para o Século XX*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro – Departamento de Educação e Cultura, 2005.

BASTO, Ana Rita Silva, *Da Inventariação à Salvaguarda do Património Paisagístico*, Porto, Relatório de Estágio, FCUP, 2015.

BELO, Duarte, MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, *O Sabor da Terra, Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, Lisboa, Temas e Debates Círculo de Leitores, 2010.

CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos de Arquitetura Paisagista*, Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 2003.

CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro, *A Árvore em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1999.

CALDAS, João Vieira, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Porto, FAUP, 1999.

CANCELA D'ABREU, Alexandre, CORREIA, Teresa Pinto, OLIVEIRA, Rosário, *Contributos para a Identificação e Caracterização das Unidades de Paisagem em Portugal Continental*, Vol. IV, Lisboa DGOTDU, 2004.

CANCELA D'ABREU, Alexandre, *Ordenamento da Paisagem, Zona Costa da Caparica – Lagoa de Albufeira – Espichel*, Lisboa, ISA, 1976.

CARAPINHA, Aurora, “Entrevista – Aurora Carapinha”, in *Arquitetura e Vida nº 89*, s.l., s.n., 2008.

CARAPINHA, Aurora, “País enquanto Paisagem”, in *Revista da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas nº 6*, s.l., s.d., novembro de 2010 – maio de 2011, pp. 21-25.

CARAPINHA, Aurora, *Da Essência do Jardim Português*, Vol. I, Évora, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem, Especialidade de Arquitetura Paisagista e Arte dos Jardins, Universidade de Évora, 1995.

CARAPINHA, Aurora, *Inventário da Arte Paisagista em Portugal*, Évora, trabalho de síntese das provas de Aptidão Pedagógica e capacidade científica realizadas na Universidade de Évora, Évora, 1986.

CARDOSO, Luís, *Diccionario Geográfico ou Noticia Histórica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios e Ribeiras e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que neles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Lisboa, na Regia Officina Silviana, e da Academia Real, 1747.

CARMONA, Rosalina, *... do Barreiro ao Alto do Seixalinho, Um Passado Rural e Operário*, Alto do Seixalinho, Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho, 2005.

CARMONA, Rosalina, *Barreiro, O Lugar e a História, Séculos XIV a XVIII*, Barreiro, Junta de Freguesia do Barreiro, 2009.

Carta Geológica de Portugal, Lisboa, AGROS, 1959-1960.

CASTEL-BRANCO, Cristina, *O Lugar e o Significado, Os Jardins dos Vice-Reis*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura Paisagista, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, UTL, 1992.

COELHO, António Borges, *Quadros para uma Viagem a Portugal no Séc. XVIII*, Lisboa, Caminho, 1986.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso reyno de Portugal com as noticias das fundações das cidades, villas e Lugares, que contem Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*, Lisboa, na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1712.

CRUZ, Maria Alfreda, *A Margem Sul do Estuário do Tejo, Fatores e Formas de Organização dos Espaço*, s.l., ed. Autor, 1973.

Dicionário da Língua Portuguesa, 2006, Porto, Porto Editora, 2005.

EÇA, Pedro, *A Freguesia da Caparica, Algumas Notas Sobre a sua Agricultura e a sua Vida Rural*, Lisboa, ISA, 1939.

FLORES, Alexandre M., «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada n.º 5 – 6*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003, pp.23-76.

FLORES, Alexandre M., *Almada das Origens à Elevação a Cidade*, Almada, Cacilhas: Primorosa, 1994.

FLORES, Alexandre M., POLICARPO, António Neves, *Quinta Real do Alfeite, das Origens ao Advento da República*, Laranjeiro, Junta de Freguesia do Laranjeiro, 2013.

FONTES, João Luís Inglês, CAEIRO, Nuno, *O Convento dos Capuchos, Vida, Memória, Identidade*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2013.

FORTES, Mário Luís Soares, *A Gestão da Água na Paisagem Romana do Ocidente Peninsular*, Santiago de Compostela, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, 2008.

FRANCO, Maria Luísa Monteiro, *A Estrutura Ecológica Regional e os Planos Regionais de Ordenamento do Território: Caso de Estudo – Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, ISA, 2011.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro IV, Vol. I, Ponta Delgada, Tip. Do «Diário dos Açores», 1924.

GONÇALVES, Elisabete, SILVA, Francisco, *Cova da Piedade, Património e História*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 2012.

GONÇALVES, Elisabete, SILVA, Francisco, DIAS, Vanessa (coord.), *Atas do 1º Encontro sobre o Património de Almada e do Seixal*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2013.

GRAÇA, Luís Maria Pedrosa dos Santos, *Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete*, Lisboa, ELO, 1998.

JÚNIOR, Duarte Joaquim Vieira, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897.

LAUTENSACH, Herman, RIBEIRO, Orlando (comentários e atualização Suzanne Deveau), *Geografia de Portugal*, Vol. I, Lisboa, João Sá da Costa, 1991.

LAUTENSACH, Herman, RIBEIRO, Orlando (comentários e atualização Suzanne Deveau), *Geografia de Portugal*, Vol. II, Lisboa, João Sá da Costa, 1988.

LAUTENSACH, Herman, RIBEIRO, Orlando (comentários e atualização Suzanne Deveau), *Geografia de Portugal*, Vol. III, Lisboa, João Sá da Costa, 1989.

LEAL, Carlos Barradas, MENDES, Rui, “A Quinta do Carmo em Murfacém – Estudo Histórico, Patrimonial, Económico e Social”, in *Anais de Almada nº 17*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórica, Câmara Municipal de Almada, 2014.

LEAL, Carlos Barradas, *Outrafaria*, Trafaria, União das Freguesias de Caparica e Trafaria, 2014.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. II, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. IX, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1880.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, ed. Jorge Rogriguez, 1610.

- LIMA, Manuel, *A Árvore no Concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 2001.
- LIMA, Manuel, *A Reserva Ecológica Nacional do Concelho do Seixal*, s.l., Plátano, 1997.
- LIMA, Manuel, *Amora Memórias e Vivências D'Outrora*, s.l., Plátano, 2006.
- LIMA, Manuel, *Corroios Minha Terra co(m a)rroios*, s.l., Plátano, 2001.
- LOUREIRO, Inês Soeiro, *Salvaguarda do Património Paisagístico*, Porto, FCUP, 2013.
- LUZIA, Ângela, *Lavradio e Suas Gentes*, Lavradio, Junta de Freguesia do Lavradio, 1994.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo, ABREU, Maria Manuela, LOUSÃ, Mário, CORTEZ, Nuno, *Estrutura Ecológica da Paisagem, Conceitos e Delimitações – Escalas Regional e Municipal*, Lisboa, ISAPress, 2007.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo, *Estrutura Ecológica Nacional, Uma Proposta de Delimitação e Regulamentação*, Lisboa, ISAPress, 2013.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo, *Morfologia da Paisagem*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura Paisagista, s.l., 1996.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de, *Lírica de Camões*, Antologia, Alfragide, Caminho, 2012.
- MATOS, Rute Sousa, *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano, Reflexões*, Évora, Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, 2010.
- MATOS, Rute Sousa, *Recuperação de Jardins Históricos em Portugal, Algumas Reflexões*, Évora, Trabalho de síntese, apresentado nas Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica realizadas na Universidade de Évora, Universidade de Évora, 1999.
- MATTOSO, José, *História de Portugal, O Antigo Regime*, Vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- MENDES, Francisco José dos Santos, *O Nascimento da Margem Sul, Paróquias, Concelhos e Comendas (1147 - 1385)*, Lisboa, Colibri, 2011.

MENDES, Rui, “A Sul Do Esteiro: Três Sítios e Quintas Históricas entre Corroios e Amora: Do Castelo em Corroios, Da Princesa no Rocio da Amora, e Do Paço do Infante em Cheira-Ventos”, in *Atas 1º Encontro Sobre Património de Almada e Seixal*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2013.

MENDES, Rui, “Fenómenos de Religiosidade Popular na Caparica dos Séculos XVIII e XIX”, in *Anais de Almada, nº15-16*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico – Câmara Municipal de Almada, 2012-2013, pp.215-262.

MENDES, Rui, “Património Religioso de Almada e Seixal”, in *Anais de Almada nº11-12*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2010, pp.67-138.

NABAIS, António, *Foral de Alcochete e Aldeia Galega (Montijo), 1515*, Montijo, Câmara Municipal de Alcochete e Câmara Municipal do Montijo, 1995.

NASCIMENTO, Aires Augusto, *A Conquista de Lisboa aos Mouros, Relato de um Cruzado*, Lisboa, Vega, 2001.

NICOLAO D’OLIVEIRA, Frey, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Na Imprensaõ Regia, 1804.

PACHECO, Ana Assis, CALADO, Rafael Salinas, *Quinta do Pátio D’Água, Entre um Laranjal da China e o Cais das Faluas*, Edições Colibri – Câmara Municipal do Montijo, 2005.

PAIS, Armando da Silva, *O Barreiro Antigo e Moderno, As Outras Terras do Concelho*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1963.

PAULO, Eulália de Medeiros, GUINOTE, Paulo, *A «Banda D’Além do Tejo» na História, Roteiro Histórico da Margem Sul do Estuário do Tejo das Origens ao fim do Antigo Regime*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. I, Lisboa, João Romano Torres, 1904.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Vol. II, Lisboa, João Romano Torres, 1906.

PEREIRA, Nuno Teotónio, FREITAS, António Pinto de, DIAS, Francisco da Silva, *Arquitetura Popular em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitetos, 1961.

PINHEIRO, José António dos Santos, *De Çamoquo a Samouco, Sua História, Suas Gentes*, Vol. I, s.l., ed. Autor, 1953.

PROENÇA, Raul (org.), *Guia de Portugal, Generalidade, Lisboa e Arredores*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924.

RAPOSO, Francisco Hipólito, António Estácio dos Reis, “Os Azulejos Náuticos da Quinta de São Lourenço”, in *Oceanos nº17*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

REBELO, Manuel de Oliveira, *Retalhos da Minha Terra, Monografia do Concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1992.

RIBEIRO Carlos, *Descrição do Terreno Quaternário das Bacias dos rios Tejo e Sado*, Mem. Com. Geol Portugal, 6, 1866.

RIBEIRO, Luís Paulo Almeida Faria, *Quintas do Concelho de Lisboa, Inventário, Caracterização e Salvaguarda*, Lisboa, Trabalho de síntese, apresentado nas Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica realizadas na Universidade Técnicas de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1992.

RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal, Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1945.

SANTOS, Maria José Espinhal dos, ANTUNES, Luís Pequito (coord.), *Atas das 2^{as} Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998.

SILVA, Francisco (et al.), *Sobreda, História e Património*, Sobreda, Junta de Freguesia da Sobreda, 2013.

SILVA, Francisco, GONÇALVES, Elisabete, *Pragal, História e Cultura*, Pragal, Junta de Freguesia do Pragal, 2008.

SILVA, Francisco, *Ruralidades em Almada e Seixal nos Séculos XVIII e XIX, Imagem, Paisagem e Memória*, Vol. I, Lisboa, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2008.

SIMÕES, Paula Maria da Silva, *Guardiões da Paisagem: os Montes Alentejanos, Lugares de Memória*, Évora, Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, 2015.

SOARES, Manuel Lourenço, *Trafaria e sua Toponímia, Subsídios para a sua História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1986.

SOUSA, Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira, *Recordações do Seixal em 1857*, Lisboa, s.l., 1858.

SOUSA, Raul Pereira de, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003.

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Barcelos, Livraria Civilização, 1986.

TELLES, Balthasar, *Choronica da Companhia de Jesus em Portugal*, Vol. II, Lisboa, s.n., 1647.

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "A Integração Campo/Cidade", in *Povos e Culturas nº2*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa, 1987.

TELLES, Gonçalo Ribeiro, "Conservar a Paisagem", in *Gonçalo Ribeiro Telles, Textos Escolhidos*, Lisboa, Argumentum, 2016, pp.145-148.

VASCONCELOS, Luís Mendes, *Do Sítio de Lisboa, Diálogo de Luís Mendes de Vasconcelos*, Lisboa, oficina de Luys Estupiñan, 1608.

VAZ, Artur, *Cantinhos e Memórias do Concelho de Almada*, Caparica, Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 2005.

VAZ, Artur, *Os vinhos da Outra Banda*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1992.

VIEIRA, Aires dos Passos, *Conheça o Passado Histórico da Região Onde Vive, Sociedade, População, Saúde e Mentalidade dos Concelhos de Almada e Seixal no Século XVIII*, Lisboa, Colibri, 2006.

VITERBO, Sousa, *A Jardinagem em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909.

Legislação

Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro, in *Diário da República n.º 31/2005, Série I-A*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/596314/details/maximized>.

Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, in *Diário da República, 1.ª série – N.º 102*, disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/177827>.

Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho, in *Diário da República n.º 113, Série I*, Ministério da Cultura, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/494543/details/maximized>.

Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, in *Diário da República n.º 206/2009, Série I*, Ministério da Cultura, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483153/details/maximized>.

Despacho n.º 11142/2012 de 16 de agosto, in *Diário da República, 2.ª Série – N.º 158*, Direção – Geral do Património Cultural, disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/dgpc_enquadramento_legal/despacho11142_2012unidadesflexiveisdadgpc.pdf.

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, in *Diário da República n.º 209/2001, Série I-A*, disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015 de 7 de julho, in *Diário da República n.º 130/2015, Série I*, disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/69736204/details/maximized?serie=I&dreId=69736202>.

Sites

Arquivo Nacional, Torre do Tombo, *"TOMBO DO ALMOXARIFADO DO ALFEITE"*, 2018, acessido a 4 de setembro de 2018, em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162478>.

Arquivo Nacional, Torre do Tombo, *Planta da Quinta do Principal de Sousa Sita no Pragal, Termo da Vida de Almada*, 2018, acessido a 4 de junho de 2018, em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3921433>.

Câmara Municipal de Almada, Ambiente Natural e Biodiversidade, *Relevo*, 2018, acessido a 19 de agosto de 2018, em: http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/AMBIENTE/AMB_NAT_BIO/?amb=0&ambiente_ambiente_bio=12757615&cboui=12757615.

Câmara Municipal do Seixal, *Conteúdo Documental*, 2018, acessido 21 de agosto de 2018, em: <http://www.cm-seixal.pt/pdm-2015/conteudo-documental>.

Diário da República Eletrónico, *Pesquisa*, 2018, acessido a 3 de setembro de 2018, em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa>.

Direção Regional de Cultura do Norte, *Cartas e Convenções*, 2018, acessido a 3 de setembro de 2018, em: <http://www.culturante.gov.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>.

Direção-Geral Do Património Cultural, *Cartas e Convenções Internacionais sobre Património*, 2018, acessido a 3 de setembro de 2018, em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>.

Direção-Geral Do Património Cultural, *Missão*, 2018, acessido a 3 de setembro de 2018, em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/missao/>.

Direção-Geral Do Património Cultural, *Portal do Arqueólogo*, 2018, acessido a 4 de junho de 2018, em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

Direção-Geral do Território, *Mapas On-line*, 2018, acessido a 4 de abril de 2018, em: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/mapas_on_line/.

EPIC WEBGIS Portugal, *Água, Linhas de Água*, 2018, acessido a 19 de agosto de 2018, em: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/data>.

EPIC WEBGIS Portugal, *Solo e Subsolo*, 2018, acessido a 19 de agosto de 2018, em: <http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/data>.

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos, *Espólios de Arquitetura*, 2018, acessido a 2 de agosto de 2018, em: <http://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1Y37610Y588Y8.19167&profile=ba&menu=tab13&submenu=subtab86&ts=1537610263672>

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica*, 2018, acessido a 7 de agosto de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-prot/ppafcc>.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *PGF – Mata Nacional da Machada*, 2018, acessido a 11 de junho de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicitacoes/encerradas/df-lx-vtej/pgf-mn-machada>.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, *Reserva Natural do Estuário do Tejo*, 2018, acessido a 11 de junho de 2018, em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnet>.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, *Normais Climatológicas*, 2018, acessido a 18 de agosto de 2018, em: <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, *Portal do Clima*, 2018, acessido a 18 de agosto de 2018, em: <http://portaldoclima.pt/pt/>.

Quinta do Álamo, *História da Quinta*, 2018, acessido a 30 de julho de 2018, em: http://quintadoalamo.org/?page_id=11.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, *Inventário do Património Arquitetónico*, 2018, acessido a 30 de março de 2018, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2.

World Heritage Convention, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, *Documents*, 2018, acessido a 3 de setembro de 2018, em: <http://whc.unesco.org/en/documents/>.

World Heritage Convention, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, *Managing Disaster Risks for World Heritage*, 2018, acessido a 1 de agosto de 2018, em: <https://whc.unesco.org/en/managing-disaster-risks/>.

Cartografia

Delfim Maya, Planta da Quinta de Nossa Senhora da Conceição, desenho a lápis, Escala 1:2 500, 1929

Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, *Carta de Portugal, A Baía do Tejo e a Outra Banda em 1902*, folha 20-b, Escala 1:50 000, Lisboa, 1902.

Direção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, *Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa*, Escala 1: 20 000, 1879.

Estado Maior do Exército, *Carta dos Arredores de Lisboa*, folha 63, Escala 1:20 000, 1903.

Estado Maior do Exército, *Carta dos Arredores de Lisboa*, folha 66, Escala 1:20 000, 1904.

Estado Maior do Exército, *Carta dos Arredores de Lisboa*, folha 67, Escala 1:20 000, 1904.

Marquês de Campo Maior, José Maria das Neves Costa, *Carta Topographica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, 1813-1816.

Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, *Carta Agrícola e Florestal*, folha 432, Escala 1:25 000, Lisboa, 1962.

Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, *Carta Agrícola e Florestal*, folha 442, Escala 1:25 000, Lisboa, 1963.

Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, *Carta dos Solos de Portugal*, folha 34-D, Escala 1:50 000, Lisboa, 1969.

Pedro Folque, M. J. Pires, *Carta Topographica do Terreno em que se medio a pequena Base de verificações MB de 4787,941208 braças reduzida à temperatura do gelo fundente, e ao nível das aguas do Oceano: terminado ao N. pela margem espuerda do Tejo; ao S. pelo Canal d'Aldeagallega, e estrada d'esta Villa para o Alem-tejo; ao Oriente pelo Rio Enguias; e ao Occidente pela ponta do Montijo*, 1836.